



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DINTER – UNESP-IFCE

CÍCERO ROBERTO BITENCOURT CALOU

**PROJETO E-JOVEM: POLÍTICA DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DE JOVENS NO ESTADO DO CEARÁ**

Marília, São Paulo

2016

CÍCERO ROBERTO BITENCOURT CALOU

**PROJETO E-JOVEM: POLÍTICA DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DE JOVENS NO ESTADO DO CEARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP Campus de Marília, para obtenção do título de doutor em Educação.

Área de concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira. Linha 1, Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações educacionais.

Orientadora:
Dra. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

Marília, São Paulo

2016

C165p	Calou, Cícero Roberto Bitencourt Projeto e-jovem: política de formação profissional de jovens no estado do ceará. / Cícero Roberto Bitencourt Calou. – Marília, 2016 168 f.; 30 cm Orientador: Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016. Bibliografia: f. 159-164 1. Educação. 2. Políticas públicas. 3. Ensino médio. 4. Jovens – Emprego. 5. Ensino técnico. I. Autor. II. Título. CDD 373.24
-------	--

CÍCERO ROBERTO BITENCOURT CALOU

**PROJETO E-JOVEM: POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS NO
ESTADO DO CEARÁ**

Tese para obtenção do título de doutor em educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração,
Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira. Linha 1, Políticas Educacionais,
Gestão de Sistemas e Organizações educacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____
Dra. Tânia Suely Antonielli Marcelino Brabo
UNESP – MARÍLIA-SP

2º Examinador: _____
Dr. João Clemente de Souza Neto
Universidade Presbiteriana MACKENZIE – SP

3º Examinador: _____
Dra. Raquel Cristina Ferraroni Sanches
UNIVEM-MARÍLIA-SP

4º Examinador: _____
Dra. Luciana Aparecida de Araujo Penitente
UNESP - MARÍLIA -SP

5º Examinador: _____
Dr. Júlio Cesar Torres
UNESP São José do Rio Preto-SP

Dedico esta tese de maneira especial a um certo Galileu, Jesus de Nazaré, quando Ele nos diz: “lançai as redes nas águas mais profundas.”

A Nossa Senhora, quando ela deu o sim para a vinda do menino Jesus.

Aos meus filhos, Marília, Vinícius e Lidinha, um amor infinito. Sempre fui um exemplo.

A minha esposa Mazé, companheira de fé e oração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que colaboraram para a realização desta tese, em especial:

Ao bom Deus, que pelo Espírito Santo nos deu sabedoria e a Nossa Senhora que fez o primeiro anúncio deste doutorado.

A pessoa mais especial deste trabalho, a minha querida orientadora Professora Tânia Brabo, por ela, eu jamais faria o que ela fez por mim, além de me escolher como orientando, fez isso com competência, dedicação, paciência e amor.

À Profª Livre Docente Neusa Maria Dal Ri que teve coragem de instituir a parceria UNESP-IFCE e assinar o convênio do DINTER, para levar à cidade de Marília um monte de cabeça grande para fazer doutorado. Só sendo Neusa mesmo para mexer com esses cearenses;

A todos os gestores do IFCE, principalmente ao Reitor Virgílio e os gestores do campus de Fortaleza que tornaram possível o convênio com a UNESP;

A CAPES que financiou parte e tornou possível a realização deste estudo;

Aos professores da UNESP, fonte de sabedoria e dedicação, Neusa Dal Ri, Tânia Brabo, Henrique Novais, Cândido Vieitez, Graziela Abdia, Carlos Brandão, Pedro Pagni, Júlio Cesar Torres, Alessandra e Érika Porceli;

Agradeço aos professores membros da banca de defesa, pelas orientações e sugestões, Dr. Júlio, Dra. Luciana, Dra. Raquel, Dr. João Clemente e Dra. Tânia Brabo.

Aos colegas gestores do Projeto e-Jovem por todo apoio a nossa pesquisa, Júlio, Andrea, Flávia, Marcelo, Jucimar, Rafael, supervisores, tutores, instrutores e equipe de inserção;

Aos alunos do e-Jovem sujeitos desta investigação;

Agradeço ao Toninho e dona Ivone, donos do pensionato de Marília que nos acolheu com muito afeto durante o período de estudo e estágio doutoral;

Agradeço aos colegas do DINTER-UNESP-IFCE pela amizade, companhia e união;

Agradeço a minha família, meu velho Pai Cícero Calou e a minha mãe, dona Chiquita Calou, minha primeira professora, que me ensinaram a caminhar pelos caminhos mais seguros e nunca desistir de meus sonhos, a eles a glória de Deus. Agradeço aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, minha mulher, meus filhos e amigos, todos amados por Deus;

Agradeço a mim mesmo, pela coragem, perseverança, por esse meu jeito de ser, de amar o que faço, pela minha fé em Deus e devoção a Nossa Senhora, sou mesmo um destemido, valente, não tenho medo de lutar, por isso escolhi este doutorado em busca de novos conhecimentos e de maior aproximação com a ciência, com a vida e com Deus.

Seu doutor, eu vim lá do nordeste,
Para aqui eu aprender,
E assim eu poder ser,
Um homem de palavrear,
Fui para escola estudar,
Aprender a grande lição,
Saber como se escreve,
Um nome de um cidadão,
Pois em qualquer terra que for,
O cabra só tem valor,
Se tiver educação.
Fui juntando as palavras,
Formando versos distintos:
“Hoje somos famintos”
Foi o primeiro que escrevi.
O sentimento eu não vi,
Mas logo me veio à mão,
Que o prazer daquela hora, seu doutor,
Foi como cantar um baião,
De um verso o grande fruto,
Daquele que pôs o luto,
De fome de educação.

Cícero.

RESUMO

Este estudo trata da análise da política educacional de formação para jovens oriundos do Ensino Médio e egressos da escola pública, denominada de Projeto e-Jovem, desenvolvida a partir da iniciativa do governo do estado do Ceará, por meio da Secretaria da Educação em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE e o Centro de Estudos Tecnológicos-CENTEC. Neste contexto, o Projeto e-Jovem se define como uma política pública de formação de jovens em informática de nível técnico profissionalizante, com uma carga horária de 1280h/a, com a certificação garantida em nível de ensino técnico médio, pelos parceiros formadores, IFCE e CENTEC. Portanto, este Projeto foi escolhido como objeto dessa pesquisa, onde se buscou questionar se o e-Jovem a partir de seus pressupostos, enquanto política pública, possibilita a inserção desses jovens no mundo do trabalho formal. Nas cidades onde atuam, quais são as mediações com o contexto local, empresas, fábricas, conexão com as organizações produtivas, que possibilitem uma formação para o trabalho complexo? Quais as perspectivas de inserção desses jovens no mundo do trabalho diante do desemprego estrutural, flexibilização e precarização do trabalho e o desemprego juvenil? Assim, o objetivo geral foi avaliar a perspectiva de inserção dos/as jovens no mundo do trabalho formal, a partir da construção dos conhecimentos ofertados nessa formação. Para atingir os objetivos propostos fez-se uso dos instrumentos de coleta de dados, questionário e entrevista com alunos/as, supervisores/as, tutores/as e instrutores/as do Projeto e com membros da Secretaria de Educação gestores do e-Jovem, orientado pela metodologia qualitativa sob os aspectos de uma análise descritiva de natureza documental e bibliográfica, observando também a vocalização dos jovens fundamentadas nas ações de formação para o trabalho. Os resultados obtidos indicaram o conhecimento das características fundamentais e as relações de formação que constitui o Projeto, compreensão do seu desenvolvimento e o movimento dos/as jovens no ambiente de estudo, buscando o conhecimento técnico e a preparação para o mundo do trabalho. Nas conclusões mostramos os problemas com a inserção dos jovens no mundo do trabalho, na função de estagiários, menor aprendiz ou empregado efetivo, a falta de uma política de relacionamento integrado com o setor produtivo local e outras instituições que definam a participação dos/as jovens nos programas de emprego e geração de renda. Constatou-se que é visível o desequilíbrio entre a formação e a efetiva inserção dos/as jovens na forma de um trabalho formal.

Palavras-chave: Educação. Política educacional. Projeto e-Jovem. Ensino Médio. Inserção para o Trabalho.

ABSTRACT

This study deals with the analysis of the educational policy of formation for young people coming from High School and graduates of the public school, denominated e-Young Project, developed from the initiative of the government of the state of Ceará, through the Education Department in partnership with The Federal Institute of Education Science and Technology of Ceará-IFCE and the Center for Technological Studies-CENTEC. In this context, the e-Youth Project is defined as a public policy for the training of youngsters in informatics at a vocational technical level, with a workload of 1280h / a, with certification guaranteed at the level of secondary technical education by the training partners, IFCE And CENTEC. Therefore, this Project was chosen as the object of this research, in which it was sought to question whether e-Youth, based on its presuppositions, as a public policy, makes it possible to insert these young people in the formal work world. In the cities where they work, what are the mediations with the local context, companies, factories, connection with the productive organizations, that allow a formation for the complex work? What are the prospects for these young people to enter the world of work in the face of structural unemployment, flexibilization and precariousness of work and youth unemployment? Thus, the general objective was to evaluate the perspective of insertion of the young in the world of the formal work, from the construction of the knowledge offered in this formation. In order to reach the proposed objectives, the data collection instruments, questionnaire and interview with students, supervisors, tutors and instructors of the Project were used, as well as with members of the e-Youth, Oriented by the qualitative methodology under the aspects of a descriptive analysis of documentary and bibliographical nature, also observing the vocalization of young people based on the training actions for the work. The results obtained indicated the knowledge of the fundamental characteristics and the training relations that constitutes the Project, understanding of its development and the movement of young people in the study environment, seeking technical knowledge and preparation for the world of work. In the conclusions we show the problems with the insertion of young people into the world of work, the role of trainees, lesser apprentice or actual employee, the lack of an integrated relationship policy with the local productive sector and other institutions that define the participation of young people Employment and income generation programs. It was observed that the imbalance between training and the actual insertion of young people in the form of formal work is visible.

Keywords: Education. Educational politics. E-Young Project. High school. Work Insertion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Ceará.....	23
Figura 2 – Mapa da Expansão da Rede Federal até 2010.....	47

QUADROS

Quadro 1 – População total e população jovem do Estado do Ceará.....	65
--	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Os alunos procuraram o projeto e-Jovem para aprender informática.....	155
Gráfico 2 – Alunos que não conseguiram estágio.....	155
Gráfico 3 – Alunos que não participaram do Programa Menor Aprendiz.....	155
Gráfico 4 – Alunos que não estão trabalhando com carteira assinada.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cidades onde a pesquisa foi realizada e os estudantes participantes.....	97
Tabela 2 - Faixa etária dos alunos participantes do Projeto.....	98
Tabela 3 - Gênero dos estudantes participantes da pesquisa.....	99
Tabela 4 - Quantitativa de quantos moram com os pais ou não.....	99
Tabela 5 - Alunos e egressos do Ensino Médio.....	100
Tabela 6 - Alunos que ainda estão estudando.....	101
Tabela 7 - Renda familiar dos alunos participantes pesquisa.....	102
Tabela 8 - Como os alunos conheceram o Projeto e-Jovem.....	103
Tabela 9 - Motivos pelos quais os alunos foram estudar no Projeto e-Jovem.....	104
Tabela 10 - Utilização da informática antes de ingressarem no Projeto e-Jovem.....	105
Tabela 11 - Alunos que cursaram o Módulo I e o Módulo II.....	105
Tabela 12 - Alunos que participaram do programa bolsa estágio.....	106
Tabela 13 - Participação ou não dos alunos no Programa Menor Aprendiz.....	107
Tabela 14 - Alunos que conseguiram estágio ou não pelo Projeto.....	108
Tabela 15 - Opinião dos estudantes sobre a estrutura física do Projeto.....	110
Tabela 16 - Opinião dos alunos quanto ao conteúdo.....	112
Tabela 17 - Opinião dos alunos sobre o sistema de avaliação online.....	113
Tabela 18 - Opinião dos alunos sobre o sistema de aula.....	114
Tabela 19 - Dificuldades dos estudantes para aprender os conteúdos técnicos.....	115
Tabela 20 - Opinião sobre a preparação para o mundo do trabalho.....	116
Tabela 21 - Alunos que estão trabalhando com carteira assinada.....	117
Tabela 22 - Situação dos estudantes sobre o emprego, antes do início do Projeto..	120
Tabela 23 - Alunos/as que mudaram de emprego durante o curso ou não.....	120
Tabela 24 - Opinião dos alunos quanto a melhoria ou não das condições técnicas.	121
Tabela 25 - Área em que os alunos estão trabalhando.....	123
Tabela 26 - Opinião dos alunos sobre se os Conhecimentos das tecnologias.....	124
Tabela 27 - Opinião dos alunos sobre o uso dos conceitos técnicos adquiridos.....	125
Tabela 28 - Opinião dos alunos quanto as melhorias que o Projeto possibilitou.....	126
Tabela 29 - Situação dos alunos quanto a condição de empregado ou não.....	127
Tabela 30 - Processo de discriminação que ocorre com aluno/a por algum motivo	128
Tabela 31 - Opinião dos alunos que participam ou não de algum projeto social....	130
Tabela 32 - Mostra o uso do computador pelos alunos.....	131
Tabela 33 - Local de uso do computador pelos alunos do Projeto.....	132
Tabela 34 - Uso das redes sociais pelos alunos do Projeto.....	132
Tabela 35 - Utilização do E_mail pelos alunos como forma de comunicação.....	133
Tabela 36 - Opinião dos alunos sobre o sistema de compra pela internet.....	134
Tabela 37 - Opinião dos alunos sobre os recursos adquiridos com o Projeto.....	134
Tabela 38 - O Projeto como um marco na vida dos alunos.....	135
Tabela 39 - Opinião dos alunos quanto a mudança de vida após o Projeto.....	137
Tabela 40 - Realização dos alunos com o emprego.....	140
Tabela 41 - Opinião dos alunos se o salário é compensador.....	141
Tabela 42 - Opinião dos alunos sobre o Projeto e a política pública.....	142
Tabela 43 - Opinião dos alunos sobre mudanças no Projeto e-Jovem.....	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BM	Banco Mundial
CENTEC	Centro de Estudos Tecnológicos do Ceará
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CPQT	Centro de Pesquisa e qualificação Tecnológica
CREDE	Coordenadoria Regional de Educação (SEDUC)
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI	Fundo Monetário Internacional
IFCE	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
PEA	População Economicamente Ativa
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PLANSEQ	Planos Setorial de Qualificação
PLANTEQ	Plano Territorial de qualificação
PNQ	Programa Nacional de Qualificação
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao E. Médio Jovens/Adultos
PROEP	Programa de Reforma da Educação Profissional
SEDUC	Secretaria da Educação do Ceará
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SETEC	Secretaria de Tecnologia do MEC
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - Trajetória histórica da educação profissional no Brasil.....	25
1.1 História da educação profissional no Brasil.....	25
1.2 Os desafios da Educação Profissional e Tecnológica nos anos de 1990.....	33
1.3 A reconstrução da Rede Federal de Educação Profissional.....	40
1.4 A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	42
CAPÍTULO 2 - Projeto e-Jovem: aspectos do trabalho desenvolvido.....	52
2.1 Projeto e-Jovem: princípio histórico da formação.....	53
2.2 Política Pública de Educação Profissional, na qual o e-Jovem está inserido.....	61
2.3 Projeto e-Jovem: justificativa e realidade.....	63
2.4 Projeto e-Jovem: como objeto de combate à pobreza.....	69
2.5 Projeto e-Jovem: juventude, educação, capital e trabalho.....	83
2.6 Projeto e-Jovem e o mercado que os espera.....	90
CAPÍTULO 3 - Trajetória Metodológica da Pesquisa e Análise de Dados.....	97
3.1 Frequências: análise e representação gráfica.....	98
3.2 Motivação dos estudantes com o Projeto e-Jovem.....	104
3.3 Parecer dos estudantes sobre o Projeto e-Jovem.....	111
3.4 Formação para o mundo do trabalho.....	117
3.5 O uso das tecnologias pelos estudantes do Projeto e-Jovem.....	132
3.6 Mudanças ocorridas na vida dos jovens com o Projeto.....	136
3.7 Sugestões para o Projeto e-Jovem.....	143
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
5. REFERÊNCIAS.....	160
6. APÊNDICE.....	166
6.1 Questionário.....	166
6.2 Parecer do Comitê de Ética.....	170

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa destinou-se a investigar o Projeto e-Jovem, como programa de formação profissional numa perspectiva de inserção dos/as jovens no mundo do trabalho formal, a partir dos conhecimentos técnicos adquiridos com essa formação. O e-Jovem foi pensado e instituído pela Secretaria da Educação do governo do Estado do Ceará e executado em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará e o Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC.

Pelas características de formação proposta pelo Projeto, identificamos a seguinte inquietação, a saber: O e-Jovem a partir de seus pressupostos, enquanto política pública possibilita efetivamente a inserção desses jovens no mercado de trabalho formal? Nas cidades onde atuam, quais são as mediações com o contexto local, empresas, fábricas, conexão com as organizações produtivas, que possibilitem uma formação para o trabalho complexo? Quais as perspectivas de inserção desses jovens no mundo do trabalho diante do desemprego estrutural, flexibilização e precarização do trabalho e o desemprego juvenil?

Com estes questionamentos, pretendíamos entender e caracterizar a importância dessa investigação que se deve em primeiro lugar à ampliação do Projeto e-Jovem, como uma política pública que nasceu segundo a Secretaria da Educação (SEDUC), dentro dos parâmetros da Política de Educação Profissional do Brasil, com o Programa Brasil Profissionalizado. Além disso, com a implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, (EEEP), que ofertaram cursos de nível técnico profissionalizante de tempo integral, uma política pública que adaptou o currículo do Ensino Médio ao sistema de educação profissional integral nas áreas de informática, enfermagem e turismo, dando prioridade, inicialmente, para as cidades com mais de cinquenta mil habitantes.

Havia, também, a expectativa de que o Projeto pudesse criar possibilidades para os jovens construir novos conhecimentos, utilizando tecnologias na condição de usuários ou na condição de desenvolvedores de aplicações tecnológicas para o mercado de TI (Tecnologia da Informação), despertando-os, segundo a SEDUC, para um processo de geração de emprego e renda principalmente àqueles que vivem distante dos grandes centros com pouca chance de continuar os estudos, aprender informática e suas tecnologias ou de se apropriar de uma profissão para sua inserção no mundo do trabalho.

Em terceiro lugar, queremos ressaltar que esta ação é pioneira no Estado do Ceará, por isso, garante a originalidade da pesquisa, que historicamente, conforme SEDUC é a

primeira vez em que o governo do Ceará apresenta uma política pública de formação profissional de abrangência estadual, especialmente para atender a jovens e principalmente a egressos da escola pública que não tiveram acesso à formação profissional no Ensino Médio, nem acesso às tecnologias de informação e às especificidades da informática.

Em quarto lugar, esta pesquisa permite aprender o objeto de estudo em movimento num processo de descentralização de conhecimentos, saber como acontece à disseminação de conceitos pelo interior do estado, saindo do foco dos grandes centros e de que forma está garantida a participação dos jovens do interior aos programas de educação profissional do país e se está acontecendo a inserção formal desses jovens no mundo do trabalho, objetivo central do Projeto.

Por último, este estudo tem sua relevância pela forma como pode descrever e demonstrar a realidade que a política da educação profissional do Brasil e os seus programas de qualificação têm influenciado na condução do Projeto e-Jovem, de que maneira esta política chega a cidades do interior e provoca o movimento de aprendizagem de uma juventude carente de oportunidade de conhecer o mundo das tecnologias e o que isso pode contribuir para uma mudança profissional.

Tendo iniciado suas atividades de formação no ano de 2007 como projeto piloto, o Projeto e-Jovem segundo a SEDUC (2007), apoiado na política de educação profissional do Estado e pensando em formar jovens em Tecnologia da Informação que estavam concluindo o ensino Médio, futuros egressos, institucionalizou um processo de formação chamado Módulo I, constituído de disciplinas de linguagens básicas para elevação da escolaridade dos alunos, sendo Português, Matemática, Inglês, Informática Básica, Raciocínio Lógico e Empreendedorismo Social, com uma carga horária de 400 h/a, em parceria com o Instituto de Ensino Tecnológico CENTEC.

O Módulo I iniciou suas atividades didáticas com doze turmas de alunos, sendo sete turmas na capital de Fortaleza e cinco em cidades do interior, duas turmas na cidade de Tauá, uma em Sobral, uma em Horizonte e uma em Aracoiaba, com uma frequência de 200 jovens em formação, esta primeira fase foi considerada a fase de testes e avaliação de conteúdos.

Após essa primeira experiência do ano 2007 o Projeto sofreu algumas modificações de ordem estrutural e pedagógica para o ano de 2008, que atingiu a meta de 3.000 alunos em curso, foi dividido em dois módulos de aplicação de conteúdos: o Módulo I continuou com as linguagens básicas e foi implantado o Módulo II para construção de conhecimentos especificamente de Programação Java, com uma carga horária de 400h/a

também.

O Módulo II, segundo a SEDUC, apresentou algumas dificuldades de ordem técnica e de execução de conteúdos, como a questão de base de conhecimentos técnicos pré-requisitos para a formação de programadores, porém, o processo de formação em si, causava expectativas para um mercado de trabalho que demandava vagas para um público jovem com formação específica.

Foi então que a Secretaria da Educação SEDUC, convidou o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará e seu Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica, CPQT, baseado na experiência de educação técnica e na capacidade de oferecer recursos humanos especializados em todo Estado, como também na autenticidade de sua certificação, para formalizar uma parceria de execução do Módulo II. Assim, o Projeto saiu de uma formação em Programação Java específica para outra de nível técnico profissionalizante em Desenvolvimento Web, mantendo a Programação Java e agregando outros conceitos de formação em informática e suas tecnologias, utilizando a política de Software Livre, Sistemas Operacionais Linux, Br Office, Programação Web, PHP, Joomla, Programação Java, Inglês Técnico, Web Designer, Redes e Hardware, com uma carga horária de 880 h/a. Para a SEDUC, este cronograma melhor se apresentou na preferência dos alunos, por facilitar a aprendizagem tecnológica e por atender a demanda das empresas, apresentada pelos setores de mercado, além do respaldo político e ideológico da certificação garantida pelo IFCE.

A SEDUC definiu, então, que o Módulo I continuava com o CENTEC, o Módulo II com o IFCE e o Projeto Social com a Ong Geração Muda Mundo ASHOKA. A organização pedagógica do Projeto tem uma base estabelecida na Secretaria da Educação, para acompanhamento e supervisão administrativa, emissão de editais para seleção de alunos, instrutores e supervisores e credenciamento de escolas, com os parceiros ficou uma coordenação de equipes para tratar da composição e edição do material didático, escalas de visitas de tutores e supervisores para reuniões, treinamentos, encontros, feiras e acompanhamento pedagógico das atividades.

Segundo a SEDUC, o e-Jovem passou a ser considerado como um curso de nível técnico profissionalizante, certificado pelo IFCE e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará, com uma carga horária total de 1280h compreendendo os dois Módulos. Este programa de formação profissional foi o primeiro curso de expansão estadual com a proposta de educação profissional, para atender alunos do Ensino Médio e principalmente os egressos da Escola Pública de 16 a 29 anos.

Após concluir os dois módulos com desempenho favorável o/a jovem recebe um

certificado, expedido pelo IFCE/CE, mas assinado pelas duas instituições, IFEC-SEDUC, especificando as disciplinas, carga horária cursada e avaliação alcançada.

Outro aspecto, que representa um diferencial do projeto, é o processo de validação pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como um Programa de Aprendizagem, a partir disso, o Projeto passa a fazer parte do Programa Menor Aprendiz regido pela Lei da aprendizagem 10.097/2000, decreto 5.598/2005.

Desde então, a formação de turmas é realizada com o credenciamento das escolas ao Projeto, observando um edital de adesão lançado pela SEDUC, que de acordo com sua estrutura e condições físicas e com a demanda de alunos, definem o período do curso e a quantidade de alunos por laboratório, baseado no Termo de Referência do Projeto, documento regulatório de responsabilidade da Secretaria da Educação, que determina o perfil, forma e regras de participação do aluno, a estrutura do curso, logística e o planejamento estratégico do Projeto.

Esta pesquisa, que antes pretendia fazer um estudo moldado nos princípios de uma formação localizada na capital de Fortaleza, foi redirecionada, também pela importância do Projeto, para as cidades do interior, onde o projeto funciona desde o ano de 2007. Assim, devido à extensão territorial do estado e o número de cidades e turmas distribuídas em diversas Escolas Estaduais e Liceus, assumimos uma proposta de pesquisa definida por um recorte que se consolidou com a escolha de oito turmas nas cidades do interior, uma na região metropolitana e duas turmas na capital de Fortaleza de um universo de 76 turmas.

A importância de uma investigação dessa natureza deve-se, em primeiro lugar, ao crescimento do fenômeno, o Projeto e-Jovem que iniciou com um protótipo de 12 turmas, em pouco espaço de tempo, já se encontrava com mais de 44 turmas nas cidades do interior e uma média de 32 na capital e região metropolitana. O número de credenciamento de escolas aumentava todo semestre, isto era motivo de ampliação do quadro de instrutores/as e supervisores/as, provocando o governo abrir o orçamento do Projeto para o debate, significando assim, uma reformulação orçamentária a cada seis meses dos recursos que faziam o projeto funcionar.

Conforme a SEDUC, além do aumento da quantidade de turmas, a demanda de alunos por vaga aumentou consideravelmente em todo estado, para aprender informática, definir uma profissão ou até mesmo buscar um aprofundamento das tecnologias oferecidas, para melhorar suas condições técnicas, que lhe garantissem o primeiro emprego ou para mudar de área se estivesse trabalhando. Estes fatores provocavam a reestruturação do quadro de disciplina e do conteúdo programático do curso, que se valia de uma aproximação com os

pólos produtivos locais para alinhar os conteúdos programáticos e a proposta didática e pedagógica diante das novas tecnologias que as empresas estavam utilizando ou que precisavam utilizar em seus processos de produção. Isso, para nossa pesquisa, foi relevante e nos levou a procurar entender a organização curricular do Projeto e sua relação com o mercado e com os meios de produção local.

Em segundo lugar como o Projeto e-Jovem é considerado, efetivamente uma política pública e na sua essência determinado como único Projeto de formação profissionalizante de jovens desenvolvido em todo Estado do Ceará, com características especificamente técnicas, foi interessante para esta pesquisa, conhecer sua integração com as políticas e os programas de apoio e financiamento da educação profissional do Brasil.

A pesquisa teve sua importância e sua originalidade, disposta a desvendar e amadurecer as dificuldades encontradas, tanto na formação, como na inserção, com as atividades que os/as jovens foram submetidos durante o curso, reuniões, treinamentos e eventos diversos, tudo por uma qualificação ideal e uma oportunidade de emprego, ou apenas, para continuar estudando e tentando uma vaga nas Universidades ou nos Institutos Federais.

Neste contexto, o Projeto e-Jovem se apresenta com uma estratégia de formação, enquanto política pública com o objetivo de colaborar com a inserção dos/as jovens no mundo do trabalho profissional formal.

Esta questão nos remete a ampliar as condições de análise, pela iniciativa do governo de implantar um programa único de formação técnica para jovens egressos da escola pública de todo o Estado, pelo mérito das ações do grupo gestor e formadores do Projeto, pelo programas de investimento público para educação, pelo relacionamento das equipes com os setores produtivos locais, pelas políticas públicas de governo e por outras atitudes e intenções que estão a serviço da formação e transformação da juventude.

Para compreender o Projeto e-Jovem propomos como **objetivo geral** dessa pesquisa, **avaliar a inserção dos/as jovens no mundo do trabalho formal, a partir da formação profissional ofertados pelo Projeto e-Jovem.**

Para tanto, analisou-se os documentos oficiais do Projeto, tais como, a Proposta Pedagógica, o Termo de Referência e os Convênios entre parceiros; levantou-se questões quanto às ações e condições que possibilitaram a construção do conhecimento quanto ao cronograma, plano de aula, aplicação de conteúdos, sistema de avaliações e os recursos didáticos; identificou-se as estruturas físicas de funcionamento técnico pedagógico, assistência técnica aos laboratórios e suporte às redes de computadores, sistema web e de internet; verificou-se o relacionamento entre as equipes do Projeto, em função da construção

dos conhecimentos técnicos e os indicadores educacionais e produtivos das cidades, e por fim, com os dados coletados, investigou-se em que condições, aconteceu de fato a inserção formal dos jovens no mundo do trabalho profissional, objetivo maior desse Projeto e fonte de motivação dessa pesquisa.

O método utilizado no processo de investigação científica dos fatos e da natureza do fenômeno em estudo foi o método dedutivo, que possibilitou ao pesquisador partir da observação de fatos e fenômenos particulares colhidas com o instrumento e coleta de dados definido pelo questionário e entrevistas, a seguir compará-los com a finalidade de descobrir as relações entre eles, para depois proceder à generalização.

A metodologia utilizada para coleta, tratamento e análise de dados, foi a pesquisa qualitativa de natureza documental e bibliográfica, com uma abordagem descritiva, mediante as características do fenômeno em estudo e suas ações de construção dos conhecimentos, favorecida pelos ambientes de aplicação dos conteúdos, pela proposta pedagógica, pelo Termo de Referência e pelas tecnologias utilizadas ou desenvolvidas para atender à relação de ensino, formação profissional e trabalho.

A pesquisa quantitativa com seu objetivo de identificar a presença e medir a frequência e intensidade de comportamentos, atitudes e motivações, de um determinado público-alvo, pode gerar medidas precisas, confiáveis e que no caso do Projeto e-Jovem que utilizou o questionário como instrumento de coleta de dados, importante para garantir a uniformidade das perguntas e a padronização dos resultados, como disponibilizar tabelas e gráficos para serem preparados de forma cruzadas de acordo com os diferentes perfis, idade, sexo e classe social dos respondentes.

A pesquisa qualitativa tem o caráter exploratório e utiliza uma técnica que estimula os respondentes a pensar e falar livremente, sobre algum tema, objeto ou conceito, que abrange aspectos subjetivos e observações espontâneas, abrindo espaço para uma análise de dados norteada pelo paradigma interpretativo, fugindo da racionalidade e apresentando conclusões com mais subjetividade.

O campo científico aponta uma tendência para o surgimento de um novo paradigma metodológico. Fomos buscar um modelo que consiga atender plenamente as necessidades desta pesquisa. A dicotomia positivista x interpretativo, quantitativo x qualitativo, parece estar cedendo lugar a um modelo alternativo de pesquisa, o chamado quanti-qualitativo.

Apesar da clara oposição existente entre as duas abordagens, quantitativa e qualitativa, muitos autores, especialmente os da área social, colocam que o ideal é a

construção de uma metodologia que consiga agrupar aspectos de ambas as perspectivas, como é o caso de Demo (1995, p. 231) que diz “Embora metodologias alternativas facilmente se unilateralizem na qualidade política, destruindo-a em consequência, é importante lembrar que uma não é maior, nem melhor que a outra. Ambas são da mesma importância metodológica”, e uma não substitui a outra, mas elas se complementam.

Assim, a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados, o pesquisador no entanto, como instrumento-chave, o material coletado é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, histórias, depoimentos, que foram revelados em um questionários e algumas entrevistas, como instrumentos de coleta de dados, assim, a pesquisa se caracteriza como descritiva, isto é, os dados são descritivos e o significado é a preocupação essencial que urge na concepção do fenômeno, visto em um contexto social pelo pesquisador.

O significado que os/as alunos/as dão às coisas e à sua vida, são focos de atenção especial pelo pesquisador, segundo Dal Ri (2012), nesse tipo de estudo há sempre uma tentativa de capturar a perspectiva dos participantes. No e-Jovem, porém, é a maneira como os/as informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas e vividas por eles e elas no processo de formação.

Segundo Gil (2011), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, que tem como objetivo levantar opiniões, atitudes, conhecimento e crenças de uma população e grupos organizados como no Projeto e-Jovem, objeto dessa investigação.

A característica de abordagem documental e bibliográfica que se utiliza nessa pesquisa se define em primeiro plano pelo levantamento do acervo referente aos documentos oficiais do Projeto cedidos pela Secretaria da Educação, o Termo de Referência, a Proposta Pedagógica e os Termos de Convênios firmados entre o governo e os parceiros IFCE-CPQT, CENTEC e ASHOKA, além desses, os editais de adesão e credenciamento de escolas ao Projeto e os de contratação de pessoal e material didático, também foram colhidas algumas informações originárias de produções e publicação sobre o Projeto na internet, que possibilitou conhecimento mais abrangente do objeto pesquisado, além das entrevistas com coordenadores do Projeto por parte da SEDUC.

De acordo com Gil (1994, p. 71) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica permitiu conhecer a atualidade do debate acerca dos métodos empregados nesta pesquisa.

Com isso possibilitou-nos conhecer como estes jovens se organizam em busca do conhecimento, suas atividades ordinárias, seu próprio empreendimento de estudo, suas condições de aprendizagem, a capacidade de organizar seu dia no laboratório e em casa, a forma de relacionar teoria e prática e aplicações no computador e como aprender com esse novo instrumento didático.

Assim, o que se relaciona com o presente estudo, em se tratando dos meios de construção do conhecimento coletivo, são as formas e os métodos que os alunos/as do e-Jovem se apropriam, como sujeitos em ação, para aprenderem informática e suas tecnologias e usarem na vida diária em sociedade, a fim de construir a realidade social e descobrirem a natureza de suas ações que vão garantir um bom lugar no ambiente profissional, para tanto, optou-se pela aplicação de um questionário como instrumento de coleta de dados dessa pesquisa.

Neste sentido, justificamos a utilização do questionário em nossa pesquisa, constituído de questões abertas e fechadas, que permitiu observar as relações de formação de jovens em movimento de aprendizagem e as alternativas de inserção no mundo do trabalho, que baseado em informações dos respondentes e apoiado no referencial teórico conseguiu-se compreender e analisar os fatos do fenômeno pesquisado.

Assim, de acordo com Richardson (2012), tomou-se o cuidado de elaborar um questionário que não ultrapasse uma hora de duração para suas respostas, incluindo neste, diferentes aspectos do problema abordado, composto com quarenta e cinco questões fechadas e três abertas, contendo uma página justificando a pesquisa e outra página, para assinaturas e aceite dos participantes. Optou-se por um questionário, que reúne todos os temas de interesse da pesquisa conforme (CASTRO, 2010, apud RICHARDSON, 2012, p. 86), “é mais fácil obter informações sobre temas diversos em um só questionário, que aplicar vários questionários que abordem temas específicos”.

O questionário foi dividido em três tipos de categorias, questionário de perguntas fechadas do tipo dicotômicas, SIM, NÃO, perguntas abertas e, também, a combinação de ambos os tipos, além de perguntas subjetivas que possibilitam ao respondente se expressar livremente, podendo dizer o que pensa e fazendo sugestões, como o caso das questões 44 e 48.

O conteúdo das questões de nosso questionário refere-se, ao que os/as participantes sabem sobre o projeto, em termos de fatos e dados concretos como sexo, idade, naturalidade, estado civil; questões sobre atitudes, em seu próprio curso e sobre o processo de formação; questões sobre comportamento, o que os participantes podem observar em relação

aos gestores, instrutores e supervisores; questões sobre sentimentos, reações dos respondentes perante os fatos, o fenômeno estudado e as instituições que fazem a gestão do projeto; questões sobre padrões e ação, o gerenciamento do projeto e suas atividades de formação; questões formuladas para compreender os “porquês” das relações e acontecimentos no desenvolvimento do projeto. Além do mais, os conteúdos se referem ao que eles/as pensam, sentem ou preferem, ou ainda, ao que fazem, imaginam e esperam do projeto, com o cuidado de preservar a integridade dos respondentes e obter respostas sobre os temas de interesse da pesquisa.

A escolha dessas questões foi condicionada a natureza da informação desejada, levando em conta o nível sociocultural dos participantes, seguindo as regras que segundo Gil (2011, p.126), “devem ser incluídas apenas questões, relacionada ao problema pesquisado”, levando em conta os procedimentos para tabulação e análise de dados, facilitando o entendimento e evitando dúvidas de interpretação, a fim de obter respostas claras e de acordo com o objetivo esperado.

Tivemos o cuidado na formulação das perguntas, porque isto beneficia o conteúdo das respostas, assim, é papel do pesquisador, formular de maneira clara e concreta as perguntas, observando o sistema de referência e o nível de formação dos participantes, possibilitando uma única interpretação e se referindo a uma única ideia de cada vez, sem sugestões de respostas, além do mais, em busca de respostas que facilitassem a construção de categorias de análise por parte do pesquisador.

Tentando buscar possíveis falhas na redação do questionário, de complexidade das questões, de imprecisão da redação, de ambiguidade de assuntos, de erros na colocação e posicionamento das alternativas, de dúvidas e interpretação na redação das perguntas, fomos orientados por Gil (2011), aplicar um pré-teste, com elementos que pertencem à população pesquisada, isto é, jovens estudantes do projeto e-Jovem, que se colocaram a serviço dessa ação preliminar de nossa pesquisa. Onde pudemos observar clareza e precisão dos termos, formas e desmembramento das questões, ordem e compreensão dos conteúdos das questões e corrigir algumas falhas que apareceram neste exercício de preparação e observação.

Para aplicação do questionário utilizou-se o método do contato direto, segundo explica Richardson (2012), o próprio pesquisador que se desloca para aplicação do questionário, indo diretamente ao encontro da população definida no projeto de pesquisa. Assim, foi definido um roteiro de viagens do pesquisador, para as cidades escolhidas para a pesquisa, como também, foi feito, um contato prévio com os/as alunos/as, via E_mail e telefone. Neste contato, era marcado o dia, hora e o local para aplicação do questionário.

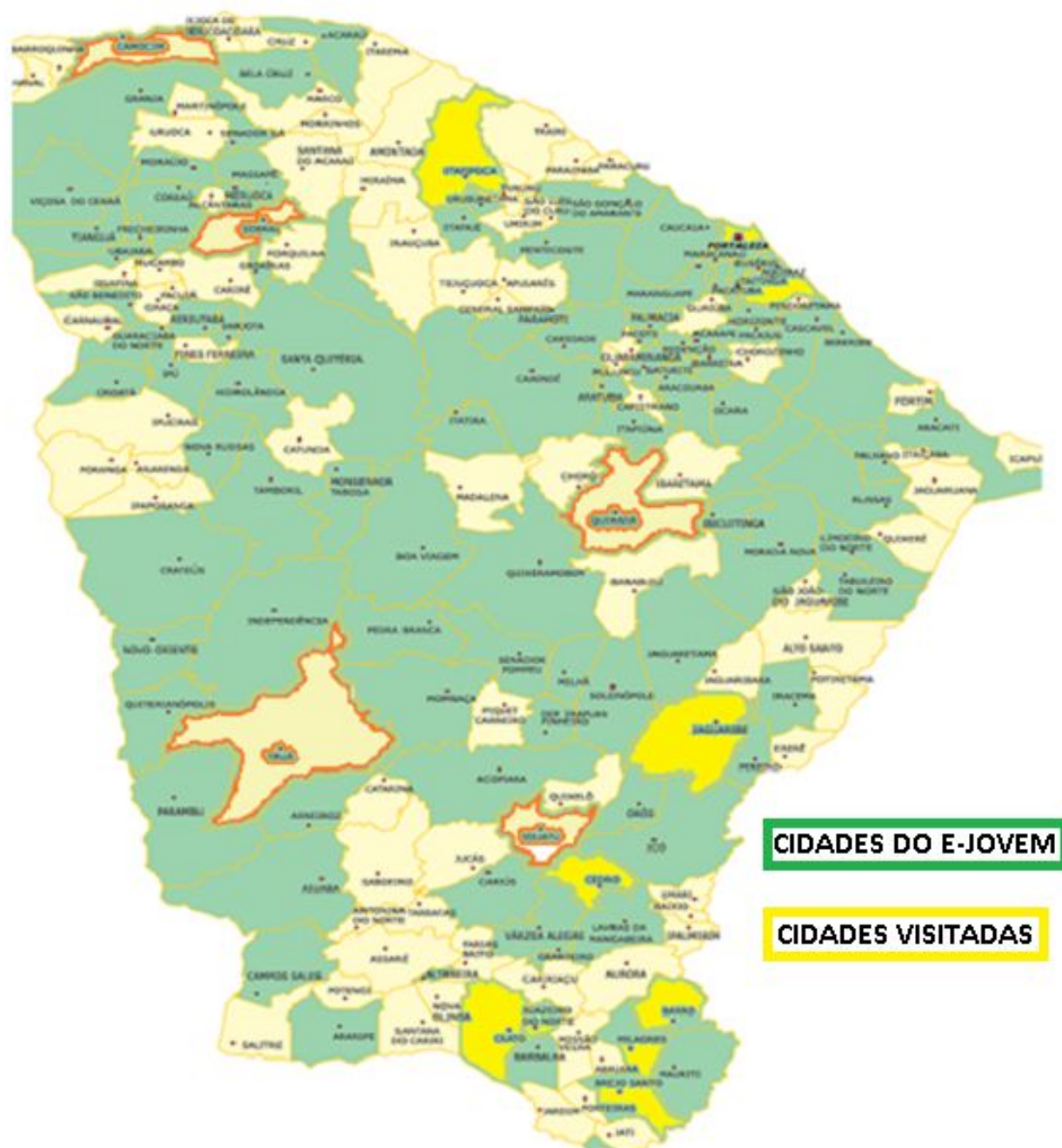
Percebe-se, entretanto, o quanto foi importante para o pesquisador reunir os participantes daquela cidade, de uma só vez, mesmo diante das dificuldades de alunos/as já formados/as com atividades na Universidade ou no emprego, muitos deles/as tinham mudado de residência, outros, até mudado de cidade, outros não respondiam ao contato. Assim, o pesquisador teve que permanecer alguns dias em cada cidade para reunir a população de interesse da pesquisa. Houve caso, em que o questionário foi aplicado na própria residência ou no trabalho do participante.

Não podendo deixar de relatar que o deslocamento do pesquisador foi realizado de forma muito precária, via ônibus coletivo, transportes circulares, trem e às vezes em seu próprio Fusca por estradas de pedra e perigosas, desprovido de qualquer mordomia e alojamento especial, pois na maioria das cidades não havia nem hotéis, apenas pequenas pousadas sem nenhuma estrutura tecnológica e sem condição de acesso a internet, para uma comunicação com a família ou orientadora, e sem uma alimentação precisa, com pouca condição de hospedaria, tudo era fora de horários padrões e dos ambientes tradicionais.

Mesmo sendo dessa forma, houve um aproveitamento significativo dos entrevistados e neste esforço, do pesquisador presente, podendo explicar e discutir os objetivos da pesquisa e do questionário, responder dúvidas que os entrevistados tivessem de alguma questão, e possibilitar as respostas ao questionário com tranquilidade e em tempo real, confirmando o compromisso firmado pelos jovens de aceitar participar integralmente da pesquisa, atingindo assim, um índice de 95% dos questionários possíveis.

O questionário poderia ser realizado utilizando os correios ou a internet, via E-mail, porém, pela dificuldade de encontrar os participantes, o índice de abstenção poderia ser grande, pois o processo de formação havia terminado e muitos deles, como já dito, haviam mudado de endereço. Além disso, o tempo de resposta é muito improvável acontecer conforme o pesquisador espera, sem contar, que alguns/mas alunos/as, não atendiam o contato feito previamente, que foram disponibilizados pela Secretaria da Educação.

A seguir, apresentamos o mapa do Estado do Ceará, mostrando as cidades e suas regiões, onde acontece o Projeto e-Jovem, como também, as cidades escolhidas de acordo com os critérios do recorte para a pesquisa, tais como, a cidade de Barro, Crato, Eusébio, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Granjeiro e a capital Fortaleza, com duas turmas, formando um total de oito turmas e de 61 participantes.



Os fatores considerados relevantes em nossa pesquisa para a construção desta tese, além da pesquisa, estudo e conhecimento do Projeto e-Jovem, foram a leitura, esforço, trabalho, confiança, fé e muita dedicação, por isso, seguindo os princípios da organização e normas da universidade e as regras da pós-graduação, a redação desta tese, ficou assim estruturada nos seguintes capítulos:

No primeiro capítulo Trajetória Histórica da Educação Profissional no Brasil, falamos do Projeto e-Jovem no contexto da Educação Profissional no Brasil, o relacionamento dos programas de investimentos do governo federal e estadual e as políticas públicas em que o Projeto está inserido.

No segundo capítulo, Projeto e-Jovem Aspecto do Trabalho Desenvolvido, falamos da história do Projeto e-Jovem, seu ponto de partida e sua projeção por todo Estado do Ceará, ficando assim, dividido em seis subtítulos, que esclarece o relacionamento entre as equipes de formação com os alunos e com a sociedade e os caminhos e princípios da formação.

No terceiro capítulo, Análise de Dados, Percurso Metodológico da Pesquisa, apresentamos uma análise descritiva dos resultados da coleta de dados utilizando as respostas escritas e faladas manifestadas no questionário e nas entrevistas dos participantes.

Por último apresentamos as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – Trajetória Histórica da Educação Profissional no Brasil

Neste capítulo, apresentamos uma retrospectiva da história da educação profissional no Brasil, tendo em vista sua origem e suas reformas, os parâmetros da formação técnica propostos para os jovens e os processos que influenciaram sua inserção no mundo do trabalho. Também colocamos em evidência os interesses das ações de governo que afetaram as relações da classe trabalhadora e educadora; a movimentação das instituições educacionais para por em prática as mudanças; o debate sobre a oferta e a demanda da mão de obra especializada; a reestruturação do mercado e os efeitos provocados por este modelo de formação que atingiu a juventude brasileira, inclusive a institucionalização de políticas públicas de extensão realizadas por meio de projetos como no caso do Projeto e-Jovem, objeto dessa investigação.

A implantação de projetos de formação profissional com característica de extensão, paralelo ou subsequente ao ensino regular, foi proposto para atender as expectativas de jovens em busca de conhecimentos, desejando participar das mudanças culturais e trabalhistas do país e do debate no espaço acadêmico, bem como no ambiente de trabalho. Tudo como pressuposto de que a juventude pode ser espaço criadores de ações e inovações que vão servir ao novo modelo de produção do mercado de trabalho, implica necessariamente, em tomar por base e na origem de sua formação as políticas públicas de educação profissional, detentoras de especificidades e argumentos que vão interferir e influenciar o processo de crescimento da própria juventude.

Assim, descrevemos neste capítulo a história da educação profissional no Brasil, amparada pelas leis e na tentativa do governo de organizar linhas e diretrizes de formação técnica para atender, por um lado, ao círculo de produção de bens, material e serviços e, por outro, a classe trabalhadora, especialmente a juventude, em processo de formação nas condições atípicas de um país em desenvolvimento, a partir de obras que escreveram essa história.

1.1 História da educação profissional no Brasil

A história da educação profissional no Brasil é composta por várias experiências que passaram pelas salas de aulas, desde os anos de 1800 até o período contemporâneo, mas sem os debates necessários que estimulassem o envolvimento da população educacional e

produtiva. Começa com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

A preocupação com a formação do trabalhador no Brasil começou a ser percebida desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos. Segundo Fonseca (1961, p. 68), “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

As Casas de Fundação de Moeda foram criadas com o advento do ouro em Minas Gerais, com elas nasceu, também, a necessidade de um ensino mais especializado, o qual destinava-se ao filho de homens brancos empregados da própria Casa de Fundação. Pela primeira vez, estabelecia-se uma banca examinadora que deveria avaliar as habilidades dos aprendizes adquiridas em um período de cinco a seis anos. Caso fossem aprovados, recebiam uma certidão de aprovação, (FONSECA, 1961, p. 62).

Nesse mesmo período a Marinha do Brasil criou os Centros de Aprendizagem de Ofícios, os quais traziam operários especializados de Portugal e, recrutavam pessoas que andavam e oravam nas ruas durante a noite e, às vezes, recorriam aos chefes de polícia para que enviassem presos que tivessem alguma condição de trabalhar no processo de produção.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808 e com a revogação do Alvará que proibia a existência de fábricas e manufaturas no Brasil desde o ano de 1785, a Educação Profissional foi se estabelecendo e nos anos de 1809, o Príncipe Regente, futuro D. João VI criou o Colégio das Fábricas (Brasil, 1999, p.17), dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações contra a ordem e os princípios dos bons costumes. Na verdade, o Colégio das Fábricas era mais do que uma escola de aprendizes artífices, era também um local de abrigo aos artistas e artesãos vindos de Portugal.

Vale lembrar, como afirma Fonseca (1961), que os sonhos de D. João VI não se limitavam apenas às relações de mestre-aprendiz, ele desejava a instalação de cursos que tratassem do ensino de Ciências, das Belas-Artes e da sua aplicação na indústria.

Nos anos de 1840, foram construídas dez casas de educandos e artífices em capitais da Província. Por volta dos anos de 1850, foram criadas sociedades civis de amparo à crianças órfãs e abandonadas, com destaque aos Liceus de Artes e Ofícios, dentre os quais os

do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886) (MEC, 1999).

Nessa situação, por ocasião da proclamação da República, já se tinha no Brasil, por volta dos anos de 1889, segundo Fonseca (1961), um número de 636 estabelecimentos de produção, com um total de 54 mil trabalhadores e isso foi logo após o final do período imperial, um ano depois da abolição legal do trabalho escravo no país.

Nesse período, já se concentrava uma população de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas. O autor afirma, ainda, que até 1909, havia 3362 estabelecimentos e a quantidade de operários empregados naquelas indústrias em 1889 era 24.369 homens; em 1909, a população já subira para 34.362.

Um momento que ficou na memória de muitos brasileiros e sucessores presidenciais foi a fala de D. Pedro II, em seu último ato do Trono, em 3 de maio de 1889, pedindo a Assembléia Geral Legislativa a criação de escolas técnicas (FONSECA, 1961, p. 74).

Com essa situação de crescimento do trabalho e uma produção em evolução o então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola (GARCIA, 2000).

No ano de 1906 foi então consolidado o ensino técnico-industrial no Brasil, marcado pelas seguintes ações: realização do Congresso de Instrução que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho; os Estados instituíram escolas técnicas e profissionais elementares de acordo com a Comissão de Finanças do Senado que aumentou a dotação orçamentária para tal ação, uma delas foi a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro; e ainda, o Presidente da República Afonso Pena, sinalizou em seu discurso de posse no dia 15 de novembro de 1906, para a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional que muito contribuíram para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis.

Com a morte de Afonso Pena em julho de 1909, Nilo Peçanha passa a ser o novo presidente do Brasil e assina o Decreto nº 7.566 em 23 de setembro de 1909, criando, inicialmente em diferentes unidades federativas, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. O estado do Ceará foi contemplado com uma escola.

No governo de Nilo Peçanha o ensino profissional no Brasil teve um grande impulso: essas escolas de profissionalização foram criadas em todas as capitais do Brasil, entretanto, segundo Fonseca (1961, p.72), “em 1910 essas dezenove escolas estavam em situação bastante precária, tanto de instalações como de formação dos professores que atuavam”.

O marechal Hermes da Fonseca substituiu o presidente Nilo Peçanha e, a partir de 5 de novembro de 1910, possibilitou, segundo Fonseca (1961), a criação de mais de 5.936 empresas de caráter industrial e em cinco anos, afirma o autor, a indústria avançou mais do que nos 24 primeiros anos da República, isso fez parecer que o futuro industrial do Brasil estava traçado, mesmo vivendo no período em que o país se deparava com os efeitos internacionais da primeira guerra mundial, de 1915 a 1919.

Apesar das Escolas de Aprendizes Artífices terem se mostrado pouco eficientes, segundo Fonseca (1961), marcaram época no Brasil, uma vez que representaram uma sementeira fecunda que, germinando desabrocharia mais tarde, sob a forma das modernas escolas industriais e técnicas do Ministério da Educação.

O ensino profissional, no entanto, só se tornou obrigatório quando o Congresso Nacional aprovou, em 1922, o Projeto de lei do deputado federal Fidélis Reis, que tornaria obrigatório o ensino profissional em todo o país. Sendo sancionado apenas após 5 anos em 1927. Para o autor, esse projeto foi importante porque apontava para uma ruptura na concepção do ensino profissional como ensino destinado aos “desvalidos”.

Dentro deste contexto, o sistema educacional foi contemplado com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 14 de novembro de 1930, que instituiu a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, com a função de supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligado ao Ministério da Agricultura. Essa Inspetoria foi transformada em 1934 em Superintendência do Ensino Profissional. Este foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas modalidades nas escolas existentes.

É importante salientar e registrar o documento “Manifesto dos Pioneiros da

Educação Nova” (1932), escrito por 26 educadores, fundamentado na ideia de reconstrução educacional no Brasil, dirigido ao povo e ao governo, teve sua importância no âmbito de discussões acerca da escola pública no Brasil. Fonte de estudos historiográficos sobre educação, um documento que circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação e representou, simultaneamente, um plano de ação nacional em busca da estruturação de um sistema educacional e um documento de discussão e reflexão sobre o ambiente político e social dos anos de 1920 e 1930.

O Manifesto tinha como objetivo traçar diretrizes de uma nova Política Nacional de Educação e Ensino em todos os níveis, aspectos e modalidades. Representa uma síntese e uma tentativa de avanço sobre propostas novas de educação. A preocupação primordial girava em torno da concepção de vida e do ideal que se desejava alcançar. Segundo Saviani

O manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo (SAVIANI, 2004, p. 34).

Em 1937 temos, então, a Constituição Brasileira como a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo **129** que “o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado”. Segundo o mesmo artigo, “Cumpre-lhe dar execução a esse dever fundando institutos de ensino profissional e subsidiando-os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais” (BRASIL, 1937, p. 28).

Atribuiu, também, às indústrias e aos sindicatos o dever de criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regularia o cumprimento desse dever e os poderes que caberiam ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei 378 que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os

ramos e graus. Foi extinta a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás, tornando-se também um Liceu.

Em 1941 vigoraram uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país e tinha como principais pontos: o ensino profissional que passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais que passou a depender de exames de admissão. Os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo Ensino Médio: o primeiro curso compreendia o básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria; o segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

Dentro desse contexto e tendo em vista a ineficiência do poder público na implantação e expansão do ensino secundário profissionalizante, o setor industrial que precisava de trabalhadores com competências técnicas, esperava alternativas mais rápidas para formação dessa mão de obra para suprir suas exigências da produção. Criou-se assim, um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias, proposto pela Confederação Nacional das Indústrias – CNI. (BRASIL, 1941. p. 22)

Dessa forma, o Presidente Getúlio Vargas encontrou uma solução para agilizar o processo de preparação do trabalhador para o que pedia a indústria nacional, pelo Decreto-lei nº 408, de 22 de janeiro de 1942, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – que certamente contribuiu para mudar os rumos da instrução profissional no Brasil.

A partir da experiência vivida com as prerrogativas deste Decreto Lei foi constituído o chamado Sistema “S”, que passou a integrar o cotidiano brasileiro após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Este Sistema tem como principal fonte de receita os recursos das contribuições incidentes sobre a folha de salários das empresas pertencentes à categoria correspondente, sendo descontadas regularmente e repassadas às entidades de modo a financiar atividades que visem ao aperfeiçoamento profissional dentro do sistema de educação técnica, buscando a melhoria do bem-estar social dos trabalhadores, no que diz respeito à saúde e lazer. Pode-se observar que pelo fato da maioria dessas instituições terem a sigla iniciada pela letra "S" compreende-se o motivo do nome do Sistema “S”, citadas a seguir:

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio; SESC - Serviço Social do Comércio; SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SESI - Serviço Social da Indústria; SEST - Serviço Social de Transporte; SENAT -

Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; DPC - Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha; INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Fundo Aeroviário - Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica. (BRASIL, 1942, p. 34)

O presidente Vargas em seu Decreto nº 4.127, em 25 de fevereiro de 1942 transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação, sem exame de seleção.

Nessa perspectiva, muitos jovens tiveram a oportunidade de construir uma profissão técnica com os ensinamentos dessas instituições, uma vez que era proposta do Sistema S, principalmente do SENAI, de preparar a mão de obra para suas indústrias, inclusive alguns desses estudantes são provenientes das escolas técnicas e escolas estaduais do Ensino Médio, onde vão buscar um curso complementar. Essa foi uma das alternativas que deu sustentação à ruptura pelo grande debate do ensino integrado dos anos de 1990.

Observando este curso das mudanças, Vargas criou a Lei de Equivalência, Nº 1.821, de 12 de março de 1953, que veio ampliar as conquistas anteriores, pois tal lei permitiu o ingresso ao ensino superior em qualquer curso de alunos egressos do segundo ciclo dos ensinos secundário, industrial, comercial ou agrícola. A Lei de Equivalência “era a coroação das ideias democráticas da educação: igual oportunidade para todos” (FONSECA, 1961, p. 42).

Na perspectiva do projeto de educação profissional na era Vargas, o Brasil chegou até o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), trazendo a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia. Neste período, surge a indústria automobilística como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. O Plano de Metas do Governo JK, nesses cinco anos, prevê investimentos maciços nas áreas de infra-estrutura. Tanto que as áreas de produção de energia e transporte recebem 73% do total dos investimentos e o setor de educação é contemplado pela primeira vez com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

Ainda na gestão do presidente Juscelino Kubitschek, meados do ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em Autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, (BRASIL, 1999, p. 42). As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensifica a formação de técnicos, mão de obra indispensável e fator

importante diante da aceleração do processo de industrialização.

Em 1961 acontece a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, (BRASIL, 1999), garantindo maior flexibilidade na passagem entre o ensino profissionalizante e o secundário, mas a dualidade estrutural ainda persistia.

Neste mesmo ano, o Senhor presidente Jânio Quadros, ainda com o mandato de um governo relâmpago, resolveu caminhar na direção da fusão dos ensinos profissional e propedêutico, atuando em dois movimentos simultâneos. Por um lado, criava ginásios industriais dentro dos ginásios secundários, com o que fazia o ensino industrial, invadiam a área do secundário e ao mesmo tempo, traziam os egressos dos cursos clássicos ou científicos para o âmbito da ação das escolas técnicas.

Nas décadas de 1970 e 1980 percebe-se que se multiplicaram estudos referentes aos impactos das novas tecnologias, que revelaram a exigência de profissionais mais polivalentes, capazes de interagir em situações novas e em constante mutação. (BRASIL, 1999). Como resposta a este desafio, escolas e instituições de educação profissional buscaram diversificar programas e cursos profissionais, atendendo a novas áreas e elevando os níveis de qualidade da oferta.

A partir da década de 1980, o Parecer CNE/CES 436/2001, (BRASIL, 1999), mostra-nos que as novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção e à prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas. Isso provocou um impacto na base da educação geral, exigindo melhor preparo de todos os trabalhadores; educação profissional básica para os que precisam se qualificar; qualificação profissional de técnicos; e, educação continuada para atualização, aperfeiçoamento, especialização e requalificação de trabalhadores que estão no mercado ou não. (BRASIL, 1999)

Estudos mostram que a estrutura rígida de ocupações se altera pelos equipamentos e instalações complexas que requerem trabalhadores com níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados. As mudanças aceleradas no sistema de produção passam a exigir uma permanente atualização das qualificações e habilitações existentes e a identificação de novos perfis profissionais, relacionados com a criatividade, a socialização do trabalho, a tomada de decisões coletivas e o uso de novas tecnologias e inovações tecnológicas.

Nesse contexto que se estende por décadas, entendido como contemporâneo aos nossos dias, a educação profissional deixa de ser um simples instrumento de política

assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, para ser uma importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, num cenário participativo e de decisão conjunta.

Por isso, o conceito que se atribui à educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

No início da década de 1970, aprovou-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDB nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971, que reformulou a Lei Federal nº 4.024/61, na qual generalizou a profissionalização no ensino médio na época denominado segundo grau, instituiu a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, estabelecendo formalmente a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos (BRASIL, 1999).

Um novo paradigma se estabelece no Brasil: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, ainda sob o comando da ditadura brasileira, segundo Fonseca (1999), as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, de formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estendeu às outras instituições bem mais tarde.

1.2 Os desafios da Educação Profissional e Tecnológica nos anos de 1990.

A década de 1990 foi um período da história da política brasileira iniciado pela posse do presidente Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1990. Sendo o primeiro presidente eleito pelo povo desde 1960, quando Jânio Quadros venceu a última eleição direta para presidente antes do início do Regime Militar. O governo de Collor foi interrompido em 02 de outubro de 1992, por consequência da instauração de um processo de impeachment, e, em seu lugar assume o vice-presidente Itamar Franco.

Foi nesse período histórico, que as entidades representativas de várias categorias do mundo empresarial, centrais sindicais de trabalhadores, da educação e da política, resolveram juntar idéias e boas representações para realizar o Fórum “Capital-Trabalho”, com

objetivo de buscar um diálogo para balizar caminhos para a solução de questões fundamentais do País.

Iniciado em dezembro de 1991 na cidade de São Paulo, o Fórum teve como local estratégico a Universidade de São Paulo-USP. Deste evento foi retirada a “Carta Educação”, que propõe uma modernização produtiva associada à universalização da educação fundamental. Nesta Carta é feito um diagnóstico de nosso sistema educacional, questionando entre outros pontos os critérios de aplicação dos recursos públicos nesse setor e apresentando medidas para a superação dos impasses existentes nessa questão vital para o futuro do País. (FÓRUM, IEA, USP, 1991) (Disponível em www.iea.usp.br/artigos acesso em 05/03/2016).

O Fórum também aprovou a Carta Ciência & Tecnologia, em que são analisados os problemas nessa área em relação com o desenvolvimento econômico e social brasileiro, fazendo indicações para ser elaborada uma nova política de Ciência e Tecnologia (IEA, USP, 1991).

Em seguida veio o documento da CNI Confederação Nacional das Indústrias, em 1992, intitulado “Rumo à estabilidade e ao crescimento”. Este documento propôs uma reformulação do Estado brasileiro como único caminho para a recuperação da economia, possibilitando ao capital nacional à disputa de novos mercados e à busca da competitividade internacional.

Para que se perceba a forte pressão que a classe empresarial vinha fazendo ao governo nessa década, outro documento da CNI, chamado, “Modernização das relações de trabalho”, afirma que a empregabilidade se restringe à aquisição de novas competências, ignorando as contradições sociais da relação entre emprego e educação, e as responsabilidades financeiras que um sistema de formação desse porte exige.

Assim, com a posse do vice-presidente Itamar Franco, em meio a este debate entre formação de trabalhadores e mudanças no sistema de produção das empresas, em 08 de dezembro de 1994 ele assina a Lei nº 8.948 que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica do Brasil, transformando as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

A partir dessa Lei, o Ministério da Educação determina a criação de decreto específico para cada instituição, estabelecendo critérios em função de instalações físicas, laboratórios e equipamentos adequados às condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento do centro, dessa forma, que cada escola dependia de suas características para definir seu tempo de mudança.

Depois disso, o sistema de educação profissional veio ser lembrado, novamente,

com a promulgação da Lei Federal nº 9.394 em 20 de novembro de 1996, conhecida como a segunda LDB, contemplou a Educação Profissional com um capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada, para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e a democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar, conhecida nos Institutos federais como a “rede certifique”.

Em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso foi empossado presidente do Brasil, em meios a ofensiva ideológica dos empresários, centrais sindicais de trabalhadores e de entidades empresariais sobre a necessidade de um diálogo entre Capital e Trabalho, para se discutir os problemas básicos da sociedade brasileira. Ele prosseguiu com o plano real e as reformas econômicas iniciadas, as taxas de inflação baixas, privatização de diversas empresas e a abertura de mercado, que deu maior visibilidade ao Brasil no mercado externo.

O governo em 1996, combinado com o Ministério da Educação, encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei nº 1603/96, propondo a criação de um sistema de Educação Profissional em separado da educação geral. Uma síntese de concepções diferentes entre sociedade e educação, voltado para atender os interesses dos grupos que apoiavam seu governo.

Por isso, vale lembrar que para atender à exigência da CNI, manifestada desde os governos de Collor e Itamar, a educação profissional passaria pela reconstrução de um novo projeto político pedagógico que envolveria as instituições de ensino como, EAFs, ETFs e CEFETs e suas comunidades, principalmente professores e estudantes. Entretanto não houve uma ação coletiva, nem uma mobilização das categorias envolvidas. Esse foi mais um Projeto imposto pelo governo para a Educação e a organização da Rede Federal de Educação Profissional sem o debate nacional necessário que envolvesse todos os interessados.

Ressalta-se que esse projeto foi elaborado, como já dito, de forma paralela e sem a participação e envolvimento dos setores ligados a educação profissional, pretendendo ser imposto à sociedade civil de forma arbitrária e autoritária, sem o debate e sem um pouco do respeito e reconhecimento das competências da comunidade escolar que podia, em muito, contribuir para a prática do projeto da educação profissional.

Assim, para a compreensão do período dos anos 90, em que ocorreu a reforma, alguns documentos serviram como indicação para a reflexão. Um dos documentos foi o Parecer que trata sobre as Diretrizes Curriculares para a educação profissional. (CNE/CEB1

n.º 16/99)¹. Nele é possível identificar uma visão por parte do governo, das escolas técnicas antes da reforma e as alterações que adviriam das mudanças preconizadas, na seguinte redação:

[...] as escolas técnicas tradicionais acabaram se tornando a opção pessoal de estudos propedêuticos, distorcendo a missão dessas escolas técnicas. A separação entre educação profissional e ensino médio, bem como a rearticulação curricular recomendada pela LDB, permitirão resolver as distorções apontadas. Em primeiro lugar, eliminando uma pseudo-integração que nem prepara para a continuidade de estudos nem para o mercado de trabalho. Em segundo lugar, focando na Educação profissional a vocação e missão das escolas técnicas (BRASIL, 1999, p. 15)

Para o MEC as mudanças propostas para o Ensino Técnico, por este Projeto, tinham por objetivo qualificar o aluno e ampliar as condições deste para o mundo do trabalho. No entanto, não foi apresentada qual deficiência existia na formação integrada em curso, o que se viu na exposição de motivos foram apenas vantagens provocadas pela desvinculação do Ensino Técnico do Ensino Médio. Mas uma das desvantagens que se revela é quando o Técnico passa a ser sequencial ou paralelo ao Ensino Médio, o aluno deve estudar em dois turnos. Sendo o caso Sequencial quando o aluno já tem o segundo grau, este deve ter condições de continuar estudando por mais dois anos em um curso técnico. Se for simultaneamente o aluno vai ter uma matrícula para o segundo grau e outra para o curso técnico e às vezes em duas instituições, mais gastos e mais tempo de preparação.

Esta foi uma das mudanças propostas no Projeto de Lei nº 1603/96: a organização curricular no Ensino Técnico será modulada, ou seja, ordenada em blocos de disciplinas, segundo o MEC (1996), “cada módulo garantirá sua qualificação profissional ao aluno, com direito a um certificado de qualificação profissional, por cada módulo concluído”. Isso provocou alguns problemas de permanência do aluno na escola ou de evasão do curso, alguns concluíam o módulo e já entendiam que estavam prontos para o trabalho, resumindo a importância do curso a uma ação profissional restritamente técnica, quando não devia ser esse o objetivo do curso.

Este Projeto, na visão do Saviani (1997), traz como consequência a falta de um

¹ O parecer trata das diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico e foi elaborada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. O CNE possui atribuições de ordem normativa, deliberativa e de assessoria ao Ministro da Educação.

compromisso maior do MEC em relação às escolas técnicas federais, provavelmente a experiência mais bem sucedida de organização do nível médio a qual contém os germens de uma concepção que articula formação geral de base científica com o trabalho produtivo, de onde poderia se originar um novo modelo de ensino médio unificado e suscetível de ser generalizado para todo o país.

O Governo tentou aprovar o PL nº 1.603/96, (BRASIL, 1999), antes da aprovação da LDB no Congresso, mas foi grande a reação contrária ao projeto de Lei conseguindo unir os mais variados segmentos da sociedade, com representação das mais diversas entidades contrária a proposta. Com muita rapidez após a aprovação da LDB, o governo retirou o projeto de lei que estava sendo discutido e, de forma mais uma vez autoritária, divulgou outro texto, similar ao PL 1603/96, na forma do Decreto nº 2.208/96 de 17 de abril de 1997,(BRASIL, 1999), “que vai tratar de forma atrasada e fragmentada o que não deixou que se definisse na lei maior, a LDB” (GARCIA, 2010, p.11).

Assim, enquanto os trabalhadores reivindicavam uma educação profissional articulada à elevação da escolaridade, o governo FHC, dentro da concepção da relação entre educação e sociedade defendida pela “ótica do capital” impôs segundo Kuenzer (2003), “sobre toda a sociedade a separação total entre educação geral e formação profissional, através de um sistema fragmentado e recheado de ambiguidades terminológicas”.

O referido Projeto de Lei modificou radicalmente o atual ensino técnico e incorreu em desarticulação do currículo integrado e o aprofundamento da dualidade entre educação geral e educação especial. Isso está expresso numa das matrizes básicas do PL em seu artigo 8º, que dispõe sobre a educação profissional com o fim integrado do ensino técnico.

Com isso, o PL ratifica a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual; entre o pensar e o fazer; entre o planejar e o executar, características do regime de acumulação taylorista fordista, que segundo Frigotto (2005, P. 46), “o capital é o glorificador do trabalho, sempre entendido como trabalho imediato e manual. Querer formar o trabalhador apenas pelo trabalho imediato é escravizá-lo”.

No entanto, o modelo de acumulação flexível e integrada contrasta fortemente com a lógica taylorista-fordista de remuneração, de definição de postos de trabalho e de competências. É exigido do trabalhador com este novo paradigma de produção segundo Kuenzer (2003), “a capacidade de pensar, de decidir, de ter iniciativa e responsabilidade, de fabricar e consertar, de administrar a produção e a qualidade”. Sua formação não pode prescindir de uma educação geral, única e abstrata. “É um trabalhador que demanda uma formação complexa, muito mais que simples treinamentos para leituras de manuais”

(KUENZER, 2003).

Em meio a este debate ideológico e fortemente político que envolveu os representantes da educação e da classe trabalhadora, o governo FHC assinou o Decreto nº 2.208/97 que regulamentou a educação profissional e propôs a separação desta do ensino médio e a criação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Tendo por base o PL 1603/96 que representou o acordo do MEC com o Banco Mundial. Ou seja, foi somente um ajuste normativo em cumprimento aos termos acordados para o financiamento externo dos projetos educacionais do governo FHC, que segundo Kuenzer (1997), “essa concepção de Educação Profissional desvinculada da educação básica, economicista e crítica em relação às questões sociais, estava articulada aos interesses industriais e de acordo com a ótica do capital.”

Como se percebe, o objetivo era enquadrar ideologicamente o trabalhador brasileiro às novas necessidades do modelo de produção e acumulação flexível, instituindo outro patamar para a acumulação e valorização do capital (OLIVEIRA, 2002).

O Decreto n.º 2.208/97, que regulamentou a educação profissional, (BRASIL 1999), apresentou em seu Art. 5º a principal mudança nessa modalidade de ensino, quando definiu que a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio. Dessa forma, houve uma ruptura entre ambos, já que até aquele momento a legislação da educação profissional de nível técnico previa um currículo que integrava a formação profissional ao ensino médio, e que estava sendo desenvolvido muito bem pelas escolas federais.

No formato de ensino técnico apresentado no Decreto, continuaria a existir, na visão de Moura (2010), a dualidade histórica, com a formação de caráter propedêutico, comumente utilizada para a formação das elites e a formação de caráter instrumental, dirigida à classe trabalhadora popular.

Igualmente, pela análise de Fernandes (2006), a separação entre a formação geral e profissional nos currículos dos cursos técnicos, criada a partir do Decreto 2.208, não foi adequada, tendo em vista que não foram considerados os mais envolvidos no processo ensino-aprendizagem, como professores e alunos, nem a comunidade escolar.

Com isso, percebe-se que, a propriedade dessa metodologia, indicando a construção da formação técnica sem os conhecimentos científicos a ela relativos, segundo Fernandes (2006), é contrário a possibilidade de uma formação técnica consistente e tributária da integração e não da justaposição desses conhecimentos, como preconizado no modelo de formação profissional integrada existente.

De imediato as entidades e representações políticas da comunidade escolar se manifestaram sobre este Decreto 2.208, apresentando inúmeras críticas com propostas de emendas parlamentares contrário a este. A oposição ao projeto se devia a setores da sociedade defensores do caráter politécnico da Educação Profissional, como as escolas Agrotécnicas e os CEFETs, que não concordavam com a dissociação entre a educação geral e a profissional.

Para Frigotto (2010, p. 32), este Decreto, “restabeleceu o dualismo entre educação geral e específica, humanista e técnica, destruindo, de forma autoritária, o pouco ensino médio integrado existente”. Existia, segundo o autor, a expectativa de revogação do Decreto por parte do governo Lula, com base nas cobranças da área educacional por meio das organizações científicas e sindicais o que ocorreu em 2004.

Esta década de 1990, segundo o autor, foi marcada pelo paradigma do neoliberalismo² que ficou implícito na reforma da educação profissional dos anos 90, pois, a partir dele, surgiu um novo discurso com palavras que aparecem como carro-chefe nos modos de produção, tais como qualidade e competitividade.

Segundo Silva (1994), o neoliberalismo atribuiu ao setor público e ao Estado as dificuldades e mazelas sociais e econômicas pelas quais países, como o Brasil, passavam e, em contrapartida, adotou os modelos considerados eficazes pela iniciativa privada como capazes de auxiliar a recompor a economia e a sociedade.

Pela visão neoliberal, os problemas da escola estão focalizados na má administração e não nos demais fatores sociais e econômicos que levam a situações de exclusão.

O neoliberalismo prega um estado com atuação mínima nos fatores sociais, porém com atuação máxima nos serviços considerados pelos neoliberais como de interesse do capital. Para Frigotto (1994), a educação e o conhecimento são reduzidos a meros fatores de produção alheios às relações de poder como se educação estivesse a serviço do mercado, quando, na verdade, deveria ser processo de emancipação humana.

A Educação Profissional e Tecnológica não pode ser vista como um projeto restrito aos ensinamentos de técnicas das quais se utilizam o processo de produção das empresas, aos conhecimentos das novas tecnologias, nem ao abastecimento de ideias novas e formas lucrativas e prioridades para o sistema, deve ter sim, como meta, segundo Frigotto (1994), “a realização de um trabalho pedagógico que ajude o aluno a desenvolver sua capacidade de analisar, interpretar e resolver os problemas do cotidiano, ideia que se coaduna

² O neoliberalismo é uma orientação econômica que tem como paradigma a mínima intervenção estatal, uma maior liberdade de mercado e uma crescente tendência à redução da ação do Estado nos programas e projetos econômicos e sociais

com a perspectiva de uma Educação Emancipadora” (FRIGOTTO, 1994, p. 69).

É possível verificar o esforço empreendido pelas elites em “mudar para conservar” para garantir os interesses dos diferentes grupos da classe capitalista e compreender como se articulam nessa economia mundializada como Kuenzer (1997), afirma que “as reformas educacionais da década de 1990 redefiniram o jogo de forças e reeditaram o conservadorismo, com resultados negativos para o país e para a educação brasileira”.

1.3 A reconstrução da Rede Federal de Educação Profissional

Para a comunidade educacional, a mudança de governo criou uma expectativa positiva, por ser um representante de origem popular considerado de ala esquerda e por ter apresentado uma plataforma de governo participativo inspirado nos movimentos sociais e disposto a cuidar da classe trabalhadora, daqueles sem oportunidades no cenário brasileiro, mas reconhecidos como pessoas capazes de participar de qualquer processo de construção de uma classe.

Observando a Educação Profissional, aquela que se comporta na qualidade formadora da mão de obra de jovens e trabalhadores para servir o mercado, o governo contou com as instituições de ensino e executoras dessa formação que são as Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas de todo país para contribuir com a reconstrução da educação profissional no Brasil.

Assim em 2003 o tratamento a ser dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação ao início do Governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública e corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior que, de maneira explícita, dissociaram a educação profissional da educação básica, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. (BRASIL, 2005, p. 2).

Com outra inspiração, quando o governo do Partido dos Trabalhadores assumiu a Presidência da República, com o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, foram apresentadas várias propostas de mudanças na educação profissional, dentre elas muitas correções e alinhamento das políticas públicas em vigor. Entre essas correções, uma das mais relevantes, em razão do seu fundamento político e por se tratar de um compromisso assumido com a sociedade na plataforma de governo, foi a revogação do **Decreto nº 2.208/97**, restabelecendo-se a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico, de acordo com o que dispõe o artigo nº 36 da LDB.

Assim foi feito, mas segundo Frigotto (2005), por se tratar de um ato do Poder Executivo, a ele foi conferido um caráter de transitoriedade, o que tem justificado a ideia de se propor ao Congresso Nacional um anteprojeto de “Lei da Educação Profissional e Tecnológica”, o que aconteceu com a assinatura do Decreto nº 5.154/2004, (BRASIL, 2004) que revogou o referido decreto 2.208, reafirmando a integração do ensino médio ao técnico e em seu Art. 4º, §1º, define que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio³ e o ensino médio⁴, poderá ocorrer nas formas integrada, concomitante e subsequente e à educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

O que a comunidade educacional pretendia, segundo Frigotto (2010, p. 35), “era a (re)construção de princípios e fundamentos da formação dos trabalhadores para uma concepção emancipatória dessa classe”. Acreditava-se que a mobilização da sociedade pela defesa do ensino médio unitário e politécnico, a qual conquanto admitisse a profissionalização, integraria em si os princípios da ciência, do trabalho e da cultura, promovia um fortalecimento das forças progressistas para a disputa por uma transformação mais estrutural da educação brasileira.

Com efeito, o que aconteceu a partir de 28 de julho de 2004, três dias após o Decreto n. 5.154/2004, (BRASIL, 2004) ser exarado, foi o anúncio do Programa Escola de Fábrica com um modelo restrito à aprendizagem profissional causando surpresa a muita gente. Além disso, passou-se a enfrentar uma nova e complicada conjuntura: a reestruturação do MEC colocou a política do ensino médio na Secretaria de Educação Básica, separando-a da política de educação profissional.

O fato é que, segundo (Frigotto, 2010), após um ano de vigência do Decreto nº 5.154/2004, a mobilização esperada não ocorreu. O que se viu, logo a seguir, foi o inverso. De uma política consistente de integração entre educação básica e profissional, articulando-se os sistemas de ensino federal e estaduais, passou-se à fragmentação iniciada internamente, no próprio Ministério da Educação.

O MEC apesar de reconhecer a forma integrada como um curso único, com matrícula e conclusão única, o parecer de criação deste programa considera que os conteúdos do ensino médio e os da educação profissional de nível técnico são de “naturezas diversas”. Restabelece-se, assim, internamente ao currículo, uma dicotomia entre as concepções educacionais de uma formação para a cidadania e outra para o mundo do trabalho, ou de um

³ A educação profissional técnica de nível médio oferece aos alunos egressos de seus cursos em várias áreas de atuação uma formação que dá o direito de exercício de uma profissão como técnico de nível médio.

⁴ A partir de 1996 o ensino médio no Brasil corresponde à última fase da educação básica e propicia uma educação de caráter científica geral e não profissionalizante.

tipo de formação para o trabalho intelectual e de outro tipo para o trabalho técnico e profissional.

Entretanto, é possível identificar em vários materiais de divulgação do MEC sobre a reforma da Educação Profissional a estratégica para o desenvolvimento sustentado, o qual requer, entre outras bases, pessoal qualificado. A qualificação do trabalhador exige, hoje em dia, não apenas um treinamento específico para a realização de tarefas, mas uma base de conhecimentos, atitudes e habilidades que só podem ser obtidas por meio de uma sólida integração da educação com todos os setores econômicos, políticos e sociais.

Entretanto, não é isso que acontece, na prática, dentro das instituições de ensino técnico, sempre se registra uma divisão entre o técnico e o propedêutico dentro do planejamento de cursos, nas coordenações e supervisões, onde a palavra da orientação pedagógica é apenas um informe, assim, o que prevalece então são as discussões que colocam as relações de construção de conhecimentos específicos daquela área em evidência, ficando em segundo plano a formação geral, num patamar abaixo das prioridades tecnológicas.

Isso passa bem próximo do que Saviani (2003), afirma “que o uso do conceito de politecnia é mais adequado ao projeto de uma sociedade igualitária, diferentemente de educação tecnológica, que tem se identificado, historicamente, com a redução da educação às finalidades técnicas e produtivas, de interesses especificamente de uma ação lucrativa”.

Por outro lado, podemos entender que o conceito de politecnia ou de educação tecnológica, conforme o mesmo autor, estaria no segundo nível de compreensão do trabalho como princípio educativo: “a educação básica, em suas diferentes etapas, deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva”. (SAVIANI, 2003 p. 45).

1.4 A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Com a publicação da Lei 11.195/2005 (BRASIL, 2005), ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, disponibilizando oportunidades orçamentárias para construções de novas unidades de ensino e aberturas de novos cursos em todo Brasil.

Também nesse mesmo ano ocorre a transformação do CEFET do Paraná em Universidade Tecnológica Federal, sendo a primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil e que se tornou pela sua experiência, em uma abertura para o ensino superior tecnológico em todos os outros CEFETs (MEC, 2005).

A intenção política do Ministério da Educação com a expansão da Rede Federal era constituir instituições de educação profissional e tecnológica pertencente a sua rede em cada cidade-polo, para que pudessem ser instrumento de desenvolvimento regional, tanto que as escolas Técnicas Federais foram sendo transformadas, sequencialmente, em CEFETs, seguindo o modelo do Paraná (MEC, 2005).

Os recursos que garantiram os investimentos para financiamento da expansão e modernização da educação profissional e tecnológica federal e estadual vieram do MEC/SETEC, que disponibilizou 82 milhões em 2004 e 173 milhões em 2005, por meio do Programa de Reforma da Educação Profissional PROEP (BRASIL, 2005).

Nessa linha de valorização da educação profissional, a expansão da rede federal significou uma elevação do número de matrículas de novos alunos em diversos cursos e localidades do país, delineada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC (MEC, 2005).

Para assegurar tal valorização, foi necessário criar políticas que garantissem o acesso e permanência dos alunos na rede de educação profissional, tais políticas passarem pela criação de bolsas de estudos, sistema de estágio curricular integrado com o sistema empresarial de cada região e definição de políticas que assegurasse aos professores condições efetivas de trabalho e melhores salários. Além de uma política de implantação da carreira docente e de pessoal técnico administrativo das instituições federais de educação profissional.

Dentro da mesma política de financiamento, modernização e expansão, em se tratando de juventude, foram criados programas de formação dos jovens trabalhadores como o Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Educação, Qualificação e Ação - PROJOVEM, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adulto – PROEJA, e outros projetos de extensão.

Toda esta expansão foi sustentada pelo Plano de Reforma da Educação Profissional – **PROEP** que foi implantado em 1997 pelo governo de FHC, com uma vigência declarada até 2003, mas depois prorrogada até 2008, pelo governo Lula. Seus recursos eram oriundos do MEC, 25% do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, por meio do MTE e 50% financiamento do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID).

O PROEP tinha como finalidade de atender à educação profissional de nível básico e técnico, de acordo com o MEC, financiando projetos escolares para a expansão e a melhoria da qualidade desses níveis, principalmente instituições comunitárias ou privadas, no que diz respeito à infraestrutura, instalações, equipamentos, capacitação de técnicos e

professores e atualização de currículos.

O PROEP impulsionou a transformação das escolas técnicas federais de educação tecnológica em uma rede de referência para a educação profissional como os CEFETs; possibilitou a descentralização da educação profissional em todas as unidades federativas e contribuiu para o fortalecimento de entidades municipais, prefeituras, sindicatos e instituições privadas sem fins lucrativos.

O PROEP visava o aumento de vagas no ensino profissional, a diversificação de oferta no ensino profissional e a definição de cursos para atender às demandas da sociedade e às exigências das novas tecnologias. Quem tinha acesso ao PROEP eram as instituições federais de educação profissional, os estados, o Distrito Federal, as escolas estaduais e as escolas do segmento comunitário (MEC, 2005).

Incentivado com as linhas de financiamento do PROEP, o governo lança em 2006 o Decreto 5.840, que instituiu no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, PROEJA, para atender jovens do ensino fundamental, médio e educação indígena. Esta formação se estendeu por todos os CEFETs do país, recolocando muito adultos nas salas de aulas e, conseqüentemente, abrindo uma porta para requalificação de trabalhadores, e, com isso, possibilitando sua recolocação no mercado de trabalho ou incentivando a continuação de seus estudos, em alguns casos entusiasmando-os ao seu próprio negócio.

O PROEJA também incentivou a oferta de cursos de pós-graduação nos Institutos Federais na forma de especialização, o que desde 2006 vem apoiando a formação de professores e gestores da rede pública de ensino. Também visando estimular projetos de pesquisa o PROEJA apoiou convênios entre universidades e institutos, para a promoção de formação de servidores em cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em várias áreas do conhecimento.

Outro programa instituído pela Lei Nº 11.180 de 2005, (BRASIL, 2005), foi o Programa Escola de Fábrica, tendo como objetivo a formação profissional inicial e continuada de jovens de baixa renda, visando preparação técnica para a inserção no mundo do trabalho. A proposta deste programa era a instalação de sala de aulas dentro das fábricas, por isso saiu com a meta de instalar quinhentas escolas dentro de fábricas, empresas e unidades produtivas, para formar dez mil alunos no ano de 2005, para tal ação o governo destinou R\$ 25 milhões oriundos do PROEP.

Com toda essa articulação de formação entre programas de governo e comunidade assistida, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC do Ministério da

Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional, realizaram em novembro de 2006 a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, em 26 Estados e no Distrito Federal com a participação de 2.761 membros entre professores, gestores, alunos e comunidade local (MEC, 2006).

Com essa Conferência as Instituições estiveram mais próximas do governo aderindo melhor ao programa da Educação Profissional, acreditando no projeto de expansão e creditando as ações do governo, com isso, logo em 2007, veio a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades de ensino. Atingindo um total de **354** unidades até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades do desenvolvimento local e regional.

Contando com os créditos dessa nova experiência o governo sancionou a Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, (BRASIL, 2008), e cria para todo território nacional, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II. Todas essas instituições mencionadas possuindo natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Com isso os Institutos Federais passaram a ser instituições de educação superior, além da educação básica e profissional tradicional, se tornaram pluricurriculares, com várias características de currículos e multicampi, isto é, com atuação em várias localidades do estado. Especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei e no que se trata da avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior eles são equiparados às universidades federais. Sendo assim, são também, instituições certificadoras de competências profissionais externas.

Aos Institutos Federais foi dado na forma da lei, autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância a legislação específica.

Neste modelo da expansão da Rede Federal, o número de matrícula de estudantes

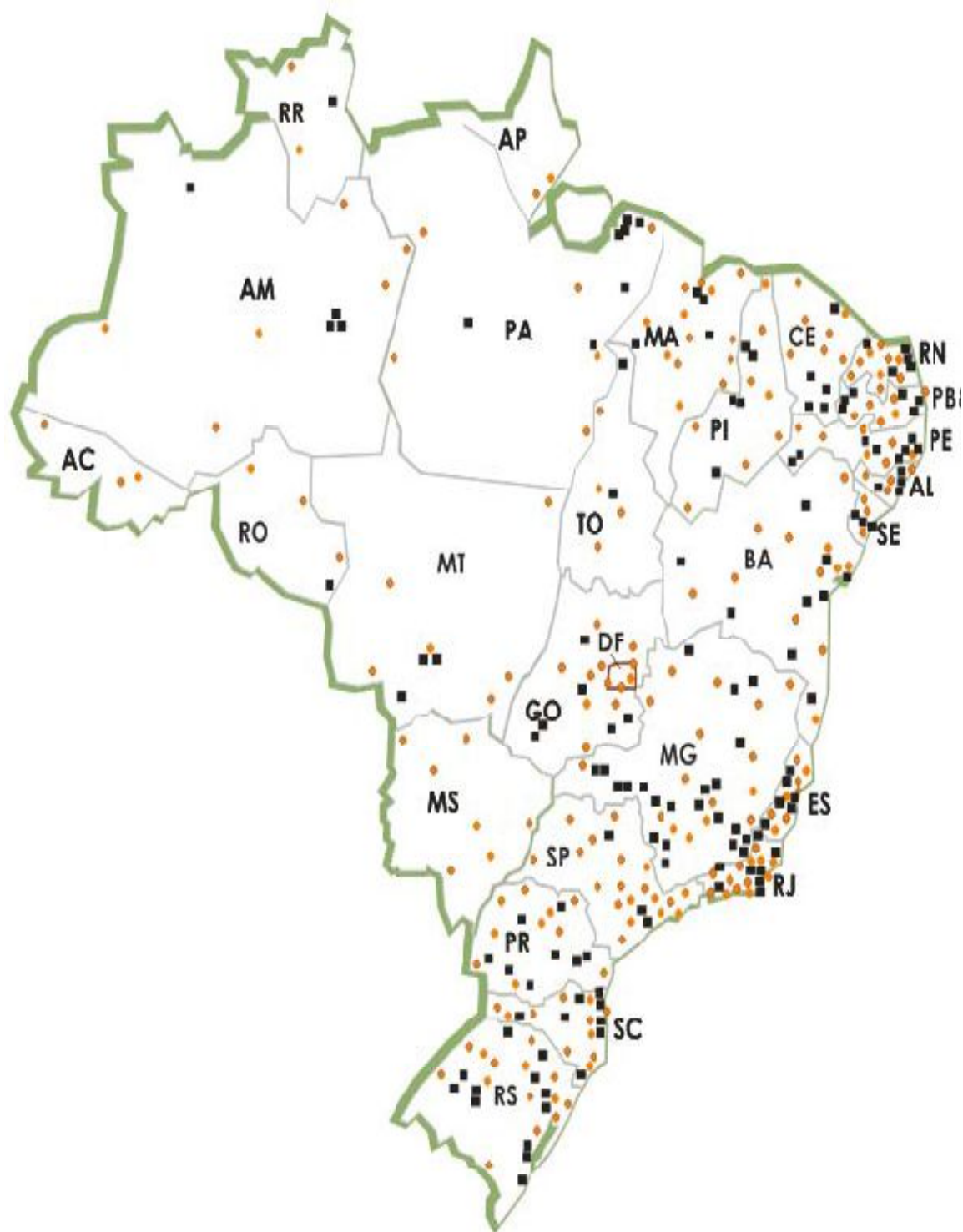
aumentou consideravelmente, significando mais oportunidade de estudo, mais acesso aos centros de desenvolvimento de tecnologias, cultura e sociedade, essa é, a parte desse programa que se caracteriza como uma das formas de inclusão de jovens que vivem em pequenas cidades, fora das universidades e no mundo do subemprego. Essa oportunidade constituiu-se em outra realidade da qualidade de estudo e reacendeu as esperanças da volta aos estudos, inspirados na qualidade do ensino oferecido e na expectativa de uma nova profissão e reformulação da vida, mesmo sabendo das controvérsias do programa, essa expansão, levou muitos benefícios para a juventude de cidades distantes dos grandes centros.

Essa formação deve-se apresentar com um currículo dinâmico com bases conceituais e fundamentos técnicos para o enfrentamento das novas ferramentas e procedimentos de produção que o mercado utiliza, ou que precisa utilizar. Os planos de formação dessas instituições devem contemplar as estruturas e métodos de construção de novos conhecimentos que se integram para formar o novo perfil de uma juventude com expectativa e esperança, disposta a enfrentar, porque estão estudando, os desafios presentes no mundo do trabalho.

O mapa abaixo mostra o novo cenário do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, que se instalou pelos estados do Brasil ofertando cursos e oportunidades de formação para jovens e adultos empregados ou em busca de uma melhor situação de vida profissional, social e cultural.

Mapa: Expansão da Rede Federal até 2010

(Fonte: MEC 2010)



A educação profissional e tecnológica assume um valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social começou a tomar forma a partir da criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com os esforços para a transformação em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em andamento, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino, visando a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância.

Vale ressaltar que as unidades que formam a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica desenvolvem projetos de intercâmbio internacional nos países que integram o MERCOSUL, a Comunidade de Língua Portuguesa – CPLP, e outros países como o Canadá e França. Além do mais, nos últimos anos tem sido intensa a procura dos países africanos para conhecer a educação profissional e tecnológica do Brasil, a fim de estabelecerem parcerias educacionais, visto que as experiências desenvolvidas na Rede Federal se constituem-se em referência.

A maior parte das parcerias que envolve os Institutos, visa, também projetos de inclusão social da comunidade com a qual a unidade da Rede Federal esteja envolvida, caracterizando, assim, o compromisso com a extensão acadêmica. Um dos exemplos atuais é o Projovem e o Projeto e-Jovem, objeto dessa investigação, que são executados com a parceria com o Instituto do Ceará IFCE.

Segundo o MEC (2009), a missão institucional dos Institutos Federais, tendo como base a relação entre educação profissional e trabalho, é orientada pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Quanto à relação entre educação e ciência, o Instituto Federal deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de Ciências, segundo o MEC (2009), voltado à investigação empírica; devendo qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica.

Os Institutos mantêm uma política de aproveitamento da capacidade de seus profissionais, formados em seus quadros, no programa de estagiários bolsistas, particularmente com seu quadro de professores orientadores de estágio de cada curso, acumulando experiências onde se registra vários momentos de efetivação de alunos e a contratação de novos estagiários em grandes, pequenas e médias empresas da região. Isso caracterizado pelas parcerias firmadas entre a organização didática e administrativa dos Institutos e o setor produtivo empresarial.

No plano da extensão acadêmica, uma das experiências registradas foi a parceria do Instituto Federal do Ceará com a SEDUC Secretaria de Educação do Ceará, para execução do Projeto e-Jovem, objeto dessa investigação, onde toda a organização de pessoal para a supervisão pedagógica, tutores e instrutores foi fornecida pelo IFCE, baseado tanto nas competências técnicas como na relação didático-pedagógico para desenvolvimento dos cursos e, principalmente, pelo seu relacionamento entre os setores produtivos promovido por sua expansão em todo estado, além da certificação de alunos do Projeto emitida como Técnico de Nível Médio pelo IFCE.

A Educação Profissional no Brasil, no decorrer da história, assumiu diferentes funções: foi norteadada por muitos princípios, embasada por inúmeras teorias desenvolvidas com base nas mais diversas práticas pedagógicas e sofreu muitas alterações em sua estrutura. Além disso, ela sempre esteve muito atrelada à formação de mão de obra, pois, desde seus primórdios, sempre fora destinada às camadas mais pobres da população.

Com a chegada da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica fundamentada numa história de construção de 100 anos, cujas atividades iniciais eram instrumento de uma política voltado para as “classes desprovidas” e hoje se configura como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da educação e trabalho, mostra seu valor como agente transformador da sociedade brasileira, inspiração para muitos jovens, os que buscam ainda e outros que encontraram saberes técnico e qualidades sociais para a disputa de lugares no chão das fábricas ou nos tapetes do mundo do trabalho.

Nesse contexto, para os agentes e instituições envolvidos, esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular, cujo fenômeno é decorrente da história, do papel e das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos.

Os Institutos têm um canal aberto com a maioria das universidades federais,

garantindo convênios com seus Centros de Pesquisas dentro do programa de formação de professores de pós-graduação tanto na realização de MINTER mestrados, interdisciplinares, como DINTER doutorados interdisciplinares em diversas áreas da ciência e da tecnologia, como no caso específico do convênio CAPES, IFCE, UNESP de São Paulo, nas cidades de Marília e Rio Claro para os cursos de doutorado em educação e geografia, respectivamente, no período de 2010 a 2016.

Para finalizar este capítulo, esclarece-se que quando se trata de Educação profissional, tanto a Constituição Federal (BRASIL, 1988), quanto a nova LDB (BRASIL, 1996), situam a educação profissional na confluência dos direitos humanos, e do direito à educação e ao trabalho. A Constituição Federal, em seu artigo 227, destaca o dever da família, da sociedade e do Estado em “assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

O parágrafo único do artigo 39 da LDB (BRASIL, 2010, p.10), define que “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”. (BRASIL, 2010).

Portanto a educação profissional, na LDB (BRASIL, 2010), não substitui a Educação Básica e nem com ela concorre. A valorização de uma, não representa a negação da importância da outra. A melhoria da qualidade da educação profissional pressupõe uma Educação Básica de qualidade e constitui condição indispensável para o êxito num mundo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento.

Nesse contexto, a LDB faz uma abertura no seu artigo 42, que vai além desse dueto Educação Básica e Profissional, considerando portanto, que a Educação Profissional deve se constituir num direito de cidadania, preconizando a ampliação do atendimento ao prescrever, que “as escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”.

Com esse entendimento, muitos Institutos abriram suas portas para a comunidade externa, mantendo com isso um relacionamento de formação em diversas áreas e alternativas possíveis aos cursos com característica especificamente técnica. Dessa maneira, surgiram também as parcerias com outros órgãos da administração pública (Prefeitura, Estado e Ministérios), que se utilizaram em forma de convênios das competências de seus quadros

entre professores, técnicos e alunos, para transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício da formação de pessoas que não tiveram acesso aos cursos oficiais. Quando isso ocorre, em forma de extensão acadêmica, garante um número maior de participantes aos cursos técnicos melhorando, assim, suas condições para o ingresso no mundo do trabalho.

Foi com essa visão que o IFCE foi convidado para a parceria com o governo do estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Educação, para ser a instituição responsável pelo processo acadêmico e pedagógico do Projeto e-Jovem, que integra a proposta de uma política pública de formação em informática e suas tecnologias para jovens oriundos do Ensino Médio e egressos da escola pública, objeto dessa investigação, que descrevemos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 - Projeto e-Jovem: aspectos do trabalho desenvolvido

A educação profissional, desde sua origem, foi reservada às classes menos favorecidas, como visto no capítulo anterior, estabelecendo uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber, vivenciando o ensino secundário, normal e superior e aqueles que executavam tarefas manuais com o ensino profissional. Aos olhos dos jovens, conforme constatado na pesquisa o trabalho sempre foi associado ao esforço manual e físico e, por isso, acaba agregando-se a ideia de sofrimento. Entretanto para aqueles que precisam do trabalho para sua sobrevivência, torna-se uma questão de honra conseguir um posto no mercado de trabalho, mesmo que na submissão a qualquer atividade, não apagam os sonhos de um trabalho digno.

Tanto a Constituição Federal quanto a nova LDB situam a educação profissional na confluência dos direitos do cidadão e da cidadã à educação e ao trabalho. A Constituição Federal em seu artigo 227, destaca o dever da família, da sociedade e do Estado em “assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Já no parágrafo único do artigo 39 da LDB/96 define que “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.”

Nesse contexto, entendemos que há uma proposta de reflexão sobre o sistema educacional brasileiro, na perspectiva de que há um consenso quando se trata do Ensino Médio que é o nível de ensino que provoca os debates mais controversos na sociedade da educação contemporânea. Seja pelos persistentes problemas do acesso e da permanência do aluno, seja pela qualidade da educação oferecida, mas também, pelas sequentes reformas da educação profissional que pode tornar-se a esperança para esta juventude em pleno exercício de disputa por vagas no mercado de trabalho.

Por isso, vimos na LDB, (1996) em seus artigos 39 a 42, como definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, que “a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, conduzindo “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”, a ser “desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada”, na perspectiva do exercício pleno da cidadania.

Por estes caminhos, o governo do estado do Ceará numa perspectiva de integrar o

Ensino Médio propedêutico ao Ensino Técnico, pelos princípios da educação profissional, instituiu o Projeto e-Jovem como uma política pública, para atender a jovens do 3º ano do Ensino Médio e egressos da escola pública, percebendo que estes não poderiam mais participar de um processo de formação técnica integrada, como estava sendo estruturado no Estado como a transformação das Escolas Estaduais de Ensino Médio em Escolas de Ensino Técnico integrado de nível profissionalizante e no sistema integral previsto para no início dos anos de 2009.

Este foi um momento histórico, no qual as amplas transformações de ordem social, econômica, cultural e tecnológica agilizavam as atividades de formação técnica que começaram a ser desenvolvidas nos laboratórios das instituições, onde o Projeto iniciou suas primeiras experiências, com um protocolo de ensino composto pelas condições e situações de um programa de formação relatado a seguir.

2.1 Projeto e-Jovem: princípio histórico da formação

O e-Jovem é um Projeto que surgiu em consequência da política pública de educação profissional do governo federal e como uma política regionalizada do estado do Ceará para formação de jovens, realizado por meio da Secretaria da Educação do Estado (SEDUC), conforme já mencionamos. Sua operacionalidade, se deu integrada a outras Secretarias, em especial à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior e à Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social e outros parceiros.

Segundo a SEDUC, o objetivo geral do e-Jovem vem de acordo com o Termo de Referência do Projeto, elaborado pelos professores Mauro Oliveira e Mauricio Holanda que visa articular a formação de nível médio com o ensino profissional e o mundo do trabalho através da capacitação de jovens em cursos de informática e tecnologias de informação e comunicação, empreendedorismo e cooperativismo, ampliando as chances de inserção no mercado, além de proporcionar geração de emprego e renda, nas regiões mais carentes do Estado do Ceará (SEDUC, 2007, p.2).

Os objetivos específicos, de acordo com o documento supracitado, consistem em oferecer uma formação de característica tecnológica e profissional que possibilite a inserção do jovem no mercado de trabalho nas áreas de desenvolvimento web, rede, hardware e programação, funções estas que estão presentes no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO)⁵,

5 Cadastro Brasileiro de Ocupações: 2624-10 Desenhista de páginas da internet-web designer e 3171-10, Programador de Sistemas de Informação (BRASIL, CBO, 2013).

observando as políticas de softwares livres, princípio da universalização da cultura digital.

Além disso, segundo a SEDUC, visa desenvolver projetos de empreendedorismo social nas comunidades e escolas inseridas no alcance do e-Jovem, criando uma cultura de responsabilidade social, pretende, também, qualificar mão de obra para atender à demanda da indústria de software no Ceará, podendo estar distribuída nos municípios, em articulação com empresas cearenses de tecnologia da informação e comunicação, além de promover a articulação com outras áreas do conhecimento (SEDUC, 2007).

Encontra-se, ainda, na estrutura original expressa do Projeto, outros objetivos específicos conforme a SEDUC (2008), que se configuram em colaborar com o desenvolvimento sustentável dos Municípios que apresentam menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM; ofertar cursos para os jovens desses municípios; oferecer, para os estudantes de Universidades públicas e particulares, estágios de monitoria remunerado, na função de monitores, instrutores, tutores e supervisores; instalar centros produtores de software nas comunidades atendidas, em articulação com empresas cearenses de Tecnologia da Informação; organizar cooperativas em comunidades parceiras do Projeto; oferecer uma formação para o trabalho e o empreendedorismo; desenvolver projetos de inserção social nas comunidades das escolas envolvidas com o e-Jovem, discutir a cultura de responsabilidade social com os jovens e os problemas de suas comunidades.

O Projeto e-Jovem é financiado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza, FECOP, criado pela Lei Complementar nº 37, de 26/11/2006, do Governo Estadual, este, garante os recursos para execução do Projeto, sempre a depender da lei orçamentária do governo, sendo de responsabilidade das coordenações da secretaria a organização do orçamento e a previsão de gasto para execução do Projeto, que contemple ampliação de turmas, melhoramento e manutenção da estrutura física e pedagógica e da política de gestão de pessoal.

Nesse contexto, o Projeto e-Jovem se define como uma política pública e, por isso, constitui-se também como uma estratégia de permanência da juventude no ambiente escolar, segundo a SEDUC, pretendendo facilitar, para o jovem, a transição entre a escola e o trabalho e, com isso, assegurar os direitos de acesso à educação e ao mercado de trabalho, em especial para os jovens de classes menos favorecidas e em situação de risco, assim, este Projeto, foi escolhido como nosso objeto de pesquisa e análise que descrevemos a seguir.

O Projeto teve início em 2007, com uma proposta piloto organizada em Módulos, essa primeira experiência chamada de Módulo I, iniciou suas atividades, em 34 escolas credenciadas sendo quatorze em Fortaleza e vinte no interior do Estado, conforme

classificação proferida no edital de credenciamento e critérios da SEDUC.

Estas escolas foram selecionadas por apresentarem as condições ideais de infraestrutura e disponibilidade exigida no Edital de credenciamento, com laboratórios bem equipados e conectados a internet, ambiente refrigerado, mesas e cadeiras adequadas, apoio técnico e pedagógico de pessoal treinado, com espaço e condições de receber 20 alunos, sendo um por máquina, abrigando assim 102 turmas de 20 alunos cada, totalizando um universo de 2040 alunos em formação (SEDUC, 2007, p.11).

Segundo a SEDUC (2007), essa foi uma proposta de formação complementar desenvolvida sob os conceitos da Educação a Distância, EAD, com metodologia semipresencial, mediada por monitores universitários. O conteúdo foi fundamentado em quatro disciplinas: Lógica da Língua Portuguesa, Lógica da Matemática, Inglês Instrumental, Informática Básica e Preparação para o Trabalho, com a carga horária de 400 h/a.

O público-alvo foi composto por alunos do 3º ano do Ensino Médio e egressos da escola pública, jovens que não conseguiam mais estudar, desempregados e, ainda, aqueles em situações de risco, com idade variando de 15 a 29 anos.

A perspectiva de abordagem metodológica do Projeto e-Jovem, segundo a SEDUC (2007), contemplada no termo de compromisso, inclui a organização do trabalho coletivo, a associação e a cooperação produtiva, enfatizando o protagonismo juvenil como forma de resgatar e gerar oportunidades para a melhoria do desempenho intelectual dos jovens, dos indicadores educacionais de qualificação profissional e, em consequência, propiciar maior inserção da juventude do Ceará no mundo do trabalho.

Com esse relacionamento entre as escolas, a SEDUC contou com o fortalecimento da ideia de trabalhar a motivação da juventude e despertar nela o interesse de continuidade do seu processo de formação, elevando o seu desenvolvimento cultural, segundo entrevista com a coordenadora pedagógica do Projeto Andrea Rocha tendo, assim, o jovem, seja do 3º ano do ensino médio ou o egresso, como o seu principal protagonista nas mais variadas instâncias.

Foi adquirido pela SEDUC e disponibilizado para o Projeto, um portal virtual construído e acompanhado por uma equipe de técnicos e produtores de conteúdos, de uma empresa particular denominada Educandus, ROCHA (2015), um ambiente virtual de construção de conhecimentos online, com espaço para o debate, leitura e compartilhamento de informações e conteúdos programáticos. Funcionando como um ambiente virtual de aprendizagem, onde os participantes tem acesso aos módulos de aprendizagem a distância (EaD), intercomunicação entre as equipes, de forma que se poderia formar comunidades de aprendizagem e de interesse coletivo.

Para tanto, foram contratados monitores como estagiários universitários para possibilitar a troca de experiências e habilidades no relacionamento com esse ambiente e com o computador, facilitar o acesso e orientar o contato com as atividades a serem desenvolvidas, obedecendo a estrutura curricular que compõe o currículo desse módulo. Este era dividido em Linguagens Básicas, como Lógica da Língua Portuguesa, Lógica da Matemática, Inglês Instrumental e Informática Básica. Linguagens Específicas, para o desenvolvimento de software. Prática Social para trabalhar com Projeto Social individual ou em grupo e Inserção no mercado de trabalho como encaminhamento para estágio e primeiro emprego, nos órgãos públicos e nas empresas locais.

Este Módulo se estendeu até 2008, segundo a SEDUC, com um bom índice de aproveitamento, um baixo índice de evasão, que incentivou os organizadores a acreditar em outras possibilidades de aprimoramento ou mesmo atividades mais avançadas com as características de formação centrada na formação técnica e específica das áreas da informática e de suas tecnologias.

Assim, depois dessa experiência vivida com o desenvolvimento do Módulo I, a Secretaria da Educação que tinha a parceria com o Centro de Ensino Tecnológico, CENTEC, como executor e gestor das atividades na figura de uma Organização Social, OS, sem fins lucrativos, convidou o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE como parceiro para a implantação de um processo de formação técnica em informática, em nível profissionalizante, para os jovens que tinham concluído o Módulo I.

O IFCE apresentou, então, uma estrutura com base especificamente assegurada por sua experiência de formação técnica, voltada para a modalidade de Programação Web, Redes de Computadores e Hardware, seguindo a política do uso de software livre do governo federal e estadual, que ficou denominada de Módulo II.

A partir desse momento, já em 2009, a programação do curso foi organizada e restabelecida em dois módulos de aplicação de conteúdos, porém, o primeiro protótipo que foi iniciado com o Módulo I, em 2007, passou a ser pré-requisito para o Módulo II, onde esses alunos se tornaram os primeiros componentes dessa nova experiência, nos mesmos locais e condições de estudo.

Neste Módulo II, a opção metodológica foi o ensino presencial utilizando o computador como recurso didático, aulas teóricas e práticas ministradas por professores/instrutores, caracterizadas pelas disciplinas de linguagens técnicas de informática e de conhecimentos das novas tecnologias, como Sistema Linux, Software Livre, Rede e Hardware, Sistemas Web, Programação Java, PHP para Internet, Web design, Inglês Técnico,

Sistemas Multimídia, Inkscape, Empregabilidade e Empreendedorismo, com a carga horária de 880 h/a.

A SEDUC como representante do governo do estado formalizou, então, convênio com cada entidade parceira, distribuindo as atribuições de acordo com suas propriedades operacionais e com a capacidade de execução de cada uma delas, o CENTEC continuou com o Módulo I, o IFCE assumiu o Módulo II e a Ashoka Organização não Governamental, geração Muda Mundo, ficou responsável pela aplicação dos projetos sociais dos alunos e seus relacionamentos com as comunidades onde se desenvolviam os projetos.

A educação promovida pelo Projeto ficou voltada para uma formação presencial, com aulas e suas aplicações construídas diretamente no computador, mas com uma parte a distância, para a pesquisa, estudo e desenvolvimento de aplicações tecnológicas. Levando o(a) aluno(a) a desenvolver sua autonomia e comprometer-se com a formação acadêmica, a capacidade de pesquisa e a produção do conhecimento coletivo, visando a formação de um/a pesquisador(a), criativo(a) e independente, conforme informa a SEDUC, (2009).

Diante disso, a SEDUC, por força do novo convênio com o IFCE teve que ampliar a estrutura física para atender aos jovens que saíram do Módulo I e foram matriculados no Módulo II, além de outros que ingressaram por meio de uma prova de seleção que avaliou os conhecimentos prévios de informática correspondente.

Dessa maneira, o Módulo II do e-Jovem ficou constituído de 74 (setenta e quatro Escolas Estaduais), sendo 34 (trinta e quatro) que eram do Módulo I e mais 40 novas escolas que aderiram ao Projeto neste início.

Na condição de parceiro, o IFCE apresentou a nova estrutura técnica pedagógica com a contratação de instrutores, supervisores e a equipe de coordenação, a organização curricular, o cronograma de atividades, os recursos necessários e o planejamento completo do curso, com planos de cursos, material didático impresso e digital, apostila, mídia CD, videoaula, notas de aula e um banco de questões preparado para aplicações diversas do sistema de avaliação online e exercícios práticos de recuperação paralela.

Todos os laboratórios possuíam acesso à internet, ar-condicionado, quadro branco, um técnico em informática por região para instalações de software e manutenção dos computadores e um eletricitista, para atender aos problemas da rede elétrica, também por região, disponíveis nas Coordenadorias Regionais de Educação-CREDEs⁶.

O Projeto passou a utilizar um Ambiente Virtual de Educação a distância e

6 CREDEs São Coordenadorias Regionais das Escolas Estaduais compostas por pessoas qualificadas da área de gestão e pedagogia, responsáveis pelo acompanhamento das atividades do ensino e aprendizagem de alunos do Ensino Médio.

relacionamento técnico pedagógico denominado Moodle⁷, um software composto de ferramentas disponíveis para a construção, gerência e publicação de materiais em ambientes virtuais de aprendizagem, possibilitando o alojamento de informações disponíveis para o acompanhamento técnico e pedagógico, como frequência de alunos e agenda de atividades. O Moodle foi utilizado, também, para o controle acadêmico, com as funções de comunicação, transmissão de conteúdos, organização de tarefas, registros escolares, processos de avaliação, provas e trabalhos práticos, exercícios aplicativos, vídeo-aula e plantão de dúvidas, permitindo o acesso do grupo de supervisão, tutoria e de alunos provocando o relacionamento virtual para a aprendizagem coletiva (SEDUC, 2007).

Os mecanismos práticos de acompanhamento, avaliação e certificação realizados com alunos, são feitos utilizando esta plataforma, uma equipe de educadores/as multidisciplinares, como supervisores pedagógicos, tutores/as, produtores/as de conteúdos e instrutores/as desenvolvem um acompanhamento presencial e a distância, por meio de visitas técnicas presenciais. Possibilita também um relacionamento entre as partes via internet e redes sociais para melhor contribuir para a construção do conhecimento e para uma boa avaliação do sistema de qualificação proposto. (SEDUC, 2008).

Ainda segundo a SEDUC, o planejamento do Projeto estabelece o processo de avaliação dos conhecimentos realizados por meio de provas teóricas e práticas ao final de cada módulo utilizando os recursos do ambiente virtual Moodle. Elas são elaboradas, orientadas e aplicadas no próprio sistema online pelos instrutores/as. É realizado ainda um processo de recuperação paralela de conteúdos, cujo objetivo principal é recuperar o aprendizado do(a) aluno(a) sobre determinado tema que não tenha sido assimilado adequadamente. Este processo de recuperação é realizado dentro do período letivo, podendo ter a forma de uma atividade prática ou teórica paralela ao conteúdo que está sendo ministrado (SEDUC 2008).

A certificação é conferida no final do curso, por meio de critérios pré-definidos como frequência mínima de 80% às aulas, e média entre as avaliações. Prova unificada teórica de cada módulo, contendo 20 questões de múltipla escolha e um trabalho para avaliação prática, além da construção de um projeto de Web, como uma página para internet, um projeto sobre gerenciamento de redes e um projeto de programação em Java e PHP, reunindo as tecnologias estudadas durante os respectivos módulos do curso.

O(a) aluno(a) é considerado aprovado quando alcança média 6,0 (seis) na

7 Moodle, disponibilizado em www.moodle.com.br – plataforma virtual de aprendizagem

avaliação final (média que corresponde à somatória dos pontos das avaliações citadas no parágrafo anterior). O aluno que não atingir a média do módulo em estudo será submetido ao processo contínuo de recuperação paralela, citado acima, composto de atividades práticas individuais e em grupo, como exercícios dirigidos, além de realizar atividade com o método de situação-problema de acordo com o módulo desenvolvido em sala.

A Proposta Pedagógica reafirma o propósito do Projeto e-Jovem, que segue um padrão em todas as localidades em que é desenvolvida, tudo vem pronto e preparado pela coordenação e supervisão da Secretaria da Educação SEDUC e seus parceiros: o plano de curso, o cronograma, as disciplinas, a estrutura técnica e pedagógica, os alunos e alunas são apenas integrados ao sistema de formação e construção dos conhecimentos proposto por ela.

O Projeto, seguindo sua proposta de política pública de formação, priorizou os/as alunos/as da Escola Pública, do terceiro ano do Ensino Médio regularmente matriculados/as e os egressos que não tiveram oportunidade de trabalhar e de continuar seus estudos, mas que ainda esperam uma oportunidade de aprender uma profissão, reorganizar suas práticas educacionais na perspectiva de uma carreira profissional como princípio alternativo de um processo de geração de emprego e renda.

Aprofundando os conhecimentos sobre o Projeto, aparece na estrutura administrativa do Estado, o Grupo Gestor, normatizador do e-Jovem, constituído de representantes da SEDUC e do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, IFCE, do Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica, CPQT e do Centro de Ensino Tecnológico, CENTEC, a quem compete, o acompanhamento da execução financeira, bem como a avaliação dos processos das escolas, à luz das expectativas contidas no Termo de Referência, permitindo que a proposta seja aperfeiçoada ao longo de sua existência. O Grupo Gestor é responsável pela execução do Projeto numa composição de profissionais representando os parceiros como coordenadores e preparados para atuarem tanto nas relações tecnológicas como pedagógicas e administrativas. (SEDUC, 2009)

Na parte acadêmica, o Projeto conta com a equipe de Supervisão pedagógica, que faz parte do grupo gestor. É o elemento de ligação entre as coordenações do Projeto, os tutores e o corpo discente, atuando como orientador educacional, na supervisão de aulas, composição e construção dos planos de aula e de ensino, acompanhando o desenvolvimento do cronograma e dos projetos em execução, orientando o planejamento geral e a avaliação da aprendizagem das turmas de sua supervisão.

A equipe de tutores/as é responsável pela produção do material didático, que além da elaboração e execução de treinamentos para instrutores/as, como aula de recuperação em

grupo, plantões de dúvidas coletivas, oferecem suporte às relações de implantação de novos sistemas, instalações de programas, configurações de computadores e definições de novas tecnologias e aplicações que provocam mudanças no cronograma para atender às relações do mercado.

O elemento facilitador da aprendizagem do Módulo I é o monitor/a, que tem um papel de apoiar e orientar o aluno ou a aluna em sala de aula e propiciar a integração do grupo, gerando um ambiente de construção coletiva de aprendizagem online, diretamente no computador.

Os profissionais responsáveis por ministrar as aulas do Módulo II, são chamados de Instrutores/as, que trabalham com uma metodologia presencial, utilizam o computador como uma ferramenta didática possibilitando a construção dos conhecimentos técnicos propostos, com a ajuda do material didático, tendo a internet como meio de distribuição de recursos de multimídia, para a pesquisa, videoaula, registro acadêmico e comunicação entre os alunos e as equipes do Projeto.

Esses monitores e instrutores são contratados como estagiários pelas parcerias firmadas com as Instituições de Ensino Superior, principalmente o IFCE e a Universidade Federal do Ceará, UFC, devidamente matriculados nos cursos de formação correspondentes ao Projeto. Assim são pagos por meio de um sistema de bolsa de estudo, de acordo com o regulamento da Lei do estagiário, com direitos trabalhistas, contemplados e resumido apenas no valor a bolsa e férias, que nesse período era de R\$ 700,00 para instrutores e de R\$ 1.300,00 para os supervisores.

A SEDUC manteve um convênio com a Oracle do Brasil, empresa de soluções tecnológica, que possui uma fundação educacional sem fins lucrativos que oferece uma plataforma de aprendizado, na qual professores e alunos criam projetos, participam de uma competição no site e navegam por uma biblioteca de projetos de alunos, chamada ThinkQuest. Além das habilidades da língua inglesa, ela trabalha as habilidades do século XXI, como pensamento crítico, criatividade, trabalho em equipe, originalidade, autodireção, entre outras. Justificam que estas são habilidades que o mercado de trabalho exige de seus profissionais (ORACLE DO BRASIL, 2009). Além dos projetos existem competições anuais de criação de websites e textos narrativos, onde os melhores trabalhos são premiados (SEDUC, 2010).

Baseado no fenômeno mundial das redes sociais, as equipes do e-Jovem percebendo a importância do uso delas entre os jovens e pensando em melhorar o relacionamento entre os membros do Projeto e a SEDUC, que apresentava problemas de comunicação entre as equipes e os alunos devido às grandes distâncias e o número reduzido

de veículos que garantia a movimentação dos supervisores, propôs, a criação de uma rede social personalizada no Ning (plataforma online que permite a criação de redes sociais individualizadas, de origem chinesa), com endereço: (e-jovem-ce.ning.com). Nesta rede os alunos e colaboradores expressavam suas ideias, postavam fotos, poesias, notícias e novidades do mercado de trabalho, dicas relacionadas com o conteúdo das aulas do Projeto, como também denunciavam irregularidades e problemas de rotina do Projeto.

Pelas suas características de formação o e-Jovem foi submetido ao Ministério do Trabalho e Emprego para sua validação como um programa de aprendizagem, foi então validado sob o número 4965 da SPPE Secretaria de Políticas Públicas e Emprego de acordo com a portaria 615. Com isso ele passou a fazer parte do Programa Jovem Aprendiz do MTE, chamado assim Programa de Aprendizagem regido pela Lei 10.097/2000 (BRASIL, 2000), Decreto 5.598/2005 (BRASIL, 2005). Isso representa uma primeira oportunidade de inserção no mundo do trabalho para o aluno, garantindo uma experiência prática que gerou alternativas para o primeiro emprego (IFCE, 2009).

2.2 Política Pública de Educação Profissional, na qual o e-Jovem está inserido.

O Governo do Estado do Ceará por meio do Decreto Lei 1.440 de 12 de Dezembro de 1945 criou a Secretaria da Educação SEDUC, que teve suas competências redefinidas de acordo com o artigo 43 da Lei 13.875 de 07 de fevereiro de 2007 e reestruturadas de acordo com o Decreto 29.705 de 08 de abril de 2009, constituída, assim, como órgão da Administração Direta Estatal, regendo-se por um regulamento e normas internas além da legislação em vigor. (CEARÁ, 2007).

Como órgão de definição das políticas e diretrizes educacionais do Estado, a SEDUC, segundo seu regimento interno, além da missão de garantir o Ensino Médio de qualidade e para todos, assumiu também a responsabilidade de estimular a parceria institucional na formação e implementação de programas de educação profissional para os/as jovens, assegurando o fortalecimento da política de gestão democrática na rede pública de ensino e promovendo o desenvolvimento de pessoas com o sistema de ensino de nível profissionalizante e cursos de formação profissional de extensão para jovens estudantes e egressos da Escola Pública, pretendendo garantir a qualidade na formação e valorização profissional para o mercado de trabalho (CEARÁ, 2007).

Inspirado pelo Decreto acima citado, pela expectativa de mudanças de comportamento do mercado e pela demanda de vagas de emprego, o governo criou a

Coordenadoria de Educação Profissional como órgão de ação e sensibilização de um programa de formação de jovens do Ensino Médio fundamentado na criação de Escolas Estaduais de Educação Profissional de período integral, conforme o artigo 21 do decreto 29.705 (SEDUC, 2007).

Denominadas de Escolas Estaduais de Educação Profissionalizante - EEEP, foram criados em 2008 os primeiros modelos, com um destaque no cenário nacional pela capacidade de desenvolvimento e ampliação da política de Ensino Médio integrado à educação profissional. Com isso, segundo o Decreto acima, o programa possibilitou aos/as jovens do estado, segundo um sistema de qualificação profissional em tempo integral associado ao ensino propedêutico, fator gerador de oportunidades para ingresso no mercado de trabalho, acreditando que se desenhou assim melhores condições para que a juventude pudesse se entusiasmar por esta política, tentar assegurar um lugar melhor no mundo do trabalho.

Hoje, conforme relatório da SEDUC (2014), são cento e doze Escolas implantadas nas cidades do estado e em Fortaleza, atendendo a um público de quarenta mil estudantes distribuídos em oitenta e dois municípios com cinquenta e três cursos técnicos profissionalizantes. A escolha destes cursos, segundo a SEDUC, se deu em função das características socioeconômicas dos municípios em diálogo com os projetos do governo estadual no que se refere ao desenvolvimento econômico e produtivo do Ceará.

O programa iniciou sua formação em 2008 com vinte e cinco escolas, em vinte municípios, quatro cursos técnicos e quatro mil cento e oitenta e uma matrículas de alunos/as, utilizando a estrutura física das escolas já existentes como ensino normal, depois veio a construção de escolas novas. Em 2009, foi feita uma ampliação para cinquenta e uma escolas, em trinta e nove municípios, com treze cursos e onze mil duzentos e setenta e nove matrículas efetivadas. Como este programa demonstrou muita responsabilidade para com as cidades, sua ampliação se viu assistida, segundo a SEDUC (2014), pelos programas do governo federal, possibilitando então atingir em 2015 quase todas as escolas do estado.

Atualmente, segundo relatório de matrícula do Sistema de Gestão Escolar SIGE, CEARÁ (2015), 12% dos/as alunos/as do Ensino Médio do Estado estão nas Escolas de Educação Profissional, o que representa um total de 40.979 alunos, com um percentual representativo de inserção no mercado de trabalho como estagiários e menor aprendiz, provocando um investimento de significativo de recursos do Governo Federal (FNDE-MEC)⁸ e do estadual, segundo fonte do (SIAP)⁹. Os recursos foram utilizados para a construção,

8 FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC

9 SIAP Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas (Webmapp) Governo do Ceará

ampliação e reforma das escolas, implantação de laboratórios técnicos, aquisição de equipamentos e mobiliários, pagamento a professores, bolsa estágio, fardamento, alimentação e manutenção da rede.

Neste contexto das Escolas Estaduais de Ensino Profissional EEEP¹⁰, o Projeto e-Jovem foi redefinido em 2009 incluído na política de qualificação profissional do Estado uma atenção redobrada aos egressos que não teriam mais a oportunidade de usufruir de cursos oferecidos pelas EEEPs Escolas de Educação Profissional, como também para os alunos do 3º ano do Ensino Médio que já estariam se formando e, conseqüentemente, sem nenhuma formação técnica, deixando os estudos na mesma condição dos egressos, apenas com o ensino propedêutico. A partir disso o público-alvo do Projeto ficou mais definido pelos egressos a contar de 2007 em diante. Alguns alunos que já estavam no ensino superior, mas sem emprego, participaram também do processo de seleção para o e-Jovem.

2.3 Projeto e-Jovem: justificativa e realidade

A realidade brasileira revela grandes desigualdades sociais, principalmente quanto à garantia dos direitos de acesso e permanência na escola e preparação do jovem para o trabalho. A falta de investimento na juventude, principalmente no que se refere à educação, acarreta um grande prejuízo para o país. Existia a partir de 2007 uma demanda por 2 milhões de novos profissionais da área de Tecnologia da Informação e a cada ano segundo o INEP isso vinha aumentando (INEP, 2008).

É crescente a procura de trabalhadores/as por parte das organizações de trabalho para o desenvolvimento de projetos baseados em programação e aplicações desenvolvidas pela Internet. Todavia, a busca do mercado por esse perfil de profissional, vai ao encontro da capacidade das instituições de formação desses conhecimentos. O fato é que, o mercado tem dificuldade em encontrar profissionais qualificados e não se dispõe em formar sua força de trabalho (PISA, 2007).

No Ceará, a área de Tecnologia da Informação, já apresentava desde antes da instauração do Projeto, muitas vagas ociosas. O prospecto de um possível advento do mercado Offshore¹¹ Outsourcing (externalização a distância), tipo de modelo produtivo fortemente baseado no uso de bens de tecnologia da informação e comunicação, que vem ganhando muito espaço nas últimas décadas, devido à sua alta produtividade. Trata-se de um

10 EEEP – Escolas Estadual de Educação Profissional do Ceará – www.seduc.ce.gov.br

11 Offshore Outsourcing, externalização a distância e modelo de produção compartilhada entre empresas.

modo de produção em que uma empresa de um país contrata outra fora de seus limites territoriais para produzir ou prestar um serviço em uma área em que possui maior expertise. Isso incentivou grupos de estudantes a montar sua própria empresa.

No mercado brasileiro isso foi observado, como uma terceirização de serviços por uma empresa estrangeira, de modo a encontrar mão de obra mais barata em países emergentes, gerando uma demanda ainda maior de profissionais qualificados (IDTCE, 2007). A partir deste novo paradigma, cresceu a necessidade de mão de obra cada vez mais qualificada, diante da constatação de que o desenvolvimento de aplicações integradas é uma necessidade global. Isso significa que a troca de informações entre empresas reunidas em consórcio, para desenvolver projetos, onde cada uma partilha sua produção específica, provoca mais abertura de vagas e oportunidades de emprego específico nessa área, para trabalhadores/as de todos os países interessados.

Neste cenário, o conhecimento das etapas necessárias ao desenvolvimento de uma aplicação web é de extrema importância, sendo este então, um dos objetivos do projeto e-Jovem, que desenhou uma formação complementar especial para ampliar as oportunidades de inserção do jovem nesse novo mercado de trabalho de vagas disponíveis àqueles profissionais, que podem ser contratados dentro dessa nova metodologia.

Mesmo assim, com tamanha demanda por profissionais qualificados na área das Tecnologias da Informação, o baixo investimento na educação dos jovens pode ser percebido de maneira clara, como por exemplo, os egressos do Ensino Médio, que não participaram de uma formação técnica, de que maneira vão conseguir ingressar no mercado se nem o governo, nem as empresas possibilitam essa reação ou mobilização de empregabilidade? Esta falta de investimento retrata um desequilíbrio em relação à população jovem do estado, e é inversamente proporcional ao seu crescimento.

De acordo com relatório do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)¹², de 1995 a 2005 a população jovem do Ceará passou de 1.274.965 para 1.637.986 pessoas e sua participação na população do estado cresceu de 18,93% para 20,21%, um adicional de 363.021 jovens (vide quadro abaixo). Isso equivale a um crescimento de 36.302 jovens/ano, na referida década. Em 1995 eles representavam 48,56% dos desempregados cearenses, e até 2005 chegaram a 52,16%. O IBGE estimou que, em 2005, havia 320.585 desempregados no estado, sendo que, destes, 167.222 eram jovens, restando 147.349 adultos (de 25 anos para cima) (IDT, 2005).

12 Disponível em: <http://www.idt.org.br/artigos.asp?id=72> –Acesso: junho 2015

Quadro 1 População total e população jovem no Estado do Ceará – 1995/2010

Ano	População Total	População Jovem	Parcela dos Jovens
1995	6.734.026	1.274.965	18,93%
2005	8.106.653	1.637.986	20,21%
2010	8.452.381	2.037.870	24,11%

Fonte: IBGE, 2010 (<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=23>)

Conforme a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a taxa de atividade juvenil mundial mostra-se em declínio: de 58,9%, em 1995, para 54,7% em 2005. Conclui-se que, se em 1995, para cada 100 jovens, havia 59 inseridos no mercado de trabalho (trabalhando e/ou buscando trabalho), em 2005 esse número caiu para 55. Tal fato pode ser interpretado como uma menor pressão da força de trabalho jovem sobre o mercado laboral. Por outro lado, no Ceará vem ocorrendo situação bastante similar: entre 1995 e 2005 a taxa de atividade juvenil estadual passou de 65,69% para 62,36%, demonstrando que, se em 1995, para cada 100 jovens cearenses havia 66 trabalhando e/ou buscando trabalho, esse número caiu para 62, em 2005. Percebe-se, então, que a pressão dos jovens sobre o mercado de trabalho estadual chega a ser maior que a média mundial – respectivamente na proporção 11,54% e 14,08% (IBGE, 2005).

A taxa de atividade de jovens de 18 anos ou mais, no Ceará é de 60,34%, já a taxa de desocupados caiu de 12,31% em 2000 para 7,56% em 2010. A taxa dos ocupados com fundamental completo de 18 anos ou mais, subiu de 34,67% para 56,88. Quando se fala dos ocupados com médio completo com 18 anos ou mais, a taxa saiu de 21,93% para 39,66%.

Segundo IBGE (2010), das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais da UF, 19,59% trabalhavam no setor agropecuário, 0,21% na indústria extrativa, 12,76% na indústria de transformação, 6,62% no setor de construção, 0,98% nos setores de utilidade pública, 16,15% no comércio e 39,18% no setor de serviços, onde se encontra as atividades de tecnologias e informática.

As causas para o aumento do desemprego entre jovens de 15 a 24 anos, que, embora seja um fenômeno mundial, atingem índices maiores no Ceará, segundo relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, pode dever-se a causas diversas. Talvez, a mais considerada seja o descompasso entre a oferta e a demanda de mão de obra juvenil, isto é, entre o ritmo da oferta de vagas para essa idade e a velocidade do crescimento da população jovem. Essa situação contribui para manter em patamares elevados o desemprego jovem no Ceará (IBGE, 2010)

Há de se considerar, porém, outros aspectos, dentre eles um que tem se destacado no cenário cearense que foi a falta de qualificação do jovem para atender parte da demanda por mão de obra requerida pelas empresas.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho-IDT, os jovens de 15 a 24 anos de idade no Estado do Ceará, são mais penalizados pelo desemprego e se deparam com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho por motivos diversos: falta de experiência, qualificação inadequada ou inexistente, baixa escolaridade, falta de informação sobre os novos modelos de produção, é a falta de conhecimentos mesmo que deixa essa juventude sem alternativas de inserção no mundo do trabalho.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB em 2005, fez um levantamento e confirmou que os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio apresentaram o pior desempenho desde 1995, nas disciplinas Matemática e Língua Portuguesa. Observa-se que, em nível nacional, os índices de 284,01 para Português e 272,14 para Matemática sofreram considerável queda, conforme medição a cada dois anos, de modo que, em 2005, reduziram-se a 248,67 e 260,01, respectivamente, sendo esses índices os piores das duas disciplinas no período avaliado 1995-2005, sobretudo porque o desejável seria o nível sete (350 – 375) em Português e nível oito (375 – 400) em Matemática, na escala de 0 – 500 pontos do SAEB. O resultado desses dois ciclos avaliativos do ensino brasileiro, divulgado pelo Ministério da Educação, apresenta um decréscimo acentuado no desempenho dos alunos do Ensino Médio, revelando as dificuldades na melhoria e até mesmo na manutenção da qualidade da educação no Brasil nos últimos 10 anos (SAEB, 2005).

A realidade da média de desempenho nas disciplinas de Português e Matemática também não é animadora no estado do Ceará, tendo variado de 257,77 para 248,26 na disciplina de Português e 256,31 para 253,79 na disciplina de Matemática.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes PISA13 (2006), confirma os resultados do SAEB, que classificou o Brasil como um dos países com pior nível de Leitura, Matemática e Ciências, para estudantes de 15 anos, segundo uma lista de 57 países organizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría, declarou: "a lista é muito mais do que um ranking. Ela mostra o quão bem os sistemas de educação individuais estão equipando os jovens para o mundo de amanhã. Antes de mais nada, mostra aos países seus pontos fracos e fortes." (OCDE, 2007)

13 Disponível em: (<http://educacao.uol.com.br/ultnot/bbc/2007/11/29/ult3278u16.jhtm>. Acesso: jul 2014).

Em Ciências, o Brasil ficou na 52ª posição, à frente apenas da Colômbia, Tunísia, Azerbaijão, Catar e Quirguistão. Em Matemática os alunos brasileiros obtiveram, em 2006, médias que os colocam na 53ª posição entre 57 países, e na 48ª em Leitura, entre 56.

Além disso, a maioria dos estudantes brasileiros atinge, no máximo, o menor nível de aprendizado nas disciplinas. Segundo Educação UOL, o pior resultado é em Matemática, uma vez que 73% dos brasileiros estão situados no nível um ou abaixo disso, significando, por exemplo, que só conseguem responder questões com contextos familiares e perguntas definidas de forma muito clara¹⁴. Já em Leitura, 56% dos jovens estão apenas no nível um ou abaixo dele, indicando que são capazes apenas de localizar informações explícitas no texto e fazer conexões simples (UOL, 2009).

Entende-se, portanto, que o baixo desempenho educacional, constatado em disciplinas básicas (Português e Matemática), compromete o pleno desenvolvimento cognitivo e a capacidade de pensar, de articular ideias, de pesquisar e de solucionar problemas; conseqüentemente, afeta negativamente a inserção no mercado de trabalho. Esta realidade desafia o Governo a empreender esforços e recursos no intuito de corrigir tal situação.

Visando desenvolver estratégias de intervenção neste quadro, a SEDUC, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará, SECITECE, desenvolveu o Projeto e-Jovem, na forma de estudos complementares que suprissem lacunas de formação na Educação Básica, ao mesmo tempo em que se promove uma qualificação técnico-profissional. Cria-se, pois, novas possibilidades para os jovens estudantes e egressos do Ensino Médio Regular, proporcionando formação cognitiva e profissional e, com isso, maiores chances de inserção no mundo do trabalho (SEDUC, 2007).

Neste cenário, uma das intenções do Projeto segundo SEDUC, é atender a demanda das empresas, ressaltando seu compromisso maior com o direito dos jovens à educação, articulando um relacionamento entre as empresas cearenses com a política de formação do governo, para criar oportunidades de geração de emprego e renda e proporcionar sua inclusão socioprofissional.

A integração da produção de conhecimentos proposta pela rede de comunicação do Estado, possibilitada pelo Cinturão Digital, rede de fibra ótica, gerando internet banda larga que rodeia todo estado do Ceará, administrado pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará ETICE¹⁵, possibilita o acesso à internet de todos os núcleos escolares,

14 Disponível em: (<http://educacao.uol.com.br/ultnot/bbc/2007/11/29/ult3278u16.jhtm>. Acesso: jul 2014)

15 ETICE – Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – www.etice.ce.gov.br - que tem como missão

para a socialização de ideias e projetos, a pesquisa e troca de informações entre os jovens pesquisadores, centros universitários e empresas desenvolvedoras de tecnologias.

Este é um modelo de investimento que incentiva o desenvolvimento tecnológico local e desperta o interesse dos/das jovens para a permanência em sua terra natal, garantindo a longevidade do Projeto e gerando mais oportunidades para outros jovens que forem atingindo a idade de direito ao e-Jovem e, conseqüentemente, ao trabalho.

A sociedade do conhecimento possui múltiplas oportunidades de aprendizagem que se expressam em parcerias (público-privadas, familiares, corporativas, associativas, escolares etc.). Segundo Gadotti (2000), a escola, neste contexto, precisa enfrentar o desafio de ensinar a pensar essas relações, fazendo com que o aluno saiba, ao fim de sua jornada escolar, comunicar-se, pesquisar e ensinar (GADOTTI, 2000, p. 67).

Por este foco, uma das preocupações da SEDUC, é a seleção e formação dos professores/instrutores para o Projeto, que vão assumir a missão de multiplicadores do conhecimento com tais competências, não apenas com o fim ensinar, mas no sentido de possibilitar ao aluno um ambiente de estudo e pesquisa para o despertar do ser pesquisador. O espaço cibernético se mostra disponível neste contexto uma vez que a Ciberultura, espaço virtual de formação, como nomeou Lévy (1999), é constituída pelas tecnologias web e de internet que dentro ou fora da escola, oferecem tudo que se aprende com maior atratividade e facilidade para quem tem o acesso (LÉVY, 1999, p. 34).

Uma categoria de jovens sofre as características típicas de uma exclusão social e digital, segundo Valente (2003, p.34), “não se pode pensar que incluir é dar um computador e internet, mas fazer pensar, criar, e organizar oportunidades por meio de competências que são essenciais ao crescimento e ao progresso do jovem”, sem falar na exclusão de outros direitos, onde o/a aluno/a tem que se adaptar à escola ou em que condições a escola está preparada para lhe receber. Isso nos remete ao conceito de integração e inclusão que dependem do preparo dos professores e das condições da escola.

Fica entendido então, que o conceito de inclusão tem o significado de colocar o/a aluno/a dentro do laboratório, no espaço do curso, como se o importante é apenas aproveitar a oportunidade. Já para outros, a integração possibilita uma educação que vai além da sala de aula, porque atinge o objetivo maior da educação que é educar para a vida, integrar, tem o significado mais elevado de fazer parte, igualado, homogêneo. O que esperamos, no entanto, é que esta discussão, sobre a inclusão e exclusão, seja construída, nos treinamentos e

preparo dos instrutores e supervisores e que seja trabalhada com os alunos também.

A integração, porém, dos novos usuários por área de interesse é uma nova pista muito forte, capaz de levar às ações sociais fora da internet. No e-Jovem, a integração é considerada quando possibilita ao jovem ganhar conhecimento e socializar entre os colegas. Isso significa aprender na rede e com a rede, melhorando assim sua concepção de partilhar o que se aprende na escola e na vida, no entanto alguns alunos não participam desse contexto porque não possuem computadores nem internet em suas casas.

As dimensões que estão relacionadas com as tecnologias e sua forma de apreensão necessitam de infra-estruturas, equipamentos, treinamentos, capacitação dos usuários e produção de conteúdos específicos e adequados para desenvolvimento do potencial de apropriação ativa, não se pode oferecer, no entanto, somente ferramentas, mas com elas desenvolver as competências e habilidades necessárias à inclusão dos jovens, isso se configura também na formação dos instrutores do Projeto, com os treinamentos sucessivos dos tópicos, que vão ser ensinados aos alunos, conforme o cronograma de atividades.

Nesse sentido, Lévy (1999, p. 22), afirma que “a inteligência coletiva constitui mais um campo de problemas do que uma solução”. Porém, alguns pesquisadores como o próprio Lévy, tem revelado que o melhor uso que podemos fazer do ciberespaço é colocar em sinergia os saberes, as imaginações, as novas ideias daqueles que estão conectados a ele, socializando assim, informações e conhecimentos e até possibilitando amizades a distância que sem o ciberespaço era difícil acontecer.

Estas são possibilidades que favorecem a relação aluno-professor e que são verificadas nos estudos de laboratórios com alunos do Projeto e-Jovem, no exercício da busca de novas informações na rede de computadores para melhor constituir um aprendizado de característica coletiva, inclusive nos treinamentos da equipe de supervisão e dos instrutores, nos quais, todo conceito é socializado na descoberta das melhores formas de ensinar.

2.4 Projeto e-Jovem: como objeto de combate à pobreza

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, como uma de suas instâncias, mantém o Projeto desde de 2007, tem sua principal característica promover as transformações estruturais que possibilitem as ações de combate à pobreza no Estado. Uma dessas ações foi possibilitar o financiamento do Projeto e-Jovem para trabalhar com formações de qualificação profissional, acreditando com isso, que a educação é uma alternativa para inserir o/a jovem em um ambiente de elevada relação com outros jovens, com o novo ambiente escolar, com a

empresa e profissionalmente com o mundo do trabalho. observando que, para retirar o/a jovem da atual situação de vulnerabilidade em que ele vive, é preciso muito investimento e esforço coletivo.

Assim, o projeto e-Jovem, pode ser caracterizado, também, como um Projeto de combate à pobreza, por ter como objetivo o aumento do nível de inclusão de jovens no mundo do trabalho. Sua pretensão é também atender à demanda das empresas por empregados em diversas áreas com prioridade nas modalidades das tecnologias, sem deixar de lado, mediante o quadro de formação do Modulo I, as preocupações e ações pela formação de um/a cidadão/ã, pelo financiamento de projetos sociais, integração de atividades da escola com estes projetos e os programas de esporte, cultura e laser para o desenvolvimento dessa juventude (SEDUC, 2011, p. 45).

O e-Jovem então, dentro do seu planejamento de formação compõe uma estrutura curricular para equilibrar as dificuldades do aluno/a não resolvidas pela escola e acrescentar um novo quadro alternativo para uma formação especificamente técnica, um novo modelo de aprendizagem que o/a leve a conhecer por meio das tecnologias os novos parâmetros do processo de produção e os novos ambientes que ele/a possa trabalhar.

A educação brasileira se encontra hoje, diante de um grande movimento de tecnologias, que assume o papel de pseudo-educadores, amparadas pela estrutura computacional e pela Web, pela internet e pelos programas e softwares, que se mostram educativos com iniciativa técnica mas, sem a origem formadora da escola, tornando-se assim, instrumentos capazes de educar. Contudo, podem ser capazes de manipular jovens pela inocência e pelo desconhecimento, principalmente aqueles, que estão estudando em ambientes não qualificados e sem a orientação e o acompanhamento de formadores especializados, como os instrutores e monitores do e-Jovem que se apresentam com muitos interesses vindos de Universidades e Institutos Federais.

O Projeto e-Jovem é estruturado e pautado na realidade social de seus alunos, assim, se verifica na preocupação pelo estado físico e econômico deles, fazendo uma avaliação prévia para seu ingresso, conforme informa a SEDUC. Levando em conta as condições financeiras e familiares, de alimentação, transporte, participação na comunidade e o relacionamento pessoal com as pessoas de seu convívio, para reconhecer, que isso, seja um dos passos para a organização e implementação das ações de formação, principalmente em se tratando de jovens com baixo índice de desenvolvimento humano.

Estes jovens são moradores de diversas localidades, urbanas ou rurais com diferentes modelos e tradição de vida, famílias pobres ajustadas e constituídas pelos valores

simples. Suas famílias pensam e querem um futuro melhor para os filhos, outras, são pobres também, mas, além disso, são desajustadas, incompletas ou desfalcadas de um de seus membros, que não sabem nem pensar no que podem construir para os filhos.

Este é um perfil de jovem em observação que participa do projeto, em algumas das entrevistas percebeu-se que, ele/a quer aprender alguma coisa, deixar outras que incomodam e construir outro ambiente que lhe seja útil, como um trabalho, um emprego, uma família, uma nova casa, um novo sistema de vida com direitos de participar em iguais condições com outros jovens do desejável mundo do trabalho.

Realçamos que, em 2007/2008, foram 680 jovens que fizeram parte do projeto-piloto, chamado Modulo I, já em 2009, ano inicial do Modulo II, a parceria com IFCE, teve a participação de 2.400 matrículas e setenta e quatro turmas distribuídas na capital e no interior do estado, conforme Convênio SEDUC-IFCE número 025/2009. Essa média aumentou para 106 cidades em 2010 e hoje já atingiu 168 cidades, com turmas dos dois módulos em funcionamento (SEDUC; IFCE; 2013).

O e-Jovem apresenta um programa de meta emergencial de ocupação e inclusão de 13.000 jovens segundo a SEDUC, na perspectiva de sua realização social, pessoal e profissional, durante os quatro anos de sua existência, conforme relatório de execução do Projeto emitido pelo IFCE/SEDUC (2009), trabalha para criação de uma cultura de valorização da juventude, como agente de mobilização para a construção de soluções dos problemas sociais da comunidade.

O Projeto articula um relacionamento das empresas cearenses com a política de formação do governo, criando assim, oportunidades de geração de emprego e renda para o desenvolvimento local, respaldando as ações governamentais de formação de mão de obra que contribui para melhorar o processo de produção das empresas e o relacionamento delas com seus clientes por meio dos recursos da rede mundial, isso contribui para o PIB do Estado e para a fixação do jovem em sua terra natal.

Desde essa época que o governo se organiza na criação de vários programas e parcerias, para se tornar um dos centros de estudo pesquisa e desenvolvimento tecnológico¹⁶. Era de suma importância para os jovens, como a iniciativa do Estado na formação da mão de obra especializada de jovens oriundos das escolas públicas, como contrapartida de sua responsabilidade social para o fomento dos diversos projetos de desenvolvimento, formação,

16 O IFCE, UFC, UECE e outros Institutos conveniados de países como a França, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Portugal e Estados Unidos, desenvolvendo projetos em parcerias com empresas que estão se qualificando.

geração de emprego e renda, inclusão digital e participação na sociedade de informação.

Para o interior do Estado era ainda menor a implantação de projetos com o perfil de formação tecnológica. Era claro que, além de gerar alternativas de inclusão social, o projeto poderia criar oportunidades de profissionalização e novas formas de empregabilidade, favorecendo a informatização de empresas e sua inclusão na sociedade da informação. Esses fatos causaram muita expectativa na comunidade jovem, pois este projeto chegava naquela cidade também como um instrumento de combate a pobreza e provocar a juventude para aprender uma profissão ou pelo menos aprender informática como muitos relataram da sua intenção nas respostas ao instrumento de coleta de dados.

A capacidade de empresas de pequeno e médio porte, se conectar em redes entre si e com grandes empresas, passou a depender de disponibilidade de novas tecnologias e da mão de obra formada, uma vez que suas operações diárias tornou-se global, como afirma Castells (1999), com isso, passou-se a depender, também, de procedimentos de formação de jovens trabalhadores como se apresenta neste modelo do e-Jovem, que foi levado as pequenas cidade que não tinham conhecimento das redes.

Como vimos o Projeto surgiu para atender esta demanda por profissionais de tecnologia, aqueles que, têm a oportunidade de estudar e se profissionalizar em uma das áreas do Projeto¹⁷, poder desenvolver soluções técnicas para atender à produção do mercado, mesmo em suas pequenas cidades, como o exemplo da cidade de Itapipoca em que dois alunos já trabalham em sua empresa desenvolvendo projetos para outros centros. Os grandes beneficiados com isso são as empresas que se modernizam e se relacionam entre si e com os clientes com os saberes de seus profissionais. Como afirma Castells (1999, p. 453), a “integração se tornou a chave da flexibilidade organizacional e do desempenho empresarial com os profissionais de TI”. Com este olhar, a proposta do Projeto que oferece o conhecimento das tecnologias é imprescindível para os/as jovens em busca da primeira oportunidade de emprego e para outros/as em ascendente carreira.

Na Capital, e principalmente no interior do estado, a expectativa das empresas e centros de formação pelos sistemas de inovações tecnológicas por profissionais que sabem e que podem dar início a um processo de organização e participação dessas empresas no meio da cultura chamadas de revolução tecnológica, pode trazer mudanças nos modelos de produção, despertar novos métodos de trabalho e de formação.

Surge, assim, a necessidade de se adquirir e de se inserir o computador e suas

17 Áreas de Programação Web, Java, Internet Suporte e Manutenção de redes.

tecnologias na escola e na empresa, cada um com suas características próprias, o Projeto e-Jovem, segundo SEDUC (2008), se propõe a juntar educação, trabalho e comunidade, numa ação integrada de governo, para atender às expectativas da juventude e desse mercado.

A busca do mercado por profissionais com o perfil tecnológico vai ao encontro com a capacidade de construção do conhecimento sobre as linguagens de programação para a internet e outras tecnologias que a escola possa oferecer. O fato é que o mercado tem dificuldade de encontrar essas competências e habilidades, que são fundamentos da tecnologia da informação, pois são conceitos traduzidos ou centralizados na teia de alianças estratégicas de empresas e profissionais que dominam a rede. Como Castells (1999, p. 49) afirma, “há mais empregos e uma proporção maior de pessoas com idade para o trabalho empregado que em qualquer outra época da história”. Na realidade do e-Jovem, que constatamos na pesquisa é que há mais gente qualificada, mas poucos postos de trabalho formal para eles, o que aumenta a competição entre os trabalhadores e o número de desempregados qualificados.

Estamos vendo que é necessário um novo entendimento sobre o mundo e uma nova visão de progresso, segundo Alves (2013), as características de formação são globais, o perfil do jovem trabalhador se alarga em várias dimensões, as exigências deixam de ser moduladas e passam a ser expressas em listas de saberes, entretanto, mesmo conhecendo as características de um mercado flexibilizado por estas condições e a precarização do homem que trabalha, o/a jovem corre o risco e busca as opções de vencer mesmo com o trabalho precarizado, é preciso que se tenha uma oportunidade desta oferecida pelo Projeto e-Jovem.

As empresas poderiam suprir as necessidades de qualificação de seus empregados, com cursos internos e nas áreas específicas, com isso ajustaria alguns conceitos defasados entre a escola e o mercado e incentivaria a participação maior dos trabalhadores. Ocorre, porém, que esses procedimentos, guiados pelos interesses empresariais são distribuídos de maneira fragmentada e dirigida para o trabalho que se realizará naquele estabelecimento. Essa situação gera dependência dos empregados para com o empregador e fomenta a exploração das grandes empresas (ALVES, 2013).

Se o Estado oferece certificação e qualificação, que são treinamentos aperfeiçoados, agrega um valor adicional ao mercado, especialmente para trabalhos conveniados com outros países, e dá ao jovem, a independência de exigir de seus empregadores trabalho digno e não precário. Como afirma Alves (2013, P.12), “a contratação de jovens com uma formação básica contextualizada favorece uma relação de seu crescimento nas ações de produção e trabalho, costume, interesse e confiança, identificando uma formação completa, dentro do perfil e modelo projetado pela empresa.”

Esta realidade é um grande desafio para a juventude que, aflorando suas ideias e teorias de conhecimentos para aplicação de sua prática, poderia ocupar os lugares abertos e propostos pelas novas tecnologias, porém, competir com os adultos e com quem se encontra empregado, as vezes reciclado na própria empresa fica difícil, o que sobra porém, segundo relato nas entrevistas, são as vagas de aposentadorias e aquelas com escala de baixo salário.

Essas dificuldades fizeram com que o Projeto e-Jovem por meio de sua grade curricular objetivasse construir uma base sólida de formação geral, fortalecendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Inglês, com as disciplinas de características técnicas, buscando com isso, segundo a SEDUC (2009), uma reorganização de conteúdos para fortalecer o processo de aprendizagem tecnológica, tentar converter, um ser jovem em um jovem pesquisador, com condições de decisão, autonomia e proatividade.

O jovem, atualmente, precisa se preparar para uma revolução de ideias, princípios e conceitos, já que a possibilidade de “emancipação”, segundo Castells, (1999, p. 10), “[...] depende de uma ação comunicativa, especificamente de sua forma reflexiva de ser, agir e interagir.”

O Projeto e-Jovem, além de objetivar estimular jovens pesquisadores, conforme já mencionado, incentiva, também, a montagem de negócio próprio, por meio de cooperativas e do incentivo ao microcrédito, oferecido pelos Bancos Públicos. Este objetivo do Projeto, finda na melhoria da relação *teórica-prática* e na interação com o mercado de trabalho. O Projeto conta com a iniciativa de criar um tipo de empresa com o nome “*Empresa E-Jovem*”, pela qual os alunos se organizam para a elaboração de um projeto em parceria com as prefeituras e empresas, objetivando oferecer serviços de manutenção, suporte de redes e de internet, com bolsas pagas pelo próprio Projeto em forma de estágio ou pela empresa conveniada com o Programa Menor Aprendiz. (SEDUC, 2010)

Isto também, apesar das expectativas do projeto, pode provocar a precarização do trabalho desses jovens que, segundo Alves (2012, p. 98), na organização atual do trabalho, há uma nova precariedade salarial, que surge com o sistema laboral do regime de acumulação flexível e atinge não apenas o precarizado, mas também, os proletários estáveis sob pressão dos novos meios de exploração da força de trabalho pelo capital.

O Estado do Ceará colocou-se à frente dessas ameaças que atingem a expectativa de sua juventude, implementado, como já citado, o programa que transformou o Ensino Médio normal em Ensino Médio Integrado¹⁸ e integral, criando para tanto, as Escolas

18 Currículo do ensino médio integrado à área técnica, onde o ensino se desenvolve em tempo integral.

Estaduais de Ensino Profissional, tendo como objetivo capacitar os alunos em uma área específica de conhecimento técnico, de acordo com o perfil produtivo e econômico de cada cidade e região.

O Programa iniciou ofertando, segundo a SEDUC (2010), os cursos técnicos de enfermagem, segurança no trabalho, turismo e informática, depois foram ampliados com os cursos de comércio, finanças, meio ambiente, agroindústria, agricultura, estética, massoterapia, produção de moda, edificação e agronegócio.

Esta proposta de ensino integrado abriu muitos caminhos para a formação de jovens, mas para aqueles que estavam no terceiro ano do Ensino Médio e os egressos, não seriam mais beneficiados por esta oportunidade, assim, foram acolhidos por outros projetos de qualificação profissional que o Governo do Estado implantou e ainda vem implantando em todo interior do Estado, como o Projeto Condomínio Digital¹⁹, Projovem²⁰ e o Projeto e-Jovem objeto desta investigação.

A falta de oportunidades de emprego e o desemprego, segundo Frigotto (2010), são gerados por conta da baixa qualificação dos trabalhadores, é necessário então um debate sobre a dimensão da educação profissional como sendo um processo integral, permanente, continuado. Na escola, na empresa e se possível de maneira online na rede de comunicação.

Desde a sua origem, segundo a SEDUC, o Projeto antecipa-se para vencer obstáculos por meio de ações estruturantes e não paliativas, utilizando um processo de formação elaborado nos moldes dos cursos das escolas profissionalizantes e dos Institutos Federais, como parceiro e como detentor de uma experiência de formação com cem anos de ensino técnico no Brasil.

Por isso, o Projeto apresenta uma grade curricular mais próxima possível da realidade do aluno que chega com muita dificuldade trazida da origem do Ensino Básico e que o Ensino Médio não corrigiu isso. Assim, essa matriz, visa promover o nivelamento do conhecimento do aluno para um melhor aproveitamento das disciplinas técnicas ofertadas no Módulo II. Este por sua vez, é estruturado de maneira que favoreça uma escala hierárquica de conceitos técnicos que equilibre as dificuldades dos alunos e contribua para uma aprendizagem realística sobre as tecnologias que o mercado utiliza.

A profissionalização para o trabalho deve ser entendida como um dever da escola e um direito de todos/as, por isso deve ser encarado como uma oportunidade de trabalho, de geração de renda, de cidadania e de justiça social, porém, a preocupação sobre a formação

19 Projeto Com.Domínio Digital, nasceu em 2005, Governo do Estado do Ceará-SEDUC, para formação de jovens.

20 ProJovem Programas de formação de jovens do MTE, Preparar o jovem para o mercado de trabalho.

acadêmica tem que ser evidenciada, pois ela é um direito constitucional.

Uma das principais vertentes da educação profissional é formar a mão de obra para o mercado de trabalho. Nessa linha, tem razão a proposta pedagógica do Projeto e-Jovem, porque está voltada principalmente para jovens carentes que estudam nas cidades do interior do Estado, onde o Projeto está se tornando a porta principal para o primeiro emprego e para a primeira experiência de vida no trabalho, (SEDUC, 2010)

É por isso que se propõe, conforme a SEDUC, um Projeto que trabalhe na perspectiva de aquisição de uma postura do jovem com experiência técnica e atentos aos laços de cidadania que a escola, em algum instante, deixou de lado, como o envolvimento com as questões sociais de sua cidade, os projetos sociais que são desenvolvidos na comunidade escolar, os encontros sociais e de cultura, paz e de cidadania.

Os encontros pedagógicos do Projeto, além dos temas próprios têm função de resgate dos laços de cidadania. São promovidos uma vez por mês nas seis regiões do Estado e na capital e neles são debatidos assuntos de natureza pedagógica, de estrutura física, de internet, de aplicação de conteúdos, de sistema de avaliação, de ação dos professores/instrutores, de supervisão e de acompanhamento pedagógico, onde o jovem, segundo a SEDUC, tem espaço para suas manifestações de protesto e contribuições para melhorar as ações do Projeto.

Neles acontecem palestras de conteúdo didático-pedagógico, dinâmica de grupo, filmes motivadores e didáticos, depoimentos sobre sistemas empresariais como modelo de administração de empresas e exemplos de pessoas bem-sucedidas na profissão a fim de apresentar-lhes a realidade do mercado e os horizontes futuros.

Além da política de inserção no mercado de trabalho, o Projeto trabalha com alternativas como os convênios com instituições de ensino superior, onde os alunos assumem funções no meio acadêmico, nas faculdades e institutos que necessitam de professores substitutos ou temporários para ministrar aulas.

Outro meio de trabalho surgiu nas Escolas Profissionais como auxiliar de laboratório, assistentes de professores, suporte e manutenção de equipamentos e da internet, e ainda, como professores do próprio projeto que apresenta demanda por monitores/as para o Módulo I e instrutores/as para o Módulo II.

De qualquer maneira, assim relata a coordenadora da SEDUC, o Projeto é uma proposta de formação que integra educação e trabalho, rompendo com a lógica tradicional da educação profissional, de formar apenas a mão de obra para servir ao capital/trabalho.

Nessa concepção de trabalho está implícito o conceito antológico de propriedade

como intercâmbio material entre o ser humano e a natureza. Para poder manter a vida humana, para esses jovens, propriedade é o direito, a partir do relacionamento com outros, de se apropriar da natureza para criar, recriar e transformar essa natureza e fazer ter função social os bens que ela produz, de forma a mediar o conhecimento, a ciência e a tecnologia, e assim projetar e reproduzir sua nova existência como seres iguais (FRIGOTTO, 2001).

Considerando que, além dos conhecimentos que o curso oferece, o projeto tem como pressuposto o desenvolvimento cultural, social e tecnológico do jovem como se observa, segundo a SEDUC, em suas disciplinas de construção do conhecimento específico, pode-se afirmar que sua implementação pode ser encarada como uma questão de justiça social e de direitos humanos, ressaltando porém, algumas injustiças declaradas por alguns jovens durante esta pesquisa e que estão expressas no capítulo seguinte.

Como não se pode esperar que a justiça venha à sociedade por ela mesma, é por meio da realização de políticas públicas que ela se realizará, segundo Shilling (2007, p.7), “a justiça, na medida em que ela não é somente um conceito jurídico ou político, abre ao porvir a transformação, a refundição ou a refundação do direito e da política.”

O processo de formação colocado pelo Projeto e-Jovem, assume uma dimensão do trabalho pelas necessidades do ser humano. Com o Projeto, se espera resolver as necessidades imperativas dos jovens e a partir de sua formação, espera-se, também, inserir esses mesmos no mundo do trabalho numa perspectiva até dos direitos humanos, promovendo o acesso desses às tecnologias e suas novas formas de aprendizagem, com isso, tentar sua inserção no mercado de trabalho, ou promover a continuidade de seus estudos nas universidades para ter acesso às formas de cultura e usufruir propriamente dos direito de ser cidadão e ser respeitado como pessoa de direito, pressupostos da democracia.

O aluno do Projeto tem o dever de aprender o que está sendo ofertado, lhe reservando o direito de estudar e apreender, dentro de seus limites. Ao Estado cabe o dever de oferecer um estudo gratuito e de qualidade. A socialização do conhecimento é um dever como princípio da multiplicidade dos conhecimentos e partilha entre as comunidades do que se aprendeu gratuitamente na escola pública. É como “elaborar a natureza e transformá-la pelo trabalho em bens úteis, para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais e culturais” (FRIGOTTO, 2001, p. 34).

As classes sociais fundamentais são os proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e os “não proprietários” aqueles trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Há, em nossa sociedade, o instituto do emprego assalariado. Tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo,

deixam de ter centralidade como valores de uso e resposta às necessidades vitais de todos os seres humanos, Frigotto (2001, p.89). Assim, a distinção do trabalho e da propriedade e tecnologia como valores de uso e de troca é fundamental para entendermos os desafios que se apresentam à humanidade nos dias atuais.

O sonho dos/as alunos/as do Projeto e-Jovem são revelados em alguns momentos nos grupos de estudos, nas reuniões ou nos treinamentos, nas salas de aula ou nos bate papos. Seus sonhos diante de nossos primeiros contatos com os questionários e algumas entrevistas, não são de se tornarem proprietários, mas de se projetarem em empresas coletivas, cooperativas ou associações e serem trabalhadores registrados e, ainda ter, liberdade de buscar seu próprio meio de vida, que pode ser um negócio próprio. Estas questões serão discutidas mais profundamente no próximo capítulo a partir das falas dos alunos e alunas.

É possível iniciar este processo utilizando a bolsa de estágio que recebem do Projeto por um período de seis meses para custear as despesas do processo de formação e iniciação ao trabalho como também utilizar este recurso para possibilitar o início uma empresa prestadora de serviços de informática, internet, redes de computadores, manutenção e programação, tal qual uma “sociedade limitada” com colegas de mesma turma em parceria com empresas e a prefeitura da cidade. Alguns grupos de alunos conseguiram montar sua empresa nessas condições iniciais e já estão se estabelecendo no mercado como no caso dos alunos da cidade de Itapipoca.

O ser humano, por natureza, deseja participar da sociedade salarial mediante seu emprego para buscar inserção social que depende da sua posição, função e renda, para Castells (1997, p.98), no entanto, “o trabalho não vai apenas se ligar à remuneração de uma tarefa, mas emerge como direito.” Já para Frigotto (2001, p. 97), o trabalho se caracteriza como direito de se integrar ao consumo, ao lazer, à cultura e à educação privada.

É neste ponto, que as relações do Projeto com as empresas se destacam, pela iniciativa de seus organizadores, ao propor ao Ministério do Trabalho e Emprego a sua validação pela Lei da Aprendizagem, Menor Aprendiz, ação esta, que possibilitou a alternativa de inserção dos jovens no quadro de funcionários dessas empresas para se cumprir a obrigatoriedade da Lei, tanto para a empresa como para o e-Jovem que precisa inserir estes jovens no mercado de trabalho.

Mediante este quadro histórico da movimentação do mercado de trabalho, o governo aceitou a proposta de se criar um mecanismo de sua responsabilidade que possibilitasse uma parceria entre o Projeto e as empresas, onde o governo pagaria a “bolsa estágio” e as empresas ofertavam as vagas, sem custo adicional para elas. Foram 1.400 bolsas

de estágio neste primeiro ano. Este fato provocou abertura de mais vagas de estágio para alunos/as e repercutiu de maneira positiva em meio aos centros de contratação de pessoal e setores de administração de estágio, órgãos públicos, possibilitando um índice bem considerável de inserção dos/das jovens no mercado, como bolsistas.

Outra relação de inserção é a contratação de jovens pela própria empresa, diante da experiência de formação dos/das alunos/as e a prática como estagiário, estes/as são contratados/as diretamente com os recursos da empresa, uns são efetivados/as e outros/as apenas fazem rodízio enquanto há disponibilidade. Nestes casos vão aparecendo os sinais da precariedade do trabalho no próprio estágio.

Com as bolsas estágio, foram celebrados com as prefeituras dos municípios convênios para que estes jovens trabalhassem nos serviços de manutenção e assistência técnica em informática e suas tecnologias para a secretaria da educação. Assim, após o término desse estágio os alunos podiam montar definitivamente suas empresas ou serem contratados como trabalhadores terceirizados para as prefeituras. Isso vem ao encontro das afirmações de Alves (1999), porque estes vão fazer parte de um proletariado jovem, altamente escolarizado, frustrado em suas expectativas de ascensão profissional e sonhos, anseios e expectativas de consumo.

Por outro lado, dados do Projeto revelam que foram formadas muitas microempresas de manutenção de computadores, programação e serviços para internet, por grupos de jovens organizados e construindo suas formas de produção e geração de renda, constituindo sua própria estabilidade econômica.

Mesmo com o indicador de um processo de instalação da precariedade do emprego, mediante a flexibilização do trabalho e a terceirização da mão de obra que se fortalece a cada dia no Estado, por conta dos serviços públicos terceirizados, estas oportunidades de aprendizagem e emprego, geradas para os jovens deram sinais de uma fuga do estado de miséria que eles viviam. Como relataram em suas entrevistas alguns jovens, que o Projeto possibilitou vencer uma estatística negativa existente de falta de conhecimento e de uma profissão, para trazer uma esperança de formação e emprego.

Por isso, o e-Jovem passou a ser tudo na vida de alguns jovens, conforme constatado nessa pesquisa, principalmente para os/as moradores/as de cidades pequenas do interior do Estado ou da periferia da capital. Em muitas delas, não há outra opção, para se fazer um curso técnico e aprender informática, relata uma aluna em sua entrevista, outro, afirma que “se constitui uma oportunidade visível de mudanças nessas localidades, pois, sem qualquer perspectiva, para quem não estuda e trabalha, acaba se deixando aliciar pelo tráfico

ou consumo de drogas, prostituição e todo tipo de marginalização.”

Visando mudar esta realidade, foi criado o Projeto Social, em parceria com a Ong Geração Muda Mundo, ASHOKA, já mencionado, tendo em vista a realidade desses/as jovens e suas perspectivas de vida, em forma de disciplina e resgate de um trabalho cooperativo e integralizado com a realidade de cada turma e suas localidades (SEDUC, 2008).

Neste Projeto, os(as) jovens passam por uma jornada pedagógica, composta por oficinas, encontros de integração e momentos de apresentação de suas iniciativas. Ao longo das aulas, os jovens são acompanhados por um educador social que os auxilia no desenvolvimento de suas potencialidades e na tradução de suas ideias em um plano de ação que será implementado em suas comunidades. São vários projetos de natureza educativa, como ensino de matemática e reforço escolar, atividade esportiva de volebol, futebol, salas de músicas, cinema e oficina de teatro, oficinas de informática, internet para idosos, jogos para crianças, até projetos de criação de animais surgiu idealizado por um grupo de estudantes da zona rural.

Este Projeto social é financiado, também, pelo governo do Estado e concentra seu objetivo num trabalho colaborativo e de equipe que pode ser idealizado e construído pelos(as) próprios(as) alunos(as), desenvolvido na escola de origem ou nas associações de bairros, com recursos em torno de até R\$ 1.000,00 por projeto, com duração programada pelo grupo e que a partir desse primeiro passo pode se tornar autossustentável na escola ou na organização onde forem desenvolvidos (SEDUC, 2010).

Estes(as) jovens não podem ser apenas alguns/mas disponíveis no mercado de trabalho, sob os desígnios do capital exploratório em sua nova configuração. Como diz Frigotto (2001, p.65), eles(as) precisam reagir às relações do mercado de trabalho, como estão fazendo ao estudar e habilitar-se a entender o plano ideológico que desloca a responsabilidade social do Estado para o plano do individual.

O/a aluno/a do e-Jovem está se preparando para se apresentar no novo cenário do mercado de trabalho como um outro tipo de trabalhador, para o qual uma nova forma de experiência é vivida: se orgulha e tem prazer do que faz e se adapta rapidamente às novas técnicas que estão surgindo. Um aluno afirma em sua entrevista, que está preparado para superar qualquer dificuldade, basta um tempo para organizar seus estudos e sua pesquisa. Segundo Sennett (2006, apud SÁ, 2014, p. 12), é um trabalhador do tipo novo, não perde tempo com problemas, se encontra em instituições de ponta, e tem a capacidade de trabalhar com pessoas novas em equipe e com uma visão de coletividade.

O processo de construção do conhecimento empresta uma das formas mais

especiais do indivíduo, qual seja, a sua emoção e paixão pelo que faz. É isto que move a esperança da mudança social, é isto que aparece, frequentemente, em todos os momentos dos alunos no Projeto, visto em suas entrevistas.

Percebe-se neste momento, o bem que o Projeto faz às escolas quando se analisa a questão da evasão que aparece em baixo índice nas cidades menos privilegiadas pelo desenvolvimento econômico. Segundo a SEDUC é uma evasão de um aluno por turma ou menos. Além disso, um índice de 95% de frequência as aulas. Outra coisa presente são as manifestações de exigências pelas melhores condições de ensino, de laboratórios e de bons professores, ou na utilização das redes sociais que possibilitam aos alunos, segundo Castells (2013, p. 17), “ocuparem o espaço livre com a formação de comunidades instantâneas de comunicação, práticas transformadoras e de aprendizagem colaborativa em rede.” Um exemplo disso, são os blogs das turmas de várias cidades que se relacionam e promovem troca de conhecimentos e modelos de desenvolvimentos de aplicações na rede e outras tarefas práticas.

O pensar criticamente é uma das principais ferramentas do aluno para vencer o rigoroso sistema de precarização do trabalho, quando este está associado às características de insegurança no emprego, perda de regalias sociais, salários baixos e descontinuidade nos tempos de trabalho.

A precarização leva à instabilidade, como no caso dos jovens impossibilitados de programar o futuro porque não conseguem independência dos laços familiares, por incapacidade econômica de assegurar suas despesas do cotidiano, por esperar conseguir um emprego melhor, por ter que estudar muito mais para enfrentar as concorrências de concursos públicos e o medo de entrar na estatística do surgimento de novos pobres.

A preocupação do jovem de hoje é saber desenvolver um conjunto de capacidades diferentes das trabalhadas pela escola, adaptar-se à nova configuração do emprego ou empregabilidade, mas com consciência crítica (inclusive acerca de seu papel para a transformação da sociedade). O jovem quer ser responsável pela própria formação e aquisição de conhecimentos que lhe interessam e interessam à empresa. É como tornar-se empresário de si próprio, “mergulhar-se num estado de competência e competitividade do mercado”, como diz Dubar (2003, p. 112). Espera-se, portanto, que se trabalhe o significado de ser um pesquisador com consciência de suas próprias dimensões e ilusões em busca da realização pessoal, como assumido pelo próprio Projeto.

Como o Projeto mantém uma relação de integralidade entre as turmas, por meio de encontros, feiras e nas redes sociais, pode contribuir para mudança no que Alves (2007)

alerta para a possibilidade da crise de sociabilidade, suas relações com os outros jovens ou com outras pessoas, no convívio em sociedade do trabalho precário ou não, confrontando opiniões, debatendo ideias e defendendo princípios próprios em espaços diferentes ou alheios às relações sociais. Neste projeto, segundo a SEDUC, o objetivo também é o reconhecimento do outro como sujeito de direito, que partilha, conhece o problema do outro em si, socializa os saberes em rede para enfrentar a fragmentação dos coletivos de trabalho, insegurança de contratos de trabalho flexíveis, por meio de um conjunto de ações continua na escola, no laboratório e na família, que aproxima os jovens e fortalece os laços sociais.

Para enfrentar a crise da autorreferência pessoal, Alves (2007), observa que é a crise do homem consigo mesmo, que vem destruir sua estima pessoal e sua identidade crítica, bem como suas forças. No caso do aluno/a do e-Jovem, desde o início do Ensino Médio vão se apagando pela falta de incentivos e horizontes profissionais indefinidos. É neste sentido que a escola capitalista vai, pouco a pouco, matando a criatividade e a iniciativa que é própria do ser humano, quando o aluno ou a aluna chega ao Ensino Médio, este processo já se consolidou, para muitos/as.

A afirmação de Pochmann (2007), nos remete a fazer a relação com muitos alunos e alunas do e-Jovem que poderão ir para a estatística da População Economicamente Ativa (PEA), entretanto inseridos nas ocupações com baixa produtividade e precárias condições de trabalho que marcam o contexto mais amplo da crise do emprego no Brasil. “A maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não tem sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, por autônomos de trabalho independente e de cooperativas, bem como de trabalho temporário” (POCHMANN, 2007, P.78).

Nas condições de hoje do mercado de trabalho das cidades do interior do Estado do Ceará, com taxa populacional pequena e pólo empresarial pouco expressivo, a tendência dessa mão de obra é engrossar o mercado informal com trabalho independente, utilizando notas fiscais da Prefeitura como prestador de serviços temporários, contribuindo para o aumento do grau de precarização da força de trabalho, por ser portador de condições de trabalho e remunerações precárias. Neste sentido Pochmann afirma que,

Atualmente o desemprego transformou-se num fenômeno complexo e heterogêneo, pois atinge de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiência em níveis hierárquicos, superiores e em altos escalões de remuneração. Pode-se concluir portanto, que não há mais extratos sociais imunes ao desemprego no Brasil

(POCHMANN, 2007, p. 104).

Meszários (2006, p. 29), recompõe essa informação dizendo que como resultado dessa tendência, o problema não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge, também, um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao grupo anterior dos desempregados, aos escassos e cada vez mais raros empregos disponíveis.

O aluno do Projeto e-Jovem está conhecendo esse mundo da construção do poder agora, acreditando que ele pode vir a ser uma forma de mudar os fatos e condições de vida, em suas entrevistas alguns reconhecem que o poder não é só pelo status, nível econômico, cargo público ou político, mas acima de tudo, pelo conhecimento. Isso representa uma autoafirmação, tanto que, alguns alunos que estão já em universidades, se acham mesmo em condições iguais de competição com qualquer outro jovem de classe social mais elevada do que a deles.

Se o/a jovem tem poder pelo conhecimento ele/a se emancipa, e pela emancipação pode participar das relações de produção e decisões do trabalho, ser capaz de inventar novos modelos e significados da vida e do relacionamento, capaz de falar, dizer o que pensa e se envolver na rede de comunicação de massa com autoridade, personalidade e liderança. Este é o propósito dos/as que estão trabalhando no Projeto e desejam proporcionar novas possibilidades para os estudantes, como por exemplo, aquele jovem que estudou no Projeto e se tornou instrutor dele, se sente um vencedor, realizado pela vitória e emancipado do fracasso que antes o atingia.

Como diz Alves (2007, p. 13), a crise da vida pessoal que é a crise do homem em seu espaço de vida, o tempo de vida como campo de desenvolvimento humano, considerando a força de trabalho vivo como simplesmente uma mercadoria, “é sua despersonalização humana que se transforma na ação animal, no sentido livre apenas de suas funções de comer, beber e procriar.”

2.5 Projeto e-Jovem: juventude, educação, capital e trabalho.

Muitos alunos e alunas do e-Jovem, aos 16 anos de idade, podem ser considerados um adulto por suas particularidades de vida, e não mais adolescentes, principalmente aqueles/as que vêm de uma família desconstruídas pelas dificuldades dos pais e desde

meninos e meninas trabalham sobre todos os aspectos para ajudar na renda familiar. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece que seja considerada jovem, as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Porém, em alguns casos, isso depende do modo de vida e condições familiar de cada um deles/as. Neste Projeto, são jovens, porque estão tendo sua primeira experiência de educação profissionalizante e sua primeira oportunidade de emprego e, com isso, uma possibilidade de ser um/a trabalhador/a adulto/a e vivenciar sua própria independência. Presenciamos na pesquisa caso de alunos com 16 anos de idade financeiramente emancipado dos pais e alguns deles, já sendo pai ou mãe de família.

Percebe-se, neste quadro, que a juventude não depende apenas da idade, do conhecimento ou da experiência, ser jovem, na condição da Lei do nosso país, não significa apenas a dependência aos pais, mas a falta de horizontes, de oportunidades para provocar a mudança de comportamento e atitude do homem e da mulher, para ser criança, adolescente e depois adulto. As conquistas são talvez a melhor expressão que caracteriza a definição das mudanças, a juventude cresce e muda pela formação, pelo trabalho, pela relação da família e pela autonomia financeira.

Dentro do Projeto e-Jovem encontramos jovens que trabalham desde a infância, em serviços domésticos, na agricultura, ajudante de uma profissão dos pais, como (pedreiro, eletricista, mecânico de automóvel, bombeiro hidráulico, costureira, marceneiro, doceira), qualquer coisa que um pai ou mãe for fazer, tem um/a filho/a por perto. Isto é interessante, pois alguns destes filhos serão herdeiros destas profissões, como no caso do aluno Paulo Gomes da cidade de Juazeiro do Norte que trabalhou a infância toda com os pais e hoje é dono de uma marcenaria e tapeçaria. Há também, muitos jovens que nunca trabalharam na vida, que vivem na dependência dos pais exclusivamente estudando.

O que estes meninos e meninas do e-Jovem procuram mesmo é ser jovens em algum lugar na sociedade, determinado pelas suas competências, usufruindo dos bens do trabalho e da profissão. O Projeto, entretanto, orienta a ocupação destes espaços influenciando na formação e na inserção, que se define nas empresas, nos órgãos públicos, nas escolas, no serviço autônomo, ou de forma acadêmica ocupando as vagas nas Universidades e Institutos para uma formação de nível superior.

Ao reconhecer a juventude do e-Jovem como socialmente periférica, surge a pergunta de como integrar ou inserir socialmente esses jovens nos espaços do trabalho, da cultura, do lazer e do conhecimento que a juventude contemporânea e de tradição ocupa, consequentemente, aos padrões predominantes da lógica capitalista de produção, às relações

de dominação e exploração do mundo do trabalho e ao desconforto da disputa de vagas de emprego num sistema de concorrência injusta.

Para responder a estas questões, o Projeto segundo a SEDUC (2008), faz parte, como dito anteriormente, da política pública de profissionalização de jovens do Governo Estadual e do Fundo de Combate a Pobreza FECOP, como uma política pública que é, organizando uma frente de ações e atividades relacionadas com a integração dos jovens, na família, na escola, no trabalho e na sociedade em geral.

Os jovens passam a ser vistos como “futuro das famílias” que quando são integrados ao mercado de trabalho passam a ser uma das alternativas de sustento e equilíbrio para suas vidas que vão sendo construídas de maneira coletiva, lembramos assim, alguns jovens, em suas entrevistas, relataram que até o valor da bolsa do estágio era somado à renda familiar para sustento de todos.

A juventude está submetida à formação institucionalizada das sociedades capitalistas e o Projeto e-Jovem corre o risco, para não ser tão injusto, de formar e moldar o jovem para a alienação do trabalho, que, em muitos casos, conformado com essas relações é submetido ao trabalho precário devido às condições da oferta do emprego sob as regras dos contratos flexíveis e da terceirização, que atacam principalmente as cidades do interior do estado do Ceará.

Os laços fraternos da base familiar são uma das principais formas de formação dos jovens, é sua primeira relação no mundo da experiência que os pais e avós constituíram. Olhando assim, a sociedade e-Jovem estabelece uma fórmula para cuidar dos jovens promovendo a integração de gerações através de eventos que reúnem a comunidade familiar e educacional, em forma de feiras tecnológicas, semana de tecnologia, palestras com pessoas de universidades e empresas, fórum de debates sobre temas do conteúdo programático, tudo isso propostos e organizados pelos alunos, reunindo assim, alunos/as, professores/instrutores/as e supervisores/as de outras regiões, aberto à participação de pais, empresários, gestores estaduais e municipais, com isso, temos a aprendizagem se complementando pelas experiências vividas com pessoas mais experientes, sendo isso uma forma também de organizar contatos e manter um relacionamento com pessoas que podem garantir futuros empregos.

Sabe-se que a distância cultural entre duas gerações de pais e filhos, marcadas pela velocidade das informações e pelas inovações tecnológicas, pode provocar uma ruptura no diálogo entre eles, velhos e jovens, mas, ao mesmo tempo, em que o Projeto aproxima as relações de sabedoria, vontade, interesse, e esperança de um novo tempo, o que se dizia velho

se torna para a juventude um novo meio de construção de conhecimento, e assim, as partes se juntam com um só objetivo de aprender dentro da convivência e trabalhar perto das experientes gerações.

Os mais idosos carregam os valores de referências assegurados pelas instituições que passaram na vida, família, igreja, escola, polícia, imprensa, que, na verdade, visam ao condicionamento de suas subjetividades e de seus comportamentos. Com os jovens também acontece o mesmo, o que mudou foram os caminhos, as fontes de informações, os meios de construir saberes, se os seus desejos são outros, os valores devem ser os mesmos e se configuram na busca de uma nova cidadania e direito social.

As consequências da globalização econômica começam atingir a economia e com ela, o relacionamento das comunidades produtivas do interior do Estado também, de forma que, os jovens sendo formados com as características técnicas definidas pelo Projeto, dão sinais evidentes de que podem contribuir, por meio dos conhecimentos técnicos adquiridos, para as mudanças ordenadas de posição das empresas locais, no modo de sua produção, nas atitudes de trabalhadores e no comportamento do mercado com a oferta de um produto melhor qualificado.

No entanto, conforme constatamos na pesquisa, os projetos governamentais ainda beneficiam poucos municípios e poucos jovens são beneficiados por eles, tanto que o Projeto e-Jovem, objeto dessa investigação, oferece uma turma por cidade com 20 alunos apenas. Muitas cidades apresentam um mercado fora da realidade do curso e por isso, maiores dificuldades para absorver os jovens formados, algumas empresas, assumem o compromisso com a frente do Projeto, de ofertar vagas, acreditando no processo de sua inclusão no mundo digital, com a confiança depositada nas habilidades dos jovens e no poder de transformação de sua produção pelas novas tecnologias. Por isso, observamos na pesquisa, empresas que tem em um quadro de estagiário bem representado e a maioria de seus funcionários efetivos já foram estagiário do e-Jovem.

Para dar melhor segurança a isso, segundo a SEDUC (2009), existe a equipe de inserção do Projeto que faz o acompanhamento dos alunos favorecendo o relacionamento entre empresa e escola, tentando aproximar os conteúdos do curso à linha de produção e criando possibilidades de mudanças na empresa para que ela possa ser inserida na rede de comunicação, iniciando o processo de conhecimento e seu relacionamento com o novo mundo das tecnologias. Para Castells (1999, p. 124)

A capacidade de empresas de pequeno e médio porte se conectar em

redes, entre si e com grandes empresas, também passou a depender de disponibilidade de novas tecnologias, uma vez que suas operações diárias tornaram-se globais, com isso, a depender também de procedimentos de formação da mão de obra de jovens trabalhadores, futuros gestores de seus próprios negócios.

Os jovens, então, vão se encaixando nos espaços favoráveis com seus saberes, como estagiários, ou na condição de menor aprendiz, alguns, injustamente, voluntários e outros empregados, outros até donos de seu próprio negócio, um campo que vai se desconstruindo vagarosamente e, ao mesmo tempo, construindo uma nova configuração de produção, de gestão e de comportamento, mostrando que eles devem participar e evoluir nessa direção. O e-Jovem, prepara o aluno com um perfil adequado à reestruturação de produção da empresa, é um sinal de alerta para quem precisa renovar os seus quadros e inovar sua rede de comunicação.

Neste debate, que envolve a juventude em formação, o mercado em mudanças e a flexibilização da produção, Kuenzer (1988), nos alerta que o toyotismo²¹ chegou e a ideia principal é produzir somente o necessário, reduzir os estoques (flexibilização da produção), produzir em pequenos lotes, com a máxima qualidade, trocando a padronização pela diversificação e produtividade. Com sua característica da mão-de-obra multifuncional e bem qualificada, os trabalhadores são educados, treinados e qualificados para conhecer todos os processos de produção, podendo atuar em várias áreas do sistema produtivo da empresa.

Hoje o Estado do Ceará oferece, por meio do Cinturão Digital²², uma rede que abastece mais de 70% das cidades com internet banda larga, oportunidade para o jovem estudar, acreditar, investir, entusiasmar-se com as possibilidades disponíveis e os recursos das tecnologias para aprender, crescer e ser um sujeito que pode propor as mudanças que as empresas esperam.

A quantidade de informação oferecida pela rede à juventude e às empresas cresceu muito, é um volume incalculável de dados disponíveis, que provoca resistências naqueles que não sabem lidar com o aparato tecnológico, por isso, é necessário a contratação de alguém com esse conhecimento, que garanta a parte técnica e, principalmente, como afirma Kuenzer (1988), com isso se tem uma concepção transdisciplinar, conhecimento interligado e não mais fragmentado, para assegurar a confiança das empresas. Em algumas cidades, os jovens, demonstrando estes saberes, e mesmo sendo estagiários ou técnicos, montam o plano de

21 Toyotismo é um sistema de organização voltado para a produção de mercadorias. Criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno - Mão-de-obra multifuncional e bem qualificada.

22 O Cinturão Digital é uma rede pública de fibra ótica circulando em todo o Estado para possibilitar o acesso à internet a todos as pessoas, empresas e usuários afins, banda larga gratuitamente da ETICE – www.etice.ce.gov.br

informatização das empresas que vai facilitar o processo de produção e comércio de bens e serviços.

O processo de formação do e-Jovem, demonstra estar alinhado com o momento atual do capitalismo contemporâneo, a concorrência desencadeia a competitividade entre os próprios jovens, as iniciativas do processo de aprendizagem e a formação técnica, estão de olho nas oportunidades oferecidas pelas empresas que precisam da mão de obra, que utilize tecnologias e beneficie novos modelos de produção, a baixo custo e pouco remuneração.

É muito complicado o início da carreira profissional do jovem, um sistema cheio de alternativas possíveis e globalizado, muita concorrência, conceitos e métodos diferentes de produção, isso mexe com as expectativas e com o emocional de cada um, por isso, o Projeto tenta formar um corpo coletivo entre as escolas, gestores, alunos, empresas, governo e empresários para abertura de postos de trabalho no mercado onde se concentram os alunos.

No entanto, é preciso observar as frases que se encontram na proposta pedagógica do Projeto: “formar para o mercado de trabalho”, “formar o trabalhador flexível e competitivo”, “formar o jovem proativo”, isso pode aparecer como evidências de um trabalhador precarizado e manipulado, alienado pelas condições de um trabalho terceirizado, tornando-se um agente de produção flexível e alienado. Que muito lembra a Kuenzer (1988), quando afirma que é o sistema produtivo capitalista que dá as regras da democratização e da educação básica de qualidade, não a escola de onde vieram esses jovens despreparados, não este Projeto que parece ser portas ou espaço para flexibilização de ações dessa juventude e manipulação de suas ações no sentido obvio de uma educação profissional.

Mesmo diante do conceito estipulado pela sociedade capitalista de sua indiferença com as identidades sociais das pessoas que ela explora Sanfelice (2013), mostra que “estamos assim mais em uma sociedade das informações descartáveis do que em uma sociedade do conhecimento”. Para o capital, segundo Wood (2003, p.229), não interessa, criança, jovem, velho, homem, mulher, amarelo, branco, preto, interessa sim a força de trabalho que cada um oferece ao capital, que daí extrai a mais valia.

Será preciso então, aprendermos a lição com Wood (2003), “talvez o que sejamos forçados a aprender de nossas atuais condições econômicas e políticas é que um capitalismo humano social e verdadeiramente democrático e igualitário é mais irreal e utópico que o socialismo.”

Sanfelice (2013), afirma, ainda, que o desejo do capitalismo mesmo, é que toda juventude possa consumir e adquirir a prática do consumo mesmo quando ele é muito supérfluo. Nem sempre a internet ajuda, mas para o capital o que interessa é consumir, mesmo

os instrumentos de acesso sejam de custos fora da realidade de alguns, não tem problema, caros ou não, todos querem possuí-los, melhor ainda, que seja por pouco tempo.

Mesmo com toda essa força do capitalismo imposta à juventude para o consumo, ainda se encontra jovens com atitudes diferenciadas, não consomem porque não podem, são regradados ao limite de suas necessidades, tanto que nesta pesquisa, aparecem percentuais significativos de jovens que utilizam o computador apenas na escola, por conta de suas condições financeiras, porém, aqueles que têm condições, se entregam ao modelo capitalista e participam da mesma corrente adepta ao uso de todos os aparelhos disponíveis que as tecnologias oferecem, até ao ponto de se perceber exageros pelos descartáveis, como na ilusão por ter e na satisfação passageira por comprar.

Esta lógica não tem ética, mas isso é o que interessa ao capital, quanto mais as empresas fabricam, mais potencial de vendas elas adquirem, com isso, possibilita maior movimentação de seus produtos no mercado, oferecendo um mundo de alternativas de bens e serviços que convidam as pessoas, de maneira especial, a fazerem parte desse conjunto de ações que impulsionam o precário mundo do trabalho e as relações com o trabalhador.

Nossa juventude, diante deste quadro, vive subjugada à lógica do ter, por isso, alguns, recorrem aos meios ilícitos para adquirir os bens que deseja, são forçados e submetidos ao tráfico de drogas para serem membros dessa ala consumista de valores passageiros e insaciáveis, querem se igualar àqueles que conquistaram seus espaços nos ambientes de uma sociedade de estudantes trabalhadores. Há que se ressaltar, contudo, que muitos jovens, fieis a seus ideais e a suas capacidades, estão realizando com ética, dignidade e respeito os seus sonhos, mudando com firmeza o rumo de um projeto de vida muita vezes nem planejado.

Este conflito entre, o ter e o ser, é causador de prejuízos que a sociedade de consumo provoca na juventude atual, era da informação manipulada, desapropriada, sem a origem da posse, condutora de status sem vínculo institucional, um poder pela dívida, como um prazer pela ilusão, é uma máscara que esconde a realidade de cada um e ataca a subjetividade de quem não consegue fugir desse meio.

O medo que ocorre é que esta situação contaminem uma juventude que está vislumbrando um ideal justo, ético e providencial para sua realização de vida na simplicidade de uma cidade do interior, tentando ocupar seu espaço por meios lícitos, seja corrompido pela pressão do capitalismo que forma vítimas com a chegada do progresso manipulado pelas instituições que estabelece poderes sem limites, para alguns, e criam cadeias de escravos de consumo para outros.

Todo mundo busca o progresso, mas não se pode priorizar o capital selvagem a despeito das competências, das iniciativas primitivas, dos bens e da cultura hereditária, dos costumes familiares, dos laços fraternos, das histórias de família e das tradições sociais. Vendo assim, a sociedade capitalista seria bem recebida em qualquer lugar, vir para somar sem destruir, nem se constituir dona do que uma juventude adquiriu em toda sua história e em todo seu passado. Por isso, Kuenzer (1988), adverte que a escola anda na perspectiva das mudanças do processo produtivo, que provoca hoje as mudanças até nas bases familiares, por isso talvez, deixa de cumprir o projeto de uma escola formadora, transparente e transformadora verdadeiramente.

Conservando a base das disciplinas para a formação técnica inicia-se o processo pedagógico com a aula inaugural, convidando a comunidade educacional, empresarial e política da cidade. Um momento para mostrar o que é o Projeto e-Jovem, seus objetivos, sua estrutura física, pedagógica e tecnológica e quais os benefícios levados pelo projeto àquela juventude e às empresas daquela localidade.

Este Projeto, com características de educação profissional, define os limites de construção dos conhecimentos pelo modelo de tecnologias utilizadas, os conceitos relacionados numa estrutura de conteúdos programáticos, para serem desenvolvidos em sala de aula. Evidentemente, como um programa profissionalizante em informática, utiliza várias tecnologias, porém, o que conta muito é a relação destas com a linha de produção que o mercado desenvolve, para isso, Kuenzer (1988), alerta, a qualificação não gera emprego é apenas garantia de vias de emprego, ela é a possibilidade do trabalhador vir a ser empregado.

Neste sentido, observando o cronograma das disciplinas, percebe-se que os conteúdos trabalhados, apontam para os modelos de tecnologias, efeitos e causas que o mercado produz. Entretanto, com algumas dificuldades de aplicação destes: na estrutura física, os problemas com a internet e a conectividade, os equipamentos precisando ser renovados e a conexão de internet muito ineficiente. A estrutura pedagógica falha na supervisão e acompanhamento dos problemas de construção dos conhecimentos, tais problemas, não deixam constituir a normalidade de um programa em prol de uma aprendizagem concentrada, segura, responsável, que atinge os seus objetivos com qualidade, geração de competências e elevação de experiências profissionais.

2.6 Projeto e-Jovem e o mercado que os espera

O quadro administrativo do Projeto e-Jovem é formado de pessoas jovens,

universitários em formação e recém-formados, gente bem preparada, que pensa muito e quer colocar suas ideias e projetos em função da juventude do e-Jovem. Assim, se juntam aos alunos, para pôr em prática nos encontros de formação, dinâmica de grupo e outras atividades de característica cultural, musical e de expressão teatral, promovendo festivais, shows com bandas de músicas dos alunos das cidades participantes, concursos de artes no computador, simulados preparados sobre um tema específico do curso, é realmente uma verdadeira integração entre os jovens que dispõem desses encontros para fazer novas amizades e comunidades de aprendizagem.

Este Projeto é uma fonte de informações que inspira saberes, interesse pelas relações do mundo da pesquisa, da Ciência e, principalmente, pelo mundo do trabalho. Estes jovens, no entanto, devem ser bem preparados e alertados, porque vão ser inseridos num mercado de trabalho, que segundo Alves (2012, p. 15),

[...] é um novo sistema laboral de várias características diferentes, que exige um perfil de trabalhador moderno, em termos de equipamentos, ambientes de trabalho, política de representação de pessoal, além da precariedade salarial constituído pela morfologia social do trabalho flexível.

Muitos jovens são inspirados pela oferta de emprego em outras regiões e cidades do país, são nestes mercados que as empresas renovam sempre seus ambientes de trabalho, equipados com máquinas modernas para atender os novos desafios de uma produção flexível, com equipamentos inteligentes incorporados às redes digitais de comunicação, operando com programas de computadores de alta resolução, o que exige, assim, um/a jovem melhor preparado/a em condições mínimas de, pelo menos, cumprir com as exigências básicas para início de contratação. Uma dessas exigências, segundo Alves (2012, p. 16), é a “capacidade de intervenção do jovem no processo produtivo, característica do modelo toyotismo, trabalhadores capazes de emitirem opiniões sobre o projeto e interferirem no processo de produção, contribuindo para soluções de problemas e sendo autor e coautor do sucesso da empresa,” mesmo sabendo que isto não se reverte em melhores salários.

Discutindo tecnologia, mercado de trabalho e organização da produção, a própria era das tecnologias qualifica a era da gestão de pessoas, colocando frente a frente empregados e patrões num mesmo ambiente ideológico como Alves (2012) falou, sendo membros de uma equipe de trabalho, disseminando valores, compartilhando ideias, expectativas e inovações

tecnológicas, motivados para o trabalho flexível, a manipular talentos e habilidades gratuitamente, por meio de técnicas emocionais que envolvem os trabalhadores e suas potencialidades como afirma Kuenzer (2012),

[...] o trabalhador é incentivado a desenvolver tecnologia, inventar e reinventar novos modelos e métodos de produção e doa literalmente para o patrão, como isso fosse sua obrigação trabalhista, e não um valor agregado a si mesmo, como sua produção intelectual.

Percebe-se nessa pesquisa, que esses/as jovens do e-Jovem são especialistas em lidar com as redes sociais, usam as mídias com facilidade, são fascinados pelas tecnologias e estão sempre conectados. Serão estes jovens os operários dos novos locais de trabalho reestruturados? São esses jovens da geração digital, em especial os do e-Jovem, conhecidos como os originais da era da internet, nascidos com ela e formados com ela, fiéis colecionadores de ideias e propostas inovadoras que vão abastecer a flexibilização do trabalho e alimentar a cadeia lucrativa do capital?

Nesse sentido, é interessante, observar no e-Jovem, uma outra situação que Alves (2012) levanta, quanto a existência de uma possibilidade de emprego para a juventude decorrente do processo de reestruturação produtiva, são vagas procedentes de aposentarias e demissões voluntárias, os chamados PDVs (Programa de Demissões Voluntárias). Segundo o autor

[...] são nesses coletivos de trabalho reestruturados na indústria que estes jovens estão ocupando seus lugares com sua pouca experiência prática, mas com conhecimentos novos, que contribui para a renovação dos coletivos sem a preocupação da forma contratual, operários ou empregados temporários e precários (ALVES, 2012, p 17).

Lembrando do período pós-guerra no qual a relação de produção fordista foi sendo modificada pelo paradigma da microeletrônica e a característica do modelo de produção foi a flexibilização, que segundo Kuenzer (1985), “com a operação homem-máquina, passa a assumir o processo microeletrônico, ele perde o poder sobre a máquina para ser apenas um operador dela.” É neste sentido, que os alunos/as do e-Jovem serão submetidos/as, a situações de trabalho difícil, muitas vezes diferentes do que eles aprenderam na escola, fica assim, a depender, de suas competências e habilidades e observar que Castells (1999, p. 69) afirma,

[...] pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo, e ainda mais, as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos.

Isso inspira muito os jovens, porque esperam por uma oportunidade de trabalho, querem mostrar inteligência e a força do saber, para produzir novas coisas, querem a liberdade de opinião e doar-se mesmo sem apropriação de valores, como vimos um jovem na cidade do Crato, muito satisfeito em seu estágio, mesmo sem ter remuneração. Querem fazer parte da organização da produção, sugerindo novos processos e produtos, querem mesmo aparecer, mostrar que são capazes, como um jovem de 16 anos na cidade de Granjeiro, sendo gerente de um setor técnico da Prefeitura. Afinal, eles/as preferem correr o risco, mas estar presente neste mundo do trabalho é o maior desafio para sua juventude.

Neste sentido, é preciso observar quais os traços significativos das novas relações de trabalho flexível que compõem as condições salariais que estes jovens tanto esperam e vão ser submetidos a elas. Em primeiro lugar, a remuneração salarial do trabalhador, que é condicionada ao seu desempenho e ao da empresa, provoca a exploração da força de trabalho cada vez mais colocada à disposição do cumprimento de metas. Em segundo lugar, a flexibilização da jornada de trabalho por meio do banco de horas, possibilitando ao empregador explorar a força de trabalho nos momentos de alta produção, pelas horas extras, que serão pagas com folgas em outros períodos de baixa movimentação, sem diferenças financeiras. É por isso que Alves (2012) alerta que, se convivemos com um mercado imprevisível, as relações de tempo de vida e tempo de trabalho do trabalhador também se tornarão imprevisíveis.

O mercado de trabalho hoje disponibiliza várias formas de contratos flexíveis de trabalho, com as modalidades de contratos de trabalho por tempo determinado, tempo parcial. Segundo Alves (2012), além da terceirização, o/a jovem vai ser exposto/a ao trabalho temporário, por projeto, entregue às cooperativas de trabalho, e às organizações não governamentais que trabalham com sistemas de bolsa sem direito nenhum, isso atinge em cheio a juventude saindo das escolas, dos projetos e Universidades, desconhecadora das leis e de seus direitos trabalhistas.

Lembrando apenas que essas características estiveram muito em evidência na década de 1990, ocorrendo à regressão do trabalho, porém, em relação à década de 2000 ocorreu o crescimento do emprego formal. Segundo Alves (2012), a contratação por tempo

indeterminado no Brasil em 2010 atingiu 95% do total dos empregados formais. Na contramão disto, cresceu a contratação flexível de trabalhadores, segundo Krein (2008), de 1995 a 2005 foi de 158,6%, porém, isso é pouco expressivo diante dos dados da Rais (2012), que mostra que, em 2008, foram 684.177 contratos temporários contra 30.547.223 contratos por prazo indeterminado.

Olhando para esta estatística, o Projeto e- Jovem justifica sua iniciativa de formação e profissionalização, porém, o desafio maior é colocar a juventude cearense, para enfrentar as relações de mercado e trabalho, tendo em vista a flexibilização do trabalho, precariedade do homem que trabalha e baixos salários, alta rotatividade da força de trabalho, alta taxa de informalidade, terceirização e o crescimento dos contratos temporários, valendo apenas, para alguns, como incentivo, uma vaga de estagiário ou de menor aprendiz. É por isso, que não basta ter somente um “*chão de fábrica*” para pisar, como melhor opção do que a rua, mas sim, ressaltar, pelas competências adquiridas e o espírito de luta e a força de vontade para buscar a efetivação no trabalho formal.

Relacionando o exposto com a formação profissional de jovens em Portugal, José Soeiro (2011), nos conta que neste país acontece uma associação particularmente forte entre “qualificação acadêmica e enquadramento ocupacional”, aqui no Brasil, entendida como “formação e trabalho” dando origem a uma forte hierarquização credencialista, devido às condições do emprego disponível não absorver as qualificações, isso afeta uma parte dos jovens bem formados que se obrigam a aceitar uma função menos qualificada e, conseqüentemente, um salário menor, dando origem à “compressão salarial” que afeta outras ocupações de postos menos qualificados ainda.

Estas relações são provocadoras do processo de adequação entre formação e posto de trabalho, atingindo a carreira e a função dos trabalhadores, prejudicadas pelo aviltamento salarial entre as classes e dos fatores de precarização do trabalho e do emprego.

Fazendo uma comparação de tempo entre, a formação e a inserção dos jovens no mercado de trabalho, entre Brasil e Portugal vimos, segundo Soeiro (2011), que a inserção laboral dos jovens em Portugal é longa, penosa e complexa, falta correspondência entre qualificação e habilitação, além da precariedade e baixos salários.

De acordo com dados desenvolvidos pelo (CIES/CGTP, 2011)²³, de Portugal, um jovem tem que esperar em média 20 meses para obter o primeiro trabalho e o tempo de inserção para um emprego permanente é em média 10 anos desde a saída da escola. No Brasil,

23 O (CIES-IUL) é um Centro de Investigação Universitário do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), constituído em 1985.

entretanto, o Projeto e-Jovem trabalha para inserir os alunos durante o processo de formação como estagiário ou menor aprendiz, segundo SEDUC (2010), muitos desses alunos são efetivados pela própria empresa, durante a formação.

No entanto, há controvérsia no enfrentamento da transição para a vida adulta desses jovens, a falta de uma boa qualificação profissional, um curso mais valorizado e a falta de um capital social inicial, formam o triângulo que garante um percurso tão precário e demorado. Com os alunos do Projeto e-Jovem o fator principal é a falta de um emprego formal que garanta a emancipação financeira deles, ter onde morar, é outro problema, custo universitário e custo de vida altos não permitem a liberdade que o jovem espera. Por isso, o/a jovem continua na companhia dos pais, convivendo com eles, esperando o dia de sua emancipação pelo emprego.

Além disso, para aquele que está trabalhando fica sujeito ao processo de desclassificação em suas vidas dividido em dois fenômenos clássicos que, segundo Soeiro (2011), seriam a desclassificação do emprego, onde o jovem assume um salário correspondente a uma profissão inferior ao seu diploma e a desclassificação salarial, que é a perda de vantagens dentro da mesma profissão e da função que assume. Isso, no e-Jovem tem gerado alguma desilusão, principalmente, se o jovem assume uma função que pouco tem correspondido com a sua formação. Dentro do Projeto e-Jovem encontramos jovens estagiando fora de sua área de competência, por exemplo, na cidade de Jaguaribe, numa fábrica de móveis, jovens trabalhando na montagem e no balcão de empacotamento, fora da função de formação.

Para alguns jovens a Internet é uma fábrica eletrônica de produzir informação, uma aliada para construção de conhecimentos, o ciberespaço, porém, não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um espaço social de saberes, onde se encontram grandes pensadores com revelações que podem não ser próprias, mas alteram nossa percepção de mundo acadêmico e social. Ela se tornou, para os movimentos sociais da nova era, o instrumento de comunicação mais rápido e eficiente para entregar cartas, convites e promover articulações políticas, denúncias, protestos e dar notícias. Mas também, o de anunciar o novo tempo de mobilizações, claro, que não deixa de ser espaço de pessoas criminosas e de exibição de preconceitos, mas, na verdade, a internet é o maior ambiente de geração de dados publicados, organizados em conceitos autorais e não autorais que a Ciência já conheceu.

A internet é, sem dúvidas, o instrumento mais democrático e mais anarquista da expressão popular, por ela, o/a jovem não tem medo de se expressar, dizer o que sente, o que pensa, é livre, e com tanta liberdade, se faz dono do espaço para estudar, falar, escrever e fazer

parte desse mundo de emoções e de inovações.

O conhecimento do Projeto e-Jovem foi importante para nossa pesquisa, situar nossa investigação num objeto com dimensões que não são evidentes, nos encorajou para enfrentar as dificuldades de deslocamento entre as distâncias das cidades, localização de alunos, custo operacional, trabalho, transporte e alojamento, para explorar os caminhos que nos levou a conhecer a realidade de cada aluno expressa em palavras e opinião nos instrumentos de coletas de dados. No próximo capítulo, apresentamos uma análise do Projeto e-Jovem dentro do contexto de sua proposta e do relato feito pelos jovens estudantes participantes da pesquisa, como respostas aos instrumentos de coleta de dados na forma escrita e falada.

CAPÍTULO 3 - Percurso metodológico e análise de dados.

Neste capítulo apresentamos a análise descritiva dos dados obtidos com a aplicação de um questionário composto por 48 questões, especialmente elaborado como instrumento de coleta de dados com alunos e alunas das turmas selecionadas do Projeto e-Jovem, como recorte da pesquisa, formados no ano de 2014.

Analizamos, também, entrevistas estruturadas com um aluno/a representante de cada turma, com um Supervisor e um Instrutor de cada região e dois coordenadores gestores do Projeto junto a SEDUC.

Os dados da Estatística Descritiva, extraídos com a ajuda de um Software denominado SPSS, Statistical Package for the Social Sciences, possibilitaram organizar e resumir as informações para descrever os principais aspectos das variáveis/categorias observadas. Assim, estudou-se o perfil dos respondentes, suas opiniões em relação ao projeto, os efeitos que o Projeto provocou em suas vidas estudantis e profissionais, as sugestões de melhorias propostas e, ainda, a influência do projeto na definição de uma profissão e a inserção no mundo do trabalho desses/as jovens, orientando para uma análise qualificativa dos dados.

Os dados foram representados em tabelas e gráficos utilizando o *software* Excel 2007 de acordo com a tecnologia oferecida pelo SPSS para respostas dos participantes, observando as frequências individuais, as relações de confrontos e opiniões escritas, a vocalização dos jovens manifestadas nas entrevistas estruturadas.

Os participantes da pesquisa como já foi dito, foram os jovens de 14 a 29 anos que estudaram no e-Jovem no ano de 2014, atendendo um recorte definido com alunos/as pertencentes às turmas de oito cidades do interior e na capital de Fortaleza, tomados como voluntários e dispostos a contribuir com os princípios da pesquisa.

Assim, as categorias eleitas favoreceram a organização da análise e deram o direcionamento necessário sobre a situação observada em cada definição e realidade do participante. Tais categorias formaram grupos de análise de acordo com as perguntas do questionário como, informações dos participantes, motivação dos estudantes com o Projeto, parecer dos estudantes sobre o Projeto, formação para o mundo do trabalho, o uso das tecnologias pelos estudantes, mudanças ocorridas na vida dos jovens e sugestões dos estudantes para o Projeto.

3.1 - Informações dos(as) estudantes e do Projeto e-Jovem.

- Cidades onde foi realizado o Projeto e-Jovem.

Na tabela 1, apresentamos as cidades onde o Projeto foi desenvolvido, as que foram escolhidas como recorte da pesquisa, com o número de estudantes por turmas.

Tabela 1 - Cidades onde foi realizada a pesquisa e o número de estudantes por turma que participaram.

Cidades	Frequência	Porcentagem
Barro	7	11,5%
CEJA Fortaleza	9	14,8%
Crato	3	4,9%
Eusébio	6	9,8%
Granjeiro	7	11,5%
Itapipoca	7	11,5%
Juarez Fortaleza	6	9,8%
Juazeiro do Norte	16	26,2%
Total	61	100%

As cidades foram escolhidas de acordo com a definição da pesquisa e indicadas por suas características econômicas e realidade regionais a que pertencem à condição essencial para análise da pesquisa foi a de ter tido pelo menos uma turma de alunos formados no ano de 2014.

Assim, foram escolhidas as cidades de Juazeiro do Norte que teve 26,2% dos participantes, a cidade do Crato com 4,9%. A cidade de Barro, Granjeiro e Itapipoca apresentam o mesmo percentual de 11,5% dos estudantes entrevistados. Na capital Fortaleza a turma da escola Juarez Távora apresentou um percentual de 9,8% e a turma da escola CEJA teve um percentual de 14,8%. Essas cidades contemplaram as regiões do estado com maior distribuição de turmas formadas do Projeto.

- Idade dos estudantes

Na tabela 2 apresentamos os dados sobre a idade dos estudantes participantes da pesquisa.

Tabela 2 - Faixa etária dos alunos participantes do Projeto

Faixa etária	Frequência	Porcentagem
<=18	22	36,1%
18 até 23	25	41,0%
23 até 27	4	6,6%
>27	9	14,8%
NR/NS	1	1,6%
Total	61	100,0%

Quanto a idade dos alunos do Projeto pôde-se observar que uma parte significativa dos participantes são jovens menores de 18 anos, atingindo um percentual de 36,1%, isso se caracteriza pelo interesse de aprender informática e pela busca de oportunidades possíveis para definição de um emprego.

Os alunos com idade de 18 a 23 anos, que atingiram 41%, formaram a grande maioria, o grupo jovem que mais despertou interesse, pois nesta faixa etária, estão os alunos do 3º ano, e são aqueles que não tiveram a disciplina de informática em seu currículo, sem a perspectiva de um conhecimento técnico para a indicação de uma profissão. Os alunos com idade entre 23 e 27 atingiram 6,6%, esses certamente são parte de jovens retardatários do ensino fundamental e alguns egressos, que já terminaram o ensino Médio, mas que não estão trabalhando nem estudando numa faculdade.

Os maiores de 27 anos, que atingiram 14%, despertaram com o Projeto e-Jovem uma alternativa para voltar a sala de aula e participar de um processo de educação profissional para conquistar também um espaço no mundo do trabalho.

- Relação de gênero dos participantes do Projeto

Na tabela 3, identificamos entre os participantes da pesquisa a quantidade de homens e de mulheres representados em cada turma.

Tabela 3 – Gênero dos estudantes participantes da pesquisa.

Gênero	Frequência	Porcentagem
Masculino	30	49,2%
Feminino	31	50,8%
Total	61	100%

Identificamos na tabela 3 uma participação feminina superior a masculina, com pouca diferença, porém significativa, em relação aos primeiros anos do curso onde as mulheres tinham pouca participação e os homens lideravam sempre e tinham maioria nos cursos de formação tecnológica de qualquer natureza. De acordo com a pesquisa, a ordem das preferências pelo Projeto mudou e as mulheres começaram a lutar pelo seu espaço nos processos de formação ofertados pelo governo, como mostra o numero de mulheres superando o número de homens, esse dado se estende para todas as turmas do Projeto, reflexo de uma maior participação das mulheres no processo de seleção para o e-Jovem.

- Moradia dos alunos

Na tabela 4 apresentamos a questão da moradia dos alunos em relação a seus pais, para identificar o tipo de convívio familiar e as relações de emancipação.

Tabela 4 - Quantitativa de alunos que moram com os pais.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	53	86,9%
Não	8	13,1%
Total	61	100%

A maioria dos participantes da pesquisa afirmou morar na companhia de seus pais, isso é reflexo de uma tradição familiar do povo nordestino, que se preserva por muitos anos, e com os alunos do e-Jovem não é diferente, como a maioria não tem emprego ainda, ficam na dependência dos pais mesmo quando encontram uma independência financeira. Somente no caso de casamento ou quando viajam para outros estados em busca de novas perspectivas de emprego ou estudo, é que se separam dos pais. Para alguns alunos, conforme entrevista o Projeto e-Jovem pode ser um indicador para a liberdade e emancipação quando indica uma alternativa de emprego.

- Estudantes e egressos do Ensino Médio

Na tabela 5 mostramos a posição dos participantes da pesquisa com relação ao Ensino Médio, isso pode revelar os alunos que são do 3º ano e os egressos deste nível de ensino.

Tabela 5 - Alunos que já terminaram o Ensino Médio ou não

-	Frequência	Porcentagem
Sim	53	86,9%
Não	6	9,8%
NR/NS	2	3,3%
Total	61	100%

O Projeto tendo como público-alvo alunos do 3º ano do Ensino Médio e egresso da escola pública, a pesquisa demonstrou assim, que a maioria dos participantes são os egressos deste nível de ensino, isto é, alunos que já terminaram o Ensino Médio, um percentual de 86,9%, enquanto os outros 9,8% são alunos do 3º ano. Isso reforça um dos objetivos do projeto de atender ao público de ex-alunos do Ensino Médio que não tiveram em seu currículo escolar uma disciplina técnica direcionada para um saber profissional, além disso, muitos desses jovens não conseguiram entrar numa faculdade, estavam mesmo excluídos da possibilidade de continuar seus estudos ou de encontrar um emprego.

Hoje, no e-Jovem, segundo entrevistas, estes jovens estão mais fortalecidos e encorajados pelos novos conhecimentos adquiridos e pelo apoio e orientação das equipes do Projeto, como afirma o estudante FA, “eu não sabia mais o que fazer depois que acabasse o Ensino Médio, agora com o e-Jovem eu já sei alguma coisa, criei coragem e fiz o vestibular e estou esperando o resultado, se passar beleza, se não vou procurar trabalhar”.

Para esses jovens do 3º ano o Projeto teve um valor especial, criando melhores possibilidades porque ainda estão em sala de aula, onde acontece o debate, o envolvimento com colegas e professores, nos espaços para estudos, como biblioteca e laboratório de informática, onde eles circulam na rotina do curso que ainda estão fazendo. Um dos egressos AG de Juazeiro, em sua entrevista afirma que “para nós que já saímos da escola, é uma alegria retornar, é uma nova esperança de estudar novamente e ter uma possibilidade de um bom emprego.”

O aluno AG não conseguiu emprego, a princípio, segundo ele falou, foi porque as

empresas queriam gente com experiência e que ficasse muito tempo na empresa, mas por outro lado ele preferiu entrar no curso de Administração, na cidade do Crato, e já se encontra no segundo semestre deste curso.

- Jovens que continuam estudando.

Na tabela 6 apresentamos os participantes da pesquisa que ainda estão estudando no Ensino Médio ou em uma Faculdade e aqueles que deixaram de estudar.

Tabela 6 - Alunos que ainda estão estudando ou não.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	30	49,2%
Não	28	45,9%
NR/NS	3	4,9%
Total	61	100%

Percebemos com a pesquisa que o Projeto criou uma alternativa muito interessante para os jovens que não pensavam mais em estudar, muitos deles por falta de condições, outros por natureza distinta, outros por conta de um trabalho ainda que fosse informal e outros porque não tinham a chance real que o fizesse acreditar nas ofertas de programas de governo ou em parcerias que o próprio Projeto fez com algumas faculdades possibilitando o acesso de alguns alunos aos cursos superiores. Foi o caso do FIES, ProUne, e mesmo alguns convênios feitos entre a SEDUC-IFCE-UFC e outras faculdades como por exemplo com a FIC, que encontraram maneiras de oferecer bolsas e barateamento de mensalidades para os alunos do e-Jovem fazerem um curso superior.

Isso aparece na tabela acima, na proporção de quase 50% de alunos que estão estudando contra 45,9% que não conseguiram mais estudar. Na cidade de Eusébio região metropolitana de Fortaleza, 90% dos entrevistados estão fazendo um curso superior, um deles na Engenharia Elétrica, na Universidade de Fortaleza, outro Engenharia da Computação, na Faculdade Católica da cidade de Quixadá, e são cursos com alta concorrência e dificuldade de ingresso.

- Renda familiar dos participantes.

Na tabela 7, apresentamos a renda familiar do conjunto dos alunos do e-Jovem, para entender de que classe social eles participam e o que propõe o Projeto para melhorar essa

situação.

Tabela 7 – Renda familiar dos alunos participantes da pesquisa

-	Frequência	Porcentagem
Um salário Mínimo	37	60,7%
Três salários-mínimos	17	27,9%
Acima disso	6	9,8%
NR/NS	1	1,6%
Total	61	100%

As condições financeiras das famílias dos alunos participantes do e-Jovem é um modelo tradicional do povo sertanejo, muitos deles, como comprova a pesquisa, tem renda em torno de 60,7% vivem com o poder aquisitivo de um salário-mínimo. Nisso, o Projeto com suas características de atender aos jovens carentes das cidades, fez-se cumprir seu papel especialmente no interior, em alguns casos, até alunos da zona rural participaram da formação, com suas dificuldades particulares, mas concluíram o curso. Embora 27,9% ganham em torno de três salários-mínimos, isso não significa muita diferença, pois nos relatos das entrevistas teve famílias com mais de cinco membros vivendo dessa renda. Acima desse patamar temos apenas 9,8% dos que tem uma renda familiar um pouco melhor.

No geral, as famílias dos alunos que fazem o e-Jovem, tem uma representação dentro da classificação de classes sociais no Brasil, como classe C e classe D, segundo a pesquisa apresentada pelo Centro de Políticas Sociais da FGV (CPS/IBRE/FGV), (2008), uma família é considerada de classe média (classe C) quando tem renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. Assim são poucas as famílias do e-Jovem da Classe C com renda familiar de dois salários-mínimos, a maioria então é da Classe D com renda de um salário-mínimo.

Segundo a FGV (2016), a Classe C é composta hoje, por 91,8 milhões de brasileiros e por isso pela primeira vez na História, a classe média passa a ser maioria no Brasil. A pesquisa revela que as classes superiores foram substituídas pelas inferiores e redefiniram os padrões de comportamento da sociedade como um todo. RUDA RICCI (2016).

- Como o Projeto foi conhecido.

Na tabela 8 apresentamos os meios pelos quais os participantes conheceram o Projeto, entendendo que os estudantes também podem ter sido um meio de divulgação.

Tabela 8 – Como os alunos conheceram o Projeto e-Jovem.

-	Frequência	Porcentagem
Através da escola	29	47,5%
Imprensa	2	3,3%
Internet	2	3,3%
Amigos	28	45,9%
Total	61	100%

O Projeto e-Jovem tem um processo particular de seleção dos alunos com critérios definidos pela SEDUC, que lança um edital de credencialmente para as escolas se candidatarem para a próxima formação. A escola então, se submete ao edital com as condições exigidas, de estrutura física como laboratório de informática com acesso à internet, apoio pedagógico e responsabilidade sobre o processo de seleção dos alunos.

A partir do credenciamento, a escola inicia o processo de divulgação, primeiramente entre seus alunos do 3º ano e consequentemente os ex-alunos, definidos na pesquisa como egressos. Com isso, o percentual de 47,5% que conheceram o Projeto pela escola e 45,9% pelos amigos, faz-se entender, que a amizade contou muito para a participação dos egressos. Enquanto isso, o Projeto não investe na divulgação pela imprensa e pouco utiliza a internet diretamente para divulgar os processos de seleção, até porque são apenas 20 vagas para cada escola, a propaganda então vai fluindo entre alunos, familiares e amigos.

3.2 - Motivação dos estudantes com o Projeto e-Jovem

- Estudar no Projeto e-Jovem

Na tabela 9 mostramos com que perspectiva os estudantes foram estudar no Projeto, se para aprender informática, construir uma profissão, arrumar um emprego ou mesmo porque estavam parados, que interesse mesmo despertou maior atenção.

Tabela 9 – Motivos pelos quais os alunos foram estudar no Projeto e-Jovem

Motivos	Frequência	Porcentagem
Aprender informática	40	65,6%
Por uma profissão	17	27,9%
Estava parado	3	4,9%
Arrumar emprego	1	1,6%
Total	61	100%

Algumas cidades onde o Projeto se estabeleceu tem um Índice de Desenvolvimento Humano IDH muito baixo, e as escolas do Ensino Médio não têm o nível de ensino profissionalizante nem mesmo a formação tecnológica de nível superior, mantendo apenas em sua grade curricular as disciplinas do ensino propedêutico, assim, se existisse uma escola que atendesse pelo menos o mínimo das condições estabelecidas no edital, como estrutura física de laboratório e internet, o Projeto nela seria estabelecido. Por isso, o número de alunos inscritos para a seleção foi extraordinário, em algumas cidades, ultrapassando as perspectivas da SEDUC e de todos os parceiros.

A concorrência na seleção chegou a ser em torno de 40 candidatos para uma vaga, segundo a SEDUC, com o principal motivo de aprender informática, como mostra a tabela que chegou a ser revelado o percentual de 65,6%. Os alunos que pretendiam com esse estudo construir uma profissão atingiram 27,9% de intenções, agora para os que queriam um emprego registrou-se um patamar de 1,6% apenas, pouco interessante para o que se propõe o Projeto.

Um fato preocupante foi a presença de muitos jovens parados, desempregados e sem estudar, como falaram em suas entrevistas que colocavam no e-Jovem sua única esperança de retornar aos estudos e criar uma alternativa para trabalhar, “[...] poder sair da situação de risco e evitar o mundo das drogas e da marginalidade”, como falou o Francisco da cidade de Itapipoca que revelou ser muito assediado por colegas desse nível, hoje sendo muito diferente, afirmou.

- Conhecimento de informática.

Na tabela 10 revelamos as condições que os alunos se encontravam em termo de conhecimento de informática antes da participação no Projeto.

Tabela 10 – Alunos que já utilizavam a informática antes de ingressarem no Projeto e-Jovem.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	50	82%
Não	11	18%
Total	61	100%

Como já dito, no e-Jovem tem a equipe de Tutores que faz parte da estrutura pedagógica do Projeto, responsável pelos treinamentos de instrutores e pelas aulas coletivas das turmas como reforço escolar. Nesses encontros aparecem muitas revelações de alunos e uma delas refere-se ao estudo da informática, como visto na tabela acima, 82% desses jovens disseram conhecer, porém alguns alunos revelaram em suas entrevistas que esse conhecimento não teria a base que o Projeto exige para trabalhar os conteúdos desenvolvidos nas disciplinas de redes e programação como pré-requisito. Por isso, revela a aluna Brena da escola Juarez Távora da cidade de Fortaleza que “os alunos tiveram muitas dificuldades para acompanhar o conteúdo das disciplinas dessa natureza”. Isso foi revelado em algumas entrevistas que o conhecimento da maioria seria apenas para o acesso à internet, troca de mensagens, E_mail e utilizar algum editor de texto.

- Módulo I e o Módulo II do Projeto.

Na tabela 11 apresentamos os alunos que cursaram o Módulo I e o Módulo II e os que fizeram só o Módulo II, a partir de uma seleção.

Tabela 11 - Alunos que cursaram o Módulo I e o Módulo II

-	Frequência	Porcentagem
Sim	24	39,3%
Não	36	59%
NR/NS	1	1,6%
Total	61	100%

O Projeto e-Jovem é composto por dois módulos de aplicação de conteúdos, cada um com suas características particulares, expressas no capítulo anterior, assim para quem veio do Módulo I já estava acostumado com a apresentação e forma didática de estudar, para alunos que entraram direto no Módulo II, aprovados em uma seleção específica, para

comprovar seus conhecimentos em informática, tiveram algumas dificuldades básicas. O Módulo I a princípio era para nivelar os conhecimentos dos estudantes em Matemática, Português e Inglês, a disciplina de Informática e empregabilidade já envolviam os conceitos direcionados para o Módulo II com um plano de curso especificamente técnico, preparação para o trabalho. Então, alguns jovens que já possuíam esses conhecimentos submetiam a uma seleção para entrar direto no Módulo II. Como vimos, não era opcional a escolha do Módulo pelo candidato.

Assim, estes jovens, foram se adaptando às condições do curso, como já tinha um conhecimento básico de informática foram viabilizando a aprendizagem e seus processos, dependendo de cada caso, as condições de estudo iriam se ajustando ao cronograma do curso, na forma didática dos instrutores exporem as aulas usando o computador, no relacionamento entre colegas, pelo interesse e pelo esforço de cada um, houve sem dúvidas, algumas dificuldades de adaptação ao formato do curso e as especificidades do conteúdo técnico, mas tudo foi se ajustando na forma e no entendimento entre instrutores e estudantes. Segundo revelou um instrutor da cidade de Juazeiro, DC, “[...] os estudantes que já tinham uma base de conhecimento técnico, ajudavam muito a elevar o nível da turma e criar as condições para o estudo coletivo e socialização dos conhecimentos.” tradição do ensino presencial e a distância, mas que era novidade para os alunos.

- O programa de bolsa do governo para estagiários

Na tabela 12 identificamos os estudantes que participaram do programa de bolsa do Projeto e-Jovem, mantido pelo Governo do Estado.

Tabela 12: Alunos que participaram do programa de bolsa do Projeto como estagiários das empresas.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	38	62,3%
Não	21	34,4%
NR/NS	2	3,3%
Total	61	100%

O governo através da SEDUC criou o sistema de bolsa estagiário para possibilitar o ingresso dos estudantes do e-Jovem no mercado de trabalho, o aluno para ganhar a bolsa tinha que estar frequentando as aulas e ter a indicação de uma empresa para oferecer a vaga de

estágio. Assim existe o contrato dessa parceria e o estudante passa seis meses trabalhando recebendo a bolsa do Projeto no valor de R\$ 300,00 para um período de 4 horas por dia, a empresa, no entanto, não tem responsabilidade financeira com este/a jovem.

Observou-se que 62,3% dos participantes da pesquisa receberam bolsas, enquanto 34,4% não participaram do programa de bolsa, um dos estudantes colocou uma dificuldade para arranjar o estágio porque em sua cidade havia poucas empresas com sua produção de trabalhos na área de seu curso. Muitos estudantes fizeram estágio por conta própria, independente da bolsa e às vezes do Projeto, afirmaram que mantinham contato direto com o mercado e com as empresas.

- O Programa Menor Aprendiz do Governo Federal

Na tabela 13 mostramos os alunos que participaram ou não do Programa Menor Aprendiz do Ministério do Trabalho e Emprego que faz a mediação de vagas entre as empresas e os cursos para jovens como forma de seu estágio concomitante.

Tabela 13 – Participação dos alunos no Programa Menor Aprendiz

-	Frequência	Porcentagem
Sim	6	9,8%
Não	49	80,3%
NR/NS	6	9,8%
Total	61	100%

O e-Jovem sendo credenciado pelo Programa Menor Aprendiz do Ministério do Trabalho e Emprego, regido pela Lei da Aprendizagem, teve a oportunidade de colocar seus estudantes nesse sistema como aprendizes, porém o que se constatou na pesquisa é que 80,3% dos sujeitos pesquisados não participaram desse programa, isso significa, que alguma coisa aconteceu com a equipe de inserção que é a responsável pelas relações de estágio e emprego dos estudantes. Segundo um de seus membros, JC, nos revelou em entrevista, que na capital de fortaleza foi simples fazer o trabalho de inserção, porém no interior foi complicado devido a falta de condições para deslocamento da equipe e visitas as empresas, outro membro a KA relatou que,

O processo exigia um tipo de relacionamento com as empresas muito delicado, porque a informação não chegava do Ministério do Trabalho com a orientação devida, mas sim, o que acontecia era uma

fiscalização com punições para as empresas que não tivessem contratado jovem aprendiz.

Entendemos que isso deve ter gerado um problema de logística do processo e prejudicado as relações das partes interessadas, principalmente o estudante que perdeu muitas oportunidades de estágio e o Projeto não conseguiu certamente atingir sua meta de inserção através do Programa.

Esta seria uma oportunidade para poder melhorar a inserção de seus jovens no mundo do trabalho, porque a Lei da Aprendizagem tem sido uma das responsáveis pelo início das atividades profissionais de muitos jovens e o seu ingresso como menor aprendiz garante, muitas vezes, um trabalho efetivo.

Alguns entrevistados revelaram que a equipe gestora do Projeto não deu conta da demanda de vagas ofertadas, devido a burocracia da lei e do tempo exigido para conseguir o volume de inserção que o Projeto tinha disponível e muitas empresas ainda desconheciam o processo e a Lei.

- O estágio como motivação para os estudantes

Na tabela 14 mostramos os estudantes que conseguiram estágio utilizando a bolsa do governo, lembrando que alguns estudantes conseguiram estágio independente do curso ou do governo, diretamente com a empresa, enquanto outros não fizeram estágio.

Tabela 14 - Alunos que conseguiram estágio ou não pelo Projeto.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	12	19,7%
Não	46	75,4%
NR/NS	3	4,9%
Total	61	100%

Novamente discutimos com a equipe de inserção que é a responsável pelo estágio e pelo programa Menor Aprendiz. Ela apresentou muita dificuldade para inserir os estudantes no mercado de trabalho, como relata em entrevista um dos membros do Projeto, JC, “muitas empresas não conheciam o Projeto e algumas delas não sabiam que o governo garantia o pagamento de bolsas para os alunos.”

Assim, criava um impasse na efetivação do estágio desses estudantes, além disso,

houve muita demora na liberação do recurso, como afirma a aluna KL da Silva da cidade do Crato,

[...] por conta da burocracia do sistema financeiro do governo e da documentação exigida pelo processo, recebi minha bolsa sempre atrasada e no meu caso, desde que terminou, não recebi os últimos três meses.

O que parece é que houve muito desencontro, segundo a revelação dos entrevistados. Alunos recebiam a bolsa com mais de dois meses de atraso, e ainda com valores incompatíveis, isso criava um problema para a empresa e para o aluno que não tinha recurso para o seu deslocamento nem para as despesas pessoais, o que parece, é que não são casos isolados.

A pesquisa registra o índice de 75,4% de alunos que não fizeram estágio, isso é muito significativo em relação aos 2.400 alunos em formação no Módulo II neste ano de 2014. Especificamente os 19,7% dos alunos que conseguiram estágio de maneira oficial e na área de informática e suas tecnologias ou mesmo nos espaços de produção industrial, apontaram bons resultados com possibilidades de conseguirem efetivação. Como afirma a aluna CC da cidade de Juazeiro que

Eu era uma pessoa bastante tímida e no Projeto agente tinha aula de empreendedorismo e ajudou muito e o estágio também, que ali a gente tinha que está conversando com pessoas, e o estágio foi muito importante numa área da minha vida, eu me achei mais inserida no meio da sociedade, por eu está trabalhando.

Entretanto, o estudante da cidade de Itapipoca Felipe Lima Braga, passou por alguns momentos diferentes relacionados com a assistência da supervisão e equipe de inserção quando precisou da presença de algum de seus membros e não foi atendido como afirmou na entrevista,

Solicitei várias vezes à presença da equipe de inserção para me ajudar no processo de efetivação, falar com o departamento de recursos humanos da empresa pelo menos, mas ninguém apareceu, acabei perdendo o estágio e o emprego.

Muitas empresas declaram que precisam do estagiário, eles são elementos propícios a fazerem parte do quadro de efetivos, considera este período uma preparação de

ajuste com os critérios da empresa que exige um perfil de aluno alinhado com seu processo de produção, um trabalhador jovem, criativo, um legítimo parceiro do interesse capitalista da empresa. Neste contexto, ela admite e demite qualquer estudante e quando for medido, é efetivado, se for muito produtivo para empresa, é demitido porque acabou o estágio ou trocado por outro estudante.

O que parece claro com esses acontecimentos é que as equipes do Projeto ainda não estão bem integradas quanto à logística para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, parece que a preocupação com a formação é mais evidente, pois pelo que se percebeu na pesquisa é que está bem alinhada na construção dos conhecimentos técnicos que o programa exige. Entretanto, as empresas precisam saber da existência do Projeto, onde isso é essencial para a existência de um relacionamento e assim poder integrar as ações que atendam a oferta e a demanda das partes.

A construção de uma estratégia de parceria com o mercado é muito importante, mas isso deve estar embutido no planejamento do Projeto, dividir as responsabilidades sobre o estágio e transferir também para o setor empresarial a responsabilidade pela formação, nem que seja a parte prática como aplicação da teoria dada nos laboratórios, como por exemplo, em outros países, que parte do conteúdo do ensino profissionalizante é dado dentro da empresa, enquanto aqui, nem o estágio estão conseguindo fazer como devia.

3.3 - Parecer dos estudantes sobre o Projeto e-Jovem.

- Estrutura física do Projeto

Na tabela 15, apresentamos a opinião dos estudantes sobre a estrutura física do Projeto, em relação aos ambientes de laboratórios, computadores, rede internet, buscando entender se é boa, ruim ou razoável.

Tabela 15 - Opinião dos estudantes sobre a estrutura física do Projeto.

Opinião	Frequência	Porcentagem
Boa	23	37,7%
Ruim	9	14,8%
Razoável	29	47,5%
Total	61	100%

Os sujeitos participantes da pesquisa, analisando a estrutura física do projeto, tomando como base o andamento do curso, no que diz respeito, principalmente, ao

desenvolvimento da aprendizagem e os resultados apresentados nas avaliações, apresentaram suas críticas em relação às condições de uso dos computadores e a internet, que prejudicavam a realização de provas e a aprendizagem dos conteúdos, dos quais dependia o cumprimento do cronograma para o sucesso do curso, como, também, a situação física dos aparelhos de ar-condicionado, mesas e cadeiras.

Assim, 47,5% dos entrevistados acharam razoável. 37,7% consideraram a estrutura como boa, mas 14,8% classificaram como uma estrutura ruim, pois eles sabem que este curso depende muito da estrutura tecnológico, principalmente da internet, como relata o aluno AGP da cidade de Juazeiro do Norte

[...] os computadores vamos supor, em média de vinte computadores, cinco pegavam internet, dez ligavam e cinco não ligavam, isso prejudicava muito as provas, pois muitas vezes não conseguimos nem acabar a prova a internet caia, isso era problema e provocava a gente tirar nota baixa.

Assim sendo, os alunos foram firmes em suas respostas, pois a qualquer problema observado eram cobradas soluções imediatamente, porque trazia prejuízo para o ritmo das atividades, como afirma a estudante CC, “sem a estrutura básica de computadores e internet, o curso não devia existir.”

Mesmo com toda articulação dos estudantes, um dos seguimentos do curso que trazia muitos problemas com a plataforma para avaliações de provas e com o sistema de comunicação mesmo era a internet, segundo o instrutor DM da cidade de Fortaleza afirma que, “[...] minhas aulas no início do Projeto eram muito prejudicadas devido a falta de internet na escola.”

- Conteúdo do Projeto

Na tabela 16, apresentamos pareceres dos estudantes sobre os conteúdos do Projeto, pensando na integração com a realidade do mercado e na base de conhecimento dos alunos, a saber se é difícil, muito técnico, fora da realidade ou foi suficiente.

Tabela 16 – Opinião dos alunos quanto ao conteúdo que é dado no Projeto e-Jovem.

-	Frequência	Porcentagem
Difícil	12	19,7%
Muito Técnico	14	23%
Fora da Realidade	6	9,8%
Suficiente	29	47,5%
Total	61	100%

O conteúdo programático do Projeto foi elaborado a partir da realidade dos cursos do IFCE, por ser parceiro e com uma experiência de formação técnica e de mercado de 100 anos. Assim, segundo a SEDUC, os parâmetros que definiram a aplicação desses conteúdos foram o mercado e as tecnologias que afetam a produção das empresas. Porém, a escolha das disciplinas foi realizada a partir dos conhecimentos básicos dos alunos, da realidade de cada região com os setores produtivos, das condições de laboratórios e as competências dos instrutores, que eram submetidos a treinamentos sucessivos dos módulos seguintes.

Dizer que o conteúdo é difícil depois de formado, mostra coerência e uma sensibilidade comum a outros alunos que não conseguiram alcançar uma boa média nas avaliações. Dizer que é fora da realidade do aluno é sustentado pela região onde este habita, provavelmente sem a base técnica ou sem um modelo de formação que indique um projeto de vida de qualquer jovem.

Se o conteúdo é mesmo muito técnico, é porque é específico pela natureza da formação, no entanto, dizer que é suficiente ou satisfatório, é preciso também passar pela experiência do trabalho, pela atividade da produção e pelo tempo que caracteriza o saber prático, como alguns alunos comprovaram isso no estágio e no emprego, aqueles que já estão trabalhando.

- Sistema de avaliação online

Na tabela 17, apresentamos a opinião dos estudantes sobre o sistema de avaliação online, observado pelas dificuldades do processo de realização de provas e tarefas práticas na plataforma com o computador, consultados se o sistema é compreensível, difícil ou fora de realidade.

Tabela 17 – Opinião dos alunos sobre o sistema de avaliação online do projeto e-Jovem

-	Frequência	Porcentagem
Compreensível	53	86,9%
Difícil	6	9,8%
Fora de Realidade	1	1,6%
NR/NS	1	1,6%
Total	61	100%

O Projeto implantou um sistema de avaliação pela plataforma Moodle, um ambiente virtual de aprendizagem online, explicado no capítulo anterior, onde o aluno faz sua prova teórica ou prática, diretamente na plataforma usando a internet. A equipe de Tutores disponibiliza um banco de dados de questões e os instrutores a partir deste, elaboram suas provas e exercícios aplicativos para os alunos resolverem na plataforma. Esse processo acontece na dependência do computador, da rede de computadores e da internet, com vários tipos de problemas técnicos que prejudicam o processo de aplicação da prova e de sua correção.

Muitos alunos não conseguem concluir a prova porque o link da internet é interrompido, o acesso fica lento e o aluno não consegue publicar sua atividade prática. Segundo a supervisora KG, quando não há internet na escola o instrutor faz a ocorrência em uma planilha do Software Br Office Calc, depois passa para o Ambiente Moodle, onde todas as equipes têm acesso. Na falta de internet, KG afirma que

[...] o projeto não pode fazer avaliações, pois todas os processos são feitos utilizando a internet, como provas e atividades práticas, a prova é disponibilizada no ambiente e o aluno faz na presença do Instrutor e a atividade prática também é feita em sala e depois é postadas no ambiente pelo próprio aluno, ficando armazenadas em um Banco de Dados para qualquer verificação das partes do projeto.

São vários os motivos declarados pelos estudantes: é o computador que não tem memória suficiente, o aluno não consegue terminar sua prova, a internet cai ou a rede congestionada e não permite que o instrutor visualize a prova do aluno para correção. Como visto na pesquisa, este sistema, coloca o aluno exposto a duas avaliações: enfrentar o aparato tecnológico para fazer funcionar o computador e realizar sua prova e demonstrar que aprendeu no espaço de tempo da prova e na condição dos equipamentos.

A exemplo disso, o aluno AGP da cidade de Juazeiro relatou em entrevista que,

[...] lá era assim, por exemplo, tem dez alunos, se dez fizessem a prova na mesma hora, caia a rede e ninguém conseguia mais entrar, acabava o tempo e você perdia a prova. Uma vez eu tirei nota baixa por causa disso, a plataforma caiu, o sistema caiu, eu perdi a prova, tirei nota baixa, mas consegui recuperar em uma segunda chance.

Aqui cabe uma crítica ao método de avaliação em que esses/as alunos/as são submetidos. Nenhum dele é igual ao outro, como posso avaliá-los de maneira igual? Às vezes um aluno que demonstra grande habilidade para manusear a máquina, não consegue transcrever, direito, sua habilidade para o papel. E o outro que possui as habilidades da escrita, não demonstra grande capacidade para dominar os sistemas de programação. Como posso avaliar alunos tão diferentes com o mesmo tipo de avaliação?

- O computador como recurso didático.

Na tabela 18 apresentamos o sistema de aulas utilizando o computador e suas tecnologias, e cobramos uma visão do aluno sobre as características dessa aula ministrada por um instrutor, em busca de um resultado se é atraente, incentivador, difícil ou se deu para aprender.

Tabela 18 - Opinião dos alunos sobre o sistema de aula adotado pelo instrutor com os recursos do computador e suas tecnologias.

-	Frequência	Porcentagem
Atraente	12	19,7%
Incentivador	33	54,1%
Difícil	5	8,2%
Deu para aprender	11	18%
Total	61	100%

Percebeu-se com a pesquisa que o Projeto optou trabalhar com o sistema de aula utilizando o computador como principal material didático e apoio técnico, com uma metodologia à distância para o Módulo I e presencial para o Módulo II, além de um sistema de comunicação online que atende aos serviços acadêmicos de frequência, registro escolar e acompanhamento pedagógico. É um instrutor que desenvolve sua aula usando o computador e também o quadro branco optando por um atendimento personalizado ao aluno em seu computador, pois se trata de aplicações práticas que exige esse relacionamento dentro do

laboratório. Acredita-se, que isso foi o incentivo para a maioria achar o sistema incentivador e atraente, revelados nas entrevistas, porque é novidade, com simulações, figuras e animações atrativas.

Porém, deve-se ter um olhar crítico sobre aqueles que apesar do percentual ser baixo, acharam que dava para aprender com o computador e suas tecnologias, mesmo assim merecendo cuidado. Houve relato nas entrevistas citando instrutor que concentrava sua atenção apenas em poucos alunos privilegiados por ele, nessa situação, o tempo de exposição da aula era prejudicado e muitas dúvidas não eram resolvidas para o coletivo, como conceitos que chamam a atenção de todos.

Sabe-se, no entanto, que o computador conectado à internet, disponibiliza os recursos da cibercultura e muitas atividades são desenvolvidas com a pesquisa de informações necessárias a aplicação dos conteúdos programáticos do curso, seja dúvidas ou conceitos ou resolução de exercícios, o computador está sempre disponível a serviço da socialização dos conhecimentos e da aprendizagem dos estudantes.

- Conceitos técnicos e dificuldades de aprendizagem.

Tabela 19: Apresentamos resultados sobre as dificuldades dos alunos para aprenderem os conteúdos técnicos desenvolvidos em laboratórios, como programa do curso, onde eles responderam se muita, pouca ou razoável ou não tiveram dificuldades.

Tabela 19 – Dificuldades dos estudantes para aprender os conteúdos técnicos

	Frequência	Porcentagem
Muita	10	16,4%
Pouca	10	16,4%
Razoável	32	52,5%
Não Tive	8	13,1%
Nr/ns	1	1,6%
Total	61	100%

O Projeto possibilitou algumas alternativas de aprendizagem coletiva na internet, via Plataforma e E-mail com os próprios Instrutores e Tutores, usando o Ambiente Virtual, com um plantão de dúvidas, onde o aluno coloca suas dúvidas sobre os conteúdos, como também pelo processo de recuperação paralela que é contínuo. Isso minimizou muitas

dificuldades dos alunos, mas não garantiu a efetiva aprendizagem para aqueles que entraram no Projeto sem os pré-requisitos técnico e os conhecimentos básicos das Ciências. Por isso, foi constatado na pesquisa esse índice de 52,5% de participantes com dificuldades razoáveis, na verdade teve aluno que afirmou na entrevista que “tive muita dificuldade, mas me senti amparado pelas formas e alternativas de aprendizagem que o Projeto oferecia” (CC-Juazeiro).

Além disso, sabe-se do acompanhamento personalizado da equipe técnica e pedagógica do Projeto que não deixa o aluno sem solução. Acredita-se, porém, que os alunos que tiveram menos dificuldades foram aqueles que prestaram provas de seleção e já tinham uma base de conhecimento técnico, vindos de outros processos de formação tecnológica ofertados nas cidades.

3.4 - Formação para o mundo do trabalho

- Mudanças com a formação oferecida pelo Projeto

Na tabela 20 mostramos o quanto os estudantes se sentem capazes e em condições de trabalhar ou de montar seu próprio negócio.

Tabela 20 - Opinião dos alunos quanto a sua preparação para o mundo do trabalho, o emprego ou o próprio negócio.

Preparados	Frequência	Porcentagem
Sim	52	85,2%
Não	9	14,8%
Total	61	100%

O Projeto e-Jovem está sendo realizado nas escolas estaduais, onde muitas delas são escolas de ensino técnico profissionalizante, mas a tradição de outras escolas é o Ensino Médio, que não oferecem nenhuma perspectiva de profissionalização para os jovens. O Projeto porém, chegou com uma proposta que encantou os jovens, principalmente os do 3º ano que viram, nessa proposta, uma alternativa de permanecer na escola, estudando no seio de suas amizades, além disso, construindo uma profissão técnica.

Assim também aconteceu com os egressos do ensino Médio, que abraçaram a ideia de retornar a escola e assumir um outro processo de formação diferente e específico com objetivos mais particulares, tocando na necessidade que cada aluno sentiu ao sair formado, mas sem capacitação técnica que lhe garantisse um emprego ou ao menos, uma tentativa que

pudesse iniciar uma trajetória profissional.

O Projeto contribuiu encorajando os jovens mudar o sentimento de incapacidade e acreditar que podem conquistar um lugar no mundo do trabalho, como citaram na entrevista, ressaltando que se sentem preparados para o trabalho (85,2%).

Na verdade o entusiasmo tomou conta da juventude no Projeto e-Jovem e, a cada passo da formação, nascia uma esperança de um tempo melhor, seja pelo primeiro emprego ou mesmo pelo simples fato de estar estudando, como disse LFP da cidade de Eusébio, “tendo o que fazer, já era um sinal que alguma chance iria aparecer em minha vida.”

Por isso, todos eles têm interesse em se inserir no mercado, mesmo diante da precarização social do trabalho, como degradação da condição salarial da força de trabalho como mercadoria, da contratação flexível, da terceirização que age segundo Alves (2012), como mecanismo de rebaixamento salarial e dos benefícios trabalhistas. Esses/as jovens, consideram que ser admitidos, mesmo que seja numa pequena empresa, é o início de uma jornada, como disse CAS da Cidade de Barro-Iara, “só em estar numa empresa trabalhando já nos enche de vantagens e alegria, pra quem passava o dia todo em casa sem fazer nada, é muita coisa.”

- O trabalho formal para os estudantes.

Na tabela 21, apresentamos os participantes da pesquisa que estão trabalhando de maneira formal, isto é, trabalhando com carteira assinada.

Tabela 21 - Alunos que estão trabalhando com carteira assinada e os que não estão trabalhando formalmente.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	9	14,8%
Não	51	83,6%
NR/NS	1	1,6%
Total	61	100%

A juventude tem sido alvo de muito debate no meio empresarial, em alguns casos o destaque e o centro da reflexão é sobre o trabalho e emprego, emprego complexo de natureza formal, de carteira assinada. Como visto na tabela acima, 83,6% dos estudantes do Projeto e-Jovem não estão trabalhando de carteira assinada. Para medir o esforço de todo conjunto que faz girar o Projeto, 14,8% dos participantes estão, sim, trabalhando de maneira

formal. Essa diferença nos remete a entender apenas que existe mão de obra de sobra e que o mercado pode aproveitar a qualquer instante, a depender do trabalho de apresentação e do relacionamento que as equipes do Projeto vão manter com o sistema de cooperação entre os setores de empregabilidade de cada localidade, com cada estudante que possa preencher essas vagas e atender o mercado que, muitas vezes, desconhece essa força de trabalho bem formada em sua cidade.

Este jovem em formação, segundo a pesquisa, oferece muita coisa diferente para a empresa, não tem vícios trabalhistas e são muitas as características individuais, a começar, por uma formação técnica de tradição nacional que garante a certificação a nível técnico profissionalizante através dos Institutos Federais, além da força de vontade de começar a trabalhar.

Algo muito interessante que vale ressaltar, segundo a pesquisa, é que dos 14,8% que estão empregados, 67,2% afirmaram que o seu emprego não dependeu do Projeto e-Jovem e 11,8% disseram que o Projeto ajudou muito na forma do estágio e na forma de acompanhamento para efetivação e assinatura da carteira.

O processo produtivo que hoje se organiza em termos das novas tecnologias espera e conta com essa juventude formada, para quem as melhores oportunidades estão disponíveis, porém, a empresa tem que ser influenciada pelos processos de formação e pelas competências e habilidades dos jovens. Sendo assim, é avaliado o objetivo do Projeto, sua organização e a aprendizagem dos alunos. A cada ação, portanto, que nasce a partir de um termo técnico dentro da sala de aula, deve se relacionar com uma atividade de produção na empresa, um ato ativo e concentrado nas mudanças que as tecnologias vêm provocando no mundo do trabalho, que é preciso mudar também, o jeito de aprender e construir conhecimentos.

O jovem aprende muito na empresa, e essas são muito influenciadas por eles, muitas delas estão entregues ao poder da juventude estudiosa, comprometida com o sistema produtivo, muitos são gerentes de setores tradicionais, assumindo vagas mais exigentes do mercado e constituindo suas empresas com outros conceitos que a experiência tecnológica lhes garante o sucesso.

Um exemplo disso aconteceu com três jovens na cidade de Itapipoca, iniciarem um processo de uma micro empresa de desenvolvimento de software, com uma produção simples, mas durante um ano de experiência, estes jovens já fazem projetos para empresas de outros estados. Este é um grande modelo que se tem no Brasil de incubadoras nascidas em muitas universidades e Institutos Federais, como no IFCE de Fortaleza e outras cidades do

interior.

Outras empresas têm outras realidades, como afirma Castell (2007), que estão com as condições restritas para participação na rede de integração da produção e venda no mercado tecnológico, sem a mão de obra qualificada exigente devido à falta de profissionais não formados, esses jovens sim, prometem ser o caminho para integração e reestruturações das mudanças que estas empresas precisam passar.

Sabemos, no entanto, que não temos tantos motivos para comemorar, pela pesquisa, vimos muitos jovens trabalhando fora da área, muitos com desvio de função, sem carteira assinada, mesmo no estágio, presenciamos alunos trabalhando forte em setores de manutenção de máquinas e equipamentos pesados, em supermercados, farmácia e padarias fazendo pão. Isso é frequente no capitalismo atual e as mulheres ainda estão sofrendo mais na discussão geral, pois encontramos relatos de jovens meninas com 15, 16 anos que nas empresas não podem participar de algumas funções, que são exclusivas para os meninos. Na cidade do Crato segundo a aluna KL, houve um instrutor que tentou montar uma pequena empresa de manutenção com duas alunas e um aluno. Iniciaram os trabalhos, mas havia empresas que pedia apenas a presença do aluno, porém, segundo o instrutor, as meninas tinham até mais preparo que ele. Não conseguiram formalizar a empresa por este motivo e por outros que não foi relatado na entrevista.

Por tantos desafios, esses jovens deverão enfrentar um mercado com uma visão capitalista de extrema agressividade. Para os que tentam uma vaga, olhando para as bem-aventuranças da vida, achando que seu caráter, sua bondade, sua sabedoria são potenciais para garantir um emprego ou pelo menos isso, vão sofrer ainda mais, porque o que interessa ao capital são outros valores, a entrega total ao trabalho exaustivo, compartilhar gratuitamente ideias novas de produção, doar-se mesmo de corpo e mente por um simples salário que, na maioria das vezes, é por um trabalho escravo.

- Nível de empregabilidade dos(as) estudantes.

Na tabela 22, apresentamos a questão da perspectiva de emprego quando os/as estudantes ingressaram no Projeto, para refletir a relação de empregabilidade antes e depois da formação.

Tabela 22 - Situação dos/as estudantes sobre o emprego, antes de ingresarem no Projeto.

Empregados/as	Frequência	Porcentagem
Sim	6	9,8%
Não	54	88,5%
NR/NS	1	1,6%
Total	61	100%

Como já foi mencionado antes, o público do e-Jovem por constituir-se de alunos do 3º ano do Ensino Médio era de se esperar que a maioria não tivesse tido seu primeiro emprego, porém há os egressos daquele nível de ensino que, com toda dificuldade, podiam estar trabalhando mesmo em caráter informal.

Assim, eles representam este índice de 9,8% de empregabilidade antes mesmo de ingressarem no Projeto, porém, dispostos a melhorar, pela formação, sua posição na empresa, ou mudar de ramo, ou mesmo de emprego. Para os 88,5% que não estavam empregados, reconhecido para os alunos do 3º ano também, o Projeto propõem a formação e assume o compromisso pelo estágio e pela empregabilidade, conforme já mencionado em capítulos anteriores.

Mesmo em situações adversas que sejam de precarização do trabalho, o aluno teria de ser encaminhado ao primeiro emprego, e assim, a equipe de inserção era quem deveria fazer essa relação com o mercado de trabalho das cidades do interior e da capital.

- Mobilidade no trabalho

Na tabela 23, apresentamos a movimentação que aqueles(as) que estavam trabalhando tinham vivenciado no seu emprego, no período de formação para constatar se a participação no curso influenciaria para sua promoção, por exemplo. Consultados sobre se haviam mudado de emprego ou de função na empresa em que trabalhavam, durante o curso.

Tabela 23 – Movimentação dos alunos/as que mudaram de emprego durante o curso ou não.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	7	11,5%
Não	47	77%
NR/NS	7	11,5%
Total	61	100%

Na verdade, poucos alunos trabalharam durante o curso, a situação evidente era de estagiários que tinham incentivos da bolsa do governo e de empresas, através do programa Menor Aprendiz. Apenas os egressos que representavam o grupo dos que já estavam empregados e muitos deles se movimentavam vendo as propostas e ofertas de vagas para mudar de emprego ou mudar de função na própria empresa, aproveitando os argumentos dos novos conhecimentos adquiridos e usando a força da certificação oferecida pelo Projeto, alguns mais interessados, foram buscando alternativas para preencher as novas vagas que surgiam com os novos processos de produção.

- Melhorias das condições técnicas com o Projeto.

Na tabela 24, mostramos a realidade do saber cosntruído pelos alunos durante o curso e quais os frutos que esta nova condição deram aos participantes depois de formados. Por isso, consultados se eles melhoraram ou não as condições técnicas e financeiras depois do Projeto.

Tabela 24 - Opinião dos alunos quanto a melhoria ou não das condições técnicas e financeiras dos alunos depois do Projeto.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	34	55,7%
Não	23	37,7%
NR/NS	4	6,6%
Total	61	100%

55,7% dos participantes afirmaram que melhoraram as suas condições depois do e-Jovem, mas outro grupo não conseguiu encontrar oportunidades que proporcionassem a eles um novo estado de vida e melhor. Para 37,7% dos participantes não houve melhoria mesmo com essa condição de formação, é muito significativo essa quantidade de estudante, depois de um ano de estudo, afirmar que não melhoraram suas condições de competência, habilidade, proatividade e algo mais que possa criar alternativas de buscar um emprego ou de montar um próprio negócio ou, mesmo tentar um curso superior em uma das universidades e continuar seus estudos.

Os alunos quando chegam ao e-Jovem, especificamente ao Módulo II, por virem de uma rotina de aulas teóricas pelo planejamento do Ensino Médio com as características de disciplina do tipo comum, que não são pré-requisito essenciais para o curso, sentem muita dificuldades. Por isso, é exigido um processo especial para trabalhar com as disciplinas

técnicas usando novas estratégias de ensino, uma mudança lógica de comportamento do aluno que vai estudar com um método novo de construção de conhecimentos com o coletivo da turma, aprendendo a socializar os valores e transformar as condições estáticas de aprendizagem vista antes, em estado dinâmico de saberes digitais.

Assim, inspirados na concepção de aprender com as novas tecnologias e melhorar, pelo menos, suas condições técnicas e argumentos como relataram na tabela 24, na qual vimos que 55,7% dos(as) estudantes afirmaram ter melhorado suas condições técnicas depois dos ensinamentos recebidos por conta do Projeto, podemos afirmar, que isso é muito significativo, pois comprova estar proporcionando uma formação mais aprofundada, como afirma o aluno PG que já trabalha em sua própria empresa de estofado.

O projeto em si, já favorece isso para os alunos, dá uma condição melhor para o aprendizado, entender de trabalhos com plataformas, designer, fotografias, me ajudou muito o projeto. E é muito bom a forma dos professores trazerem esse ensino até nós.

Entretanto, a equipe de supervisão do Projeto deve considerar que 37,7% de jovens afirmaram que não conseguiram melhorar suas condições, pelo menos técnicas, depois do projeto. Esta constatação, é um dado importante, pois demonstra que há necessidade de mudanças nas práticas pedagógicas ou mesmo no Projeto Pedagógico do curso, deve-se considerar mais significativo ainda suas respostas, porque são jovens que passaram pelo curso e não assimilaram os conhecimentos necessários.

Talvez isso ocorra por outros motivos alheios à forma de educação proposta pelo Projeto, ou seja, o desenvolvimento das competências exigidas pelo modo de produção capitalista tal como se desenvolve a partir da base microeletrônica que segundo Kuenzer (2013),

Só pode ocorrer com uma sólida Educação Básica inicial, complementada por processos educativos que integrem, em todo o percurso formativo, conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento sóciohistórico, uma formação, que trabalhe ciência, tecnologia e cultura (KUENZER 2013, p. 14).

Para o projeto e-Jovem não é diferente, é preciso, pois, construir uma proposta que contemple a articulação entre conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento das formas de gestão e organização do trabalho, contemplando também os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio históricos e das linguagens, como afirma Kuenzer

(2013), “com esta compreensão das relações entre ciência, tecnologia e cultura, não se justificam propostas de organização e gestão da educação profissional em separado da educação escolar em todos os seus níveis.”

- Área de atuação dos estudantes.

Na tabela 25, mostramos a área de atuação dos/as estudantes no mercado de trabalho, para identificarmos a relação com sua formação, quando perguntados em que área você está trabalhando.

Tabela 25 - Área em que os alunos estão trabalhando

-	Frequência	Porcentagem
Informática	26	42,6%
Outra área	8	13,1%
NR/NS	27	44,3%
Total	61	100%

O Projeto tem seu objetivo de inserir os jovens no mundo do trabalho na área da informática e suas tecnologias, a equipe de inserção trabalha nesse sentido, por isso realiza as tarefas de formação e empregabilidade mantendo contato com as empresas de TI primeiramente, depois as que tem potencial e interesse de melhorar o processo de sua produção e venda utilizando as tecnologias, isso, são postos certos de trabalho ou estágio para os alunos, outras empresas, são campos que poderão se tornar espaço para os jovens atuarem levando seus conhecimentos tecnológicos para as que estiverem disponíveis a fazer parte da rede de integração com as novas tecnologias de produção e serviços.

Observamos na pesquisa que muitos alunos trabalham na informalidade e outros como autônomos entretanto, os que estão utilizando as novas tecnologias, podem acender a esperança, de ser um caminho aberto para o trabalho formal, usando essas experiências adquiridas.

Na tabela acima, 42,6% dos participantes que estão trabalhando afirmaram que estão na área de sua formação, salientando que muitos desses afirmaram em suas entrevistas que não é um trabalho formal, ainda, mas que pode surgir oportunidade para tanto.

- Conhecimentos das tecnologias oferecidas.

Na tabela 26, mostramos a opinião dos estudantes sobre o nível de conhecimentos das

tecnologias ensinadas durante o curso do Projeto e se estes conhecimentos melhoraram suas condições para o trabalho formal.

Tabela 26: Opinião dos alunos se os conhecimentos das tecnologias melhoraram ou não as condições para o trabalho.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	34	55,7%
Não	12	19,7%
NR/NS	15	24,6%
Total	61	100%

Observando a grade curricular do Projeto, que teve como base a estrutura pedagógica dos cursos de Desenvolvimento de Software e Informática Aplicada do IFCE, conforme SEDUC, este conteúdo teve como pressuposto, a demanda das empresas, por isso, as disciplinas foram classificadas de acordo com os novos modelos de produção, considerando um fator de atualização contínuo segundo entrevista da coordenadora da SEDUC, Rocha (2015), conteúdos mediados pelas inovações tecnológicas e modernidade do mercado. Isso de qualquer maneira, qualifica o aluno na sua condição de melhorar de vida a partir do e-Jovem e, assim sendo, reformular seus conceitos, dando um novo sentido na forma de pensar e entender as mudanças que são favoráveis ao crescimento e que vêm em benefício de suas relações com o trabalho.

Nesse contexto, 55,7% dos participantes afirmaram que as tecnologias utilizadas, melhoraram suas condições para o trabalho, mas a forma modular e dinâmica que as disciplinas se relacionam com o mercado, para aqueles/as que não estão trabalhando ainda, pode traduzir a resposta que os 24,6% dos participantes não souberam dizer se as tecnologias estudadas melhoraram suas condições, além disso, existem 19,7% de participantes que afirmaram que as tecnologias em nada melhoraram suas condições para o trabalho.

Esse grupo é muito representativo e, por isso, deve ser uma preocupação imediata para a equipe de supervisão pedagógica do Projeto, que trabalha especificamente numa linha de construção de conhecimentos usando as tecnologias, que não está sendo reconhecido por este grupo de alunos, mas é uma parte muito importante da formação, pois sem o entendimento das tecnologias, aluno nenhum vai conseguir crescer sem os conhecimentos que o Projeto está propondo, nem atingir o objetivo maior do Projeto que é a formação em informática e suas tecnologias.

As equipes do Projeto entre, coordenação, supervisão e inserção, devem observar o avanço do desenvolvimento das forças produtivas, para compreender, que por isso, mais a ciência se simplifica, segundo Kuenzer (2013, p. 6), “fazendo-se prática e criando tecnologia; ao mesmo tempo, a tecnologia se complexifica, fazendo-se científica; ambas fazem uma nova cultura, criando novas formas de comportamento, ideologias e normas.” Sendo assim, o trabalho e a ciência voltam a formar uma unidade pela mediação da tecnologia, não deixando de ser consequência do desenvolvimento de uma produção capitalista, onde o Projeto prepara seus jovens para conviver historicamente nesse meio entre formação, trabalho e sociedade.

- Aplicação dos conceitos técnicos.

Na tabela 27, apresentamos uma reflexão dos participantes sobre os conceitos técnicos adquiridos no curso e se estes são relacionados com as funções que desenvolvem em seu trabalho.

Tabela 27 - Opinião dos alunos sobre o uso dos conceitos técnicos adquiridos no curso e aplicados no Trabalho.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	31	50,8%
Não	19	31,1%
NR/NS	11	18%
Total	61	100%

Conforme a literatura aqui apresentada a tendência das novas tecnologias que se encontram em atividades é atingir todas as áreas. A informática hoje, se apresenta como o recurso capaz de resolver os problemas do dia a dia do trabalhador, do estudante, da empresa e da própria escola, porque ela é sustentada pelos grandes centros desenvolvedores de tecnologias ligados aos governos e as empresas privadas, se apresenta com todas as soluções possíveis para atender as dificuldades e iniciativas dos homens. Seja no projeto, na linha de produção, na medicina e saúde, nas finanças e até no relacionamento pessoal, pois com as redes sociais ela já atinge as questões físicas, psicológicas, sociais e culturais dos seres humanos.

Nesse mundo, acreditamos mesmo que para onde a gente se move, tem um botão pra ser acionado, oferecendo uma resposta, ou criar um momento reflexivo sobre nossas ações, isso, só depende de um computador conectado.

Sendo assim, em qualquer situação, estamos utilizando os conceitos adquiridos nos nossos estudos, aqueles que aprendemos na formalidade da escola, mas também os que aprendemos com o relacionamento com a própria máquina e nos espaços cibernéticos, que já faz parte de nossa vida. Com os alunos do e-Jovem acontece desta forma, mais de 50% estão utilizando os conceitos técnicos adquiridos na formação, no trabalho, em casa, no estágio e na escola, apresentando melhoria de seu rendimento, envolvidos com todos os equipamentos que lhe são disponíveis como computadores, celulares e outros mais, conforme afirmaram na entrevista, tudo isso, fica registrado e disponível para essa juventude utilizar onde bem achar que deve ser útil, além de provocar, a formação de uma sociedade avançada com seus sonhos e ideias programados conforme o aparelho em uso.

- Melhorias que o Projeto e-Jovem possibilitou aos estudantes

Na tabela 28, tratamos as melhorias ocorridas no relacionamento dos estudantes quanto a postura, dedicação, empenho, responsabilidade, entusiasmo, proatividade e relacionamento pessoal, no trabalho, no estágio, na escola e na família, como estratégia de crescimento pessoal e social.

Tabela 28 – Opinião dos alunos quanto as melhorias que o Projeto possibilitou em seu trabalho.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	47	77%
Não	6	9,8%
NR/NS	8	13,1%
Total	61	100%

Conforme está previsto na Proposta Pedagógica do Projeto elaborada pelos docentes, são promovidos vários encontros de natureza educativa e cultural, dentro do calendário letivo, distribuídos nas regiões onde acontecem Semanas de Tecnologia, Fóruns de Discussão e Debate, Workshops, Feiras de Tecnologias além de eventos oficiais do Estado e particulares, como Congressos e Seminários técnicos. Além destes, acontecem os Encontros Pedagógicos do Projeto e o denominado “aulão” com características de reforço e plantões de dúvidas.

Dentro da programação extraclasse, acontece também, palestras exclusivas sobre

temas do curso e experiências de mercado realizadas, são pessoas representantes das empresas e profissionais de setores do trabalho. Isso acontece de maneira que envolve a sociedade escolar, professores, representantes dos municípios, imprensa, pais de alunos, organizações não governamentais. Estes eventos são preparados pelos próprios alunos, que definem os temas de minicursos, palestras, seminários, mesas redondas e o título desses encontros. Esses são momentos de muita integração dos estudantes com o meio profissional, atividades que liberam o estudante de sua rotina para se apresentar no mundo acadêmico e se projetar como integrante do mundo do trabalho que pretende participar.

Com essas ações, que são símbolos do conjunto de estratégias de desenvolvimento do Projeto, 77% dos participantes afirmaram que conseguiram melhorar suas condições para um relacionamento trabalhista e aumentar as perspectivas para conquistar seu espaço no campo profissional, como afirma o aluno PG. “Melhorou, não só na vida pessoal, mas em termos de tecnologia, de acesso a informação da internet, eu aprendi muito com alguns projetos lá do curso, foi muito bom para mim.”

Entretanto, o número de participantes que acham que não conseguiram melhorar seu relacionamento e os que nada responderam ainda é alto, e, pode significar muito na avaliação futura do Projeto, isso deve ser tratado com preocupação a partir de tanto esforço demonstrado pelas equipes de supervisão e inserção do Projeto.

- O desemprego e os estudantes do e-Jovem

Na tabela 29, tratamos da questão do emprego do aluno do e-Jovem, considerando a proposta de segurança que o Projeto trabalha com os estudantes para sua colocação, quando busca saber se ele está desempregado e como ele pensa e constrói essa relação no dia a dia na sua formação.

Tabela 29 – Situação dos alunos quanto a condição de empregado ou não.

desempregado	Frequência	Porcentagem
Sim	39	63,9%
Não	19	31,1%
NR/NS	3	4,9%
Total	61	100%

Para os participantes do Projeto a chegada do e-Jovem em sua cidade causou grandes expectativas e nas entrevistas com eles observou-se a alegria e o entusiasmo no rosto, mesmo dos desempregados. Carregam uma confiança nessa formação, garantindo o melhor

índice de evasão do projeto, em torno de zero, principalmente nas cidades do interior, segundo relatório da SEDUC.

A esperança neste caso ficou por conta do relacionamento da equipe de inserção com o mercado, que possibilita o estágio e possivelmente o emprego, que na maioria acontece quando termina o processo de formação, por isso a frequência de desempregado aparece com índice de 63,9%, porém, temos reconhecidos como positivo os 31,1% dos jovens que já estão empregados, mesmo diante da possibilidade de não ser emprego formal.

- Ocorrência de discriminação de gênero, raça ou etnia

Na tabela 30, mostramos a questão de discriminação que os estudantes do e-Jovem sofreram durante o desenvolvimento do curso e na tentativa de encontrar estágio e emprego.

Tabela 30 - Processo de discriminação que ocorre por algum motivo na atividade de estudo ou na busca pelo emprego.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	4	6,6%
Não	55	90,2%
NR/NS	2	3,3%
Total	61	100%

A maioria dos/as respondentes disse não ter sido discriminados/as 90,2%, porém, 6,6% afirmaram ter sido vítima de discriminação, em algum momento na sua atividade de estudo, no estágio ou na busca pelo emprego, ou seja, a discriminação existe. Por serem mulheres ? Ou por serem negras(os) ? Segundo a entrevista aparecem poucas situações de discriminação, mas realmente existe, segundo a aluna da cidade do Crato Karen Luana da Silva, afirma que foi discriminada no trabalho, conforme aparece no questionário transcrevemos em sua escrita subjetiva que, “[...] algumas funções na empresa eram masculinas eu me sentia em condições de fazê-la, mas não permitiam.”

Como o número de participantes feminino na pesquisa apareceu praticamente igual ao número de homens, isso mostra o interesse das mulheres em participar dos programas de formação disponíveis pelo governo, ainda mais quando é gratuito, como o e-Jovem, isso, no entanto, não garante a participação feminina com direitos iguais nas empresas, haja visto, o que colocou a aluna BSO, “Por não haver muitas mulheres no ramo de TI, (Tecnologia da

Informação), é mais complicado conseguir emprego nessa área.”

Partindo destas informações, esperava-se que os relatos de injustiça de qualquer natureza, fossem ofuscados pelo tratamento igualitário dado aos alunos. Afinal, um Projeto criado pautado em uma gestão educativa deve ter como princípio o modelo de uma escola justa e democrática. Além disso, por ter o objetivo de realizar a inclusão digital e inserção profissional, indiscriminada dos alunos com acesso ao Projeto, a expectativa em relação ao e-Jovem era que, já dentro de seus laboratórios, promovesse-se a redução das injustiças sociais.

Um fato que pode influenciar no alcance de uma escola justa, segundo Schilling (2013, p.25) é a possibilidade das coisas serem decididas coletivamente pela comunidade escolar. Há de se ter uma união de forças entre professores, alunos e gestores, a fim de garantir a todos os direitos fundamentais.

A professora Flavia Schilling, em sua pesquisa, destaca as injustiças ligadas à discriminação racial, de orientação sexual, aspectos físicos, idade, naturalidade, origem regional e local de moradia, ocorridas na escola. No Projeto e-Jovem houve um grande número de casos relacionados à orientação sexual dos alunos. Tivemos um caso na cidade do Crato em que a sala foi dividida entre homossexuais e heterossexuais. A separação das turmas em duas novas salas se deu a pedido dos próprios alunos que alegaram não conseguir aprender a matéria com aquela situação. A tolerância perdeu, mas deu lugar ao ensino que era urgente. Se pudesse dispor de pessoal habilitado para lidar com tal situação, como psicólogos e pedagogos, talvez não tivesse sido necessário separar as turmas, e a boa convivência e tolerância teriam vencido, nesse caso. Relacionar-se com o diferente é sempre um grande desafio, mas a linha de frente do Projeto não tem especialista para trabalhar na perspectiva dos direitos humanos e para a igualdade de gênero visando superação da discriminação e do preconceito e não dividir a classe.

- Participação dos alunos em projetos sociais

Na tabela 31, mostramos o quadro dos alunos participantes de projetos sociais, suas relações e envolvimento com outras instituições e movimentos sociais nas cidades onde moram.

Tabela 31 - Opinião dos alunos que participam ou não de algum projeto social com crianças, jovens, idosos em sua cidade.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	17	27,9%
Não	44	72,1%
Total	61	100%

O Projeto e-Jovem mantém uma parceria com a *ONG Geração Muda Mundo* para realização de projetos sociais junto às escolas dos quais os alunos participam. Isso acontece de forma que os próprios alunos idealizam e executam seus projetos nas comunidades sociais, e, a partir desses projetos, segundo a SEDUC, espera-se que os jovens se envolvam com os movimentos sociais da cidade e se tornem pessoas ativas no sentido de desenvolver ações de solidariedade, aprendendo a viver com o coletivo de ideias e de partilha, socializando o conhecimento. Essas realidades aparecem de maneira significativa nos processos de contratação das empresas, sendo observado de acordo com o perfil do trabalhador que a empresa precisa.

Dentro desse contexto, muitas empresas são parceiras de algum projeto social, observando no(a) jovem, seu sentimento de solidariedade com os outros e com os princípios do trabalho e da produção, mesmo sabendo do caráter exploratório e da precariedade do emprego, participar de um projeto social conta muito para a formação e, também, para sua contratação, principalmente quando se trata do primeiro emprego (ALVES, 2012).

No entanto, a realidade no Projeto e-Jovem mostra grandes diferenças, segundo o que constatamos pelas respostas, que se encontram na tabela 31, a maioria dos alunos não participa de projetos sociais, 72,1% dos respondentes afirmaram isso, inclusive dentre os respondentes há alunos que fizeram parte dos projetos da *Ong ASHOKA*, com larga vivência nos movimentos sociais, mas pararam aí. Esse indicador vai contra o que as empresas esperam encontrar na seleção de seus pretendentes, conforme constatamos, elas optam por jovens que já tenham passado por uma experiência ou uma atividade social. Como constatamos, conforme relataram nas entrevistas, 27,9% dos(as) estudantes afirmaram que já haviam participados de projetos sociais, já sentiram os efeitos desta participação, e que sempre foram abordados sobre o tema nas seleções em que participaram, concorrendo a uma vaga de emprego.

São visíveis as mudanças de alunos/as que são envolvidos com os movimentos sociais, eles têm uma característica de unidade coletiva, estudam e trabalham em grupo,

compartilham ideias, trocam experiências, se juntam para fazer o bem, socializam os conhecimentos que eles mesmos construíram. Esses jovens são visivelmente diferentes de outros que não convivem nos grupos de jovens religiosos, como membro de uma associação de bairro, como voluntário de abrigos de idosos e casas de menores. Tais ações, são sempre um estímulo à socialização de bens culturais, à construção de projetos coletivos e aos valores humanos que hoje é difícil preservar. Conhecemos muitos alunos do e-Jovem com essas características.

3.5 - O uso das tecnologias pelos estudantes do Projeto e-Jovem

- Utilização do computador.

Na tabela 32, apresentamos os participantes da pesquisa que utilizam o computador no seu dia a dia em qualquer repartição.

Tabela 32 – Uso do computador pelos alunos.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	53	86,9%
Não	8	13,1%
Total	61	100%

Hoje quase todas as escolas estaduais do Ceará possuem laboratórios de informática, porém mesmo com o poder aquisitivo baixo da população pesquisada, com renda familiar de um salário-mínimo ou até dois, como constatamos na maioria dos(as) estudantes, parece ter sido possível adquirir um computador para uso pessoal, estes alunos utilizam muito os computadores da escola, nos períodos de atividades pedagógicas do curso e em horários restritos aos alunos do e-Jovem, como mostramos na tabela acima 86,9% utilizam o computador diariamente.

- Local de acesso ao computador.

Na tabela 33, mostramos a movimentação dos estudantes para ter acesso ao computador, o local onde oferece maior possibilidade para desenvolvimento das atividades do curso e para manter o relacionamento com as equipes do Projeto, sendo para estudar, trocar mensagens ou bater papo na rede de amizades.

Tabela 33 – Local de uso do computador pelos alunos do Projeto

Local	Frequência	Porcentagem
Em casa	49	80,3
Na escola	2	3,3
Na lan house	4	6,6
No Trabalho	5	8,2
NR/NS	1	1,6
Total	61	100

Todos os alunos que frequentam o Projeto utilizam o computador em sala de aula, no laboratório exclusivo para as aulas. Constatamos que, mesmo a família vivendo em situação precária, 80,3% dos(as) estudantes afirmaram que utilizam o computador em suas residências. Isto mostra que as famílias priorizaram aquisição desta tecnologia, além de maior preocupação com os estudos dos filhos, conforme foi relatado por uma aluna em sua entrevista, “[...] acho que meu pai vendeu o que tinha para ajudar a gente ter um computador, mas não temos internet ainda, só na escola.” Outros alunos, relataram na pesquisa, que não têm computador em casa, isso dificulta a realização de tarefas da apostila em casa e coloca este aluno numa situação desfavorável para estudar e aprender no horário extraclasse.

- Utilização das redes sociais.

Na tabela 34, mostramos o perfil de acesso às redes sociais dos estudantes do Projeto e-Jovem, a depender do tempo e espaço disponível que eles, sem poder porém, caracterizar a qualidade desse acesso.

Tabela 34 – Uso das redes sociais pelos alunos do Projeto

-	Frequência	Porcentagem
Sim	55	90,2%
Não	6	9,8%
Total	61	100%

Esses estudantes com um computador disponível em casa e outro na escola, com o acesso livre a todos os ambientes virtuais de aprendizagem para visita a qualquer momento, é uma sala de aula de estudo permanente, onde se aprende e socializa esses conhecimentos na rede. A partir disso surge o relacionamento nas redes sociais, com amigos,

professores e parentes, isto é evidentemente construtivo, o perigo é que isso tome o tempo estabelecido para estudar as coisas do Projeto e sejam momentos, apenas, de divertimento e ilusão, aquilo que deveria se tornar um ambiente de construção de novos conhecimentos e socialização na rede poderá ser prejudicial ao relacionamento dessa juventude.

Tudo isso tem um valor que pode ser adicionado aos saberes culturais, porém, tem gente que exagera e deixa de aproveitar os estudos com esse convívio virtual. Nas redes sociais, podemos reconstruir muitos conceitos que a escola deixou de ensinar, como também, criarmos outros debates com temas que esta mesma escola ainda não pode expor. Tanto é que, 90,2% utilizam as redes sociais no seu dia a dia, conforme tabela 34, mas que não se consegue perceber a qualidade desse uso.

- Formas de comunicação dos alunos.

Na tabela 35, mostramos o movimento dos estudantes do e-Jovem quanto o acesso ao E_mail, para promover a comunicação com as equipes do Projeto e outras pessoas, preservando o que tem de interessante nesse processo.

Tabela 35 – Utilização do E_mail pelos alunos como forma de comunicação entre amigos.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	47	77%
Não	14	23%
Total	61	100%

O Projeto e-Jovem utiliza os recursos da internet para atender à gestão e à administração didático-pedagógica do curso, todos os alunos têm acesso ao processo de comunicação via E_mail, podendo pedir ajuda no plantão de dúvidas, fazer revisão de provas, trocar ideias com seu instrutor e supervisor, ou com colegas de turma. Assim, é possível, também, colocar-se na rede e revelar seus problemas para todo o grupo, onde todos os alunos e alunas têm que fazer seu cadastro na plataforma Moodle, no ato da matrícula, inclusive, para acessarem as atividades de formação. Conforme constatamos na tabela acima, 77% dos(as) estudantes utilizam seu E_mail para se comunicar com as pessoas, enquanto 23% não o utilizam ainda.

- Utilização do sistema de compra na internet.

Na tabela 36 discutimos o potencial dos estudantes em uma das atividades que a internet disponibiliza para seus usuários, que depende de um conhecimento técnico sobre a segurança na rede e proteção dos dados pessoais dos participantes.

Tabela 36 – Opinião dos alunos sobre o sistema de compra pela internet

-	Frequência	Porcentagem
Sim	24	39,3%
Não	37	60,7%
Total	61	100%

O conceito de segurança na rede de internet vem sendo trabalhado durante o curso dentro da disciplina de redes de computadores, com o objetivo de preparar os/as alunos/as para uma situação prática de compra, garantindo a transmissão de dados numa operação pessoal. Esse conhecimento é exigido para uma operação com um cartão de crédito, uma transação bancária na rede, (internet-bank), uma compra a um fornecedor online, ou uma transação simples de conferência de saldo. Assim, é preciso conhecer bem a tecnologia envolvida, para poder escolher e decidir que características técnicas especiais de segurança podem existir numa transação e que site está utilizando e conhecer se é confiável a disponibilização de dados particulares.

Entretanto, é visível o relacionamento desses alunos com as coisas da rede como no caso de realizar compra pela internet nos portais de oferta de bens e serviços. Por isso, 39,3% dos alunos que fazem compras na internet, devem conhecer bem o sistema, pois já é considerado um índice alto. É necessário portanto muito cuidado, ainda, para se efetivar uma compra nos sites das empresas, exibir dados pessoais, números de documentos e cartões de crédito, não é fácil, ainda é perigoso. Por isso, 60,7% afirmaram que não utilizam ainda esse sistema de compra na rede.

- Recursos adquiridos com o Projeto

Na tabela 37, demonstramos que bens materiais os participantes adquiriram com recursos provenientes do projeto.

Tabela 37 – Opinião dos alunos sobre os recursos adquiridos com o Projeto, como estágio, emprego e um próprio negócio.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	32	52,5%
Não	29	47,5%
Total	61	100%

A maioria dos alunos do e-Jovem apenas estudam, sem trabalhar como vimos na pesquisa. O único apoio financeiro que eles recebem é a bolsa paga pelo governo ou pela empresa que os mantém em período de estágio remunerado. A bolsa é disponibilizada para apoiar o transporte, merenda e pequenas despesas do aluno no curso e na empresa.

Embora seja pequeno o apoio financeiro que contribui para que os alunos possam estudar, para algumas famílias, este era essencial, inclusive para ajudar nas suas necessidades básicas. O percentual dos alunos que conseguiram adquirir algum bem material com os que não conseguiram, depende muito de cada particularidade, pois temos relato de alunos que afirmam que a bolsa garante a sua sobrevivência com sua família.

3.6 - Mudanças ocorridas na vida dos jovens com o Projeto.

- O Projeto e-Jovem e as mudanças na vida dos estudantes

Na tabela 38, procuramos compreender o que o Projeto e-Jovem representou para os alunos, depois dessa experiência de formação, do período de estágio, do acesso a uma universidade, e dos momentos vividos nesse pouco tempo em aprendizagem e tentativas de enfrentamento da política de emprego para definir sua vida profissional.

Tabela 38 – O Projeto como um marco na vida dos alunos

-	Frequência	Porcentagem
Sim	48	78,7%
Não	10	16,4%
NR/NS	3	4,9%
Total	61	100%

Como pudemos constatar, pelos dados das famílias já mencionados anteriormente, muitos dos estudantes participantes do Projeto são de origem sócio-econômica muito baixa.

Tinham poucas perspectivas de alguma mudança em seu estado de vida nas cidades do interior, no entanto, com a chegada do Projeto suas esperanças se renovaram e isso provocou muitas expectativas por uma formação profissional, conforme constatamos na entrevista do aluno PG de Juazeiro. “[...] O Projeto, ele dá acesso a muitas pessoas que não tem nenhuma condição financeira de cursar com recursos próprios um curso desse nível, e o Projeto propicia isso aos jovens.”

Diante de uma oportunidade real de aprendizagem e colocação no mercado de trabalho, o Projeto foi mostrando aos jovens sua forma simples de ensinar com as tecnologias, construindo conhecimento com as ferramentas do computador e trabalhar de modo coletivo, socializando as ideias, resolvendo as dificuldades em grupo, tirando as dúvidas e simulando soluções práticas na rede. Com o aprendizado proporcionado pelo Projeto, primeiro deve-se adquirir a formação técnica, depois uma oportunidade de emprego, que pode representar o acesso a uma carreira profissional, como afirmaram 78,7% dos participantes que o Projeto foi muito importante para todos.

Entretanto a entrevista gravada com a aluna CC da cidade de Juazeiro revela dados interessantes, inclusive apontando ideias e proposta para a coordenação que, segundo ela, “[...] não era presente, acho que a gente viu a coordenadora uma vez, ela demorava trazer os materiais didáticos.” sobre o material didático, ela afirma que “[...] eram muito bom, mas chegava muito atrasado, muita vezes a gente começava uma nova apostila, mas nós não tinha o material ainda, então o professor ia passando a matéria sem apostila.” Perguntado se isso prejudicava a sua aprendizagem, ela respondeu “[...] eu sentia muita dificuldade de aprendizagem.” A aluna em seu relato faz uma crítica ao relacionamento das equipes com os alunos e sobre o que deveria melhorar no e-Jovem, ela se manifesta dizendo “[...] tive muitos problemas por causa da escola e outra coisa é que todos os alunos deveriam passar pelos dois Módulos, eu tive minhas dificuldades porque não fiz o módulo I, como meus colegas”.

Do total de participantes da pesquisa, 16,4% não acreditavam que o Projeto ofereceria alguma oportunidade para que considerassem como algo que tivesse marcado suas vidas como a definição de uma carreira trabalhista. Como já apontamos nas questões anteriores, alguns alunos não conseguiram estágio, nem participaram do Programa Menor Aprendiz.

- O que mudou depois do e-Jovem

Na tabela 39, buscamos compreender se as mudanças propostas pelo Projeto ou esperadas pelos alunos aconteceram em meio às atividades de formação e também após o

curso.

Tabela 39 - Opinião dos alunos quanto a mudança de vida após ter cursado o Projeto e-Jovem.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	52	85,2%
Não	5	8,2%
NR/NS	4	6,6%
Total	61	100%

As mudanças que ocorreram na vida de alunos do Projeto relatadas em algumas entrevistas colocam em evidência as relações desses jovens com a escola, o mercado e a vida particular em família. Alguns deles informaram que seu rendimento escolar em outras disciplinas melhorou muito, outros disseram que sua relação com a família teve outro sentido e outros afirmaram acreditar mais na possibilidade de conseguirem disputar vagas nas Universidades e nos Institutos Federais para continuar estudando. Aqueles que entraram no e-Jovem focados no trabalho ou pensando em montar seu próprio negócio, declararam que as coisas mudaram, aprenderam como se preparar para uma entrevista, elaborar um currículo, um deles afirma que já se sentia mais preparado para disputar uma vaga na empresa, mas está esperando a oportunidade ainda, aprender a se comportar como um jovem com a experiência devida para o cargo que pretende, tudo bem segundo a aluna CC que pretendeu primeiro entrar numa universidade conforme afirma:

O Projeto contribuiu muito para minha vida, porque a minha maior perspectiva era entrar para a universidade, no instante que eu fui, eu consegui e quando eu estava dentro da universidade o Projeto me ajudou muito no melhor desenvolvimento de minhas atividades.

Entrevistando o aluno FA ele afirma que não está empregado na área porque não é muito chegado nessa área, e continua,

eu entrei no e-Jovem só para aprender o básico mesmo de informática, antes, falando de informática eu não sabia nem ligar um computador, eu não sabia de nada mesmo de tecnologia, no e-Jovem eu aprendi bastante.

Este aluno envolvido com outras perspectivas de emprego diferentes, do que a do e-Jovem tentou lhe oferecer, se colocou na lista daqueles que viu no Projeto uma oportunidade para aprender informática apenas, e com isso, se preparar para realizar os sonhos independentes do Projeto, interessante, porém, é que quando perguntado se algo mudou depois do e-Jovem, ele, simplesmente, diz: “Não muito”.

Numa visão diferente para quem entrou numa universidade como no caso do aluno AGP, ele entendeu que com o e-Jovem melhorou muito seus conhecimentos, pois na faculdade tinha muitas disciplinas que ele viu no e-Jovem e isso lhe ajudou bastante, segundo ele,

[...] você sabendo a maior parte do assunto você se sente seguro, já não se sente preocupado com aquela matéria, e também quando eu terminei o curso fui para uma entrevista de emprego e praticamente tudo que o professor ensinou lá como postura, como se portar com a pessoa que tá fazendo a entrevista, eu vi no e-Jovem.

Muitas falas classificaram o e-Jovem como uma grande alternativa de mudanças, podemos até entender o valor dessa oportunidade oferecida em outra fala da aluna CASL, da cidade de Barro, que afirma que muitas coisas mudaram pra ela,

[...] foram dias e meses difíceis, mas no final do curso, foram benefícios para minha vida, pois só cresci através desse Projeto, pois só tinha noções básicas antes do curso e logo depois do curso absorvi conteúdos e conceitos novos.

A aluna BSO da escola Juarez Távora de Fortaleza, afirma que a grande mudança em sua vida depois do e-Jovem foi caracterizada pelo conhecimento, observando que, “No sentido de ser uma qualificação a mais, conseqüentemente mais conhecimento, mais experiência em nossa vida.”

A aluna DMC de Juazeiro, não teve timidez em falar que “as únicas mudanças que tive foi o fato, de me envolver mais com as pessoas, me fez perder a timidez.” Por isso a aluna que está cursando a Faculdade de Letras na URCA Universidade Regional do Cariri, sentiu-se a vontade para fazer sua sugestão de mudanças no Projeto, afirmando que,

O Projeto não devia ser apenas um Projeto de entrosamento, nenhum dos meus colegas que participaram do Projeto junto comigo, não tiveram nem a proposta de emprego. As nossas noites lá, eram só pra conversar.

O aluno HS da escola Juarez Távora de Fortaleza capital, se coloca de maneira crítica, usando a liberdade de expressão que lhe foi garantido pelo pesquisador, responde a pergunta se houve mudanças após ter terminado o e-Jovem ele responde num tom de protesto que, “sim, aprendi que $2+2$ são 5 , e $3 + 2$ são 6.”

Acreditamos que este aluno guardou alguma mágoa das equipes do Projeto, inserção e supervisão, pois logo declarou que ele fez o estágio, mas não conseguiu receber a bolsa devido a uma dificuldade de operacionalização da documentação dele e da empresa, entretanto, as equipes do Projeto não observaram bem a gravidade deste caso.

No caso do aluno Luiz Roberto Giglidi Junior, da escola CEJA de Fortaleza, é um modelo de aluno que o Projeto objetiva apresentar, está trabalhando de carteira assinada na área de informática na Secretaria de Cultura do Estado, ganhando em média dois salários mínimos, antes disso, fez estágio neste posto e foi efetivado nele, por isso afirma que houve grandes mudanças em sua vida, “[...] além do conhecimento a vida profissional mudou muito, mas ainda digo que o processo de estágio demora muito a sair, apostilas melhor elaboradas e o sistema de provas online melhor elaborado.”

A aluna ASA, da escola CEJA José Neudson Braga de Fortaleza, muito entusiasmada, e fazendo a alegria dos supervisores do Projeto afirma que, “consegui um emprego, consegui comprar algumas coisas pra mim, minha postura melhorou e o comportamento também.”

- Realização com o emprego

Na tabela 40, a movimentação da equipe de inserção com seus membros que circulam entre os estudantes e as empresas em busca de abertura de vagas e efetivação de estágio e emprego, mostra a relação de satisfação dos participantes com a sua formação e a perspectiva da realização com um emprego.

Tabela 40 – Realização dos alunos com o emprego

-	Frequência	Porcentagem
Sim	15	24,6%
Não	9	14,8%
Não tenho emprego	36	59%
NR/NS	1	1,6%
Total	61	100%

Como exposto em outras reflexões os participantes aqui confirmaram que 59% não conseguiram emprego ainda, mas 24,6% dos que tem emprego se sentem realizados, enquanto que 14,8% disseram que não são realizados em seu emprego e que por isso em algumas entrevistas afirmaram que pretendem mudar de emprego, aperfeiçoar os conhecimentos com a formação do Projeto e com os novos conceitos, fortalecer uma atividade técnica mais específica que garanta um emprego com alguma estabilidade.

Segundo a SEDUC, o e-Jovem criou uma alternativa interessante de formação de empresas chamadas de “empresa e-Jovem”, inicialmente era apenas um processo de formação, não havia registro dela, mas era um tipo de sociedade entre um grupo de quatro ou cinco alunos que se organizavam em torno da bolsa e por intermédio da equipe de inserção, faziam parceria com as Prefeituras locais, para prestar serviços de manutenção e internet às secretarias e diversos órgãos municipais. Com a supervisão do e-Jovem e do setor de manutenção e suporte das Prefeituras. Isso foi uma boa idéia como declara o aluno AGP,

[...] quando o computador dava problema, meu irmão que estuda um pouco sobre isso, ele ajeitava ou se ele não soubesse tinha que pedir para outra pessoa ajeitar. Mas agora depois que eu estudei no curso e terminei o curso, eu não preciso estar pagando pra ninguém, eu mesmo faço.

Esse aluno tinha um potencial, a princípio ele sabia a teoria, porque a prática foi muito prejudicada, como afirmaram outros alunos, mas ele precisava de uma oportunidade, de estágio ou de uma parceria, de um incentivo para criar sua empresa, como aconteceu em outras cidades, como Itapipoca, Eusébio e Aquiraz, alunos começaram com uma parceria com a Prefeitura e depois se afirmaram montando uma micro-empresa. Outros alunos, porém, foram contratados como terceirizados por empresas que prestam serviços à Prefeitura e, assim, correndo o risco de participar da precarização do trabalho, ou do trabalho flexível que a

qualquer momento eram demitidos e readmitidos, como trabalhadores temporários, iniciando dessa forma, sua história profissional, representando o centro da flexibilização do trabalho, como afirma Alves (2013).

Ainda nos referindo ao aluno LRGJ, da escola CEJA de Fortaleza, considerando seu caminho de formação técnica e preparação para o trabalho, demonstra um aluno realizado dentro de suas relações trabalhistas, segue uma carreira que foi proposta pela formação, teve início com o estágio e depois a efetivação do emprego, como ele mesmo disse,

“[...] estou seguindo uma carreira profissional, obediente a um sistema de trabalho que mesmo ganhando pouco, estou empregado, até porque não vejo outra alternativa que me ofereça coisa melhor aqui no Ceará.”

Esse é o entendimento de muitos jovens participantes da pesquisa, principalmente aquele do interior, porque, para quem não tinha uma esperança de um emprego, simples que fosse, surgiu esse Projeto com indicações de formação, promessa de emprego estabelecendo novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais, que segundo Kuenzer (2012), “passam a demandar o domínio integrado dos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos,” que a sociedade do e-Jovem não imagina como isso pode influenciar sua geração.

- O salário como elemento de satisfação.

Na tabela 41, identificamos entre os participantes que trabalham, mesmo desconsiderando a posição, área de atuação e classificação do emprego, quem está satisfeito com a sua realidade de vida proporcionada pelo salário que ganha.

Tabela 41 – Opinião dos alunos sobre se o salário é compensador

-	Frequência	Porcentagem
Sim	13	21,3%
Não	25	41%
Não Trabalho	2	3,3%
NR/NS	21	34,4%
Total	61	100%

Para os jovens que trabalham 41% afirmam que o salário não é compensador, mesmo porque muitos deles trabalham na informalidade ou em áreas diferentes da formação do curso, mas avaliar esta relação com os 21,3% que afirmam que o salário é compensador, mesmo diante das questões de contratação como terceirizados, ou por tempo determinado, característica do mercado precarizado, alguns jovens, relataram que o que é importante para eles é estar trabalhando.

3.7 - Sugestões para o Projeto e-Jovem

- O Projeto e-Jovem como uma Política Pública de formação de jovens

Na tabela 42, mostramos que o Projeto e-Jovem apesar de ter nascido com os princípios fundamentais de uma política pública, é preciso que ele tenha ações que represente isso e deixe claro para os jovens participantes, qual é o futuro institucional dele.

Tabela 42 – Opinião dos alunos se o Projeto poderia ser transformado em uma política pública.

-	Frequência	Porcentagem
Sim	58	95,1%
Não	2	3,3%
NR/NS	1	1,6%
Total	61	100%

O Projeto e-Jovem é uma política pública na visão do governo, na sua realidade, ele caminha para ser reconhecido como uma política que os jovens do Ceará, principalmente os recém formados, egressos do Ensino Médio, precisam de algo assim como um projeto de educação profissional, para complementar sua formação, que seja nas linhas e diretrizes do e-Jovem, já seria muito aproveitado pelos sistemas produtivos das regiões que precisam de gente com novas experiências em sua produção e em sua administração tecnológica.

A discussão assim, colocada com os participantes, inclui uma relação de generalização, porque sua ampliação a cada ano se deu para atender aos municípios que acreditaram no potencial desse Projeto, porém, como ele estar sendo desenvolvido, com poucos recursos, um período grande para renovação de convênios, uma logística muito burocrática e outras questões colocadas pelos estudantes, como no caso do aluno EMS, que afirma,

O Projeto e-Jovem deveria se transformar numa política pública efetiva, porque tem o desenho institucional de uma política de formação para jovens, mas é preciso observar alguns pontos essenciais como laboratório com estrutura compatível e professores ou instrutores propensos.

Já o aluno LSP da cidade de Eusébio, acha que o Projeto, “poderia ser um projeto totalmente efetivo no local realizado, assim dando oportunidade para outros jovens que querem conhecer a área e entrar no mercado de trabalho.”

Praticamente todos os entrevistados concordam que o projeto e-Jovem poderia ser transformado numa política pública efetiva para dar oportunidade de formação a todos os jovens, como os 95,1% que afirmaram isso, esperam que as autoridades pensem nisso como um bem maior para os todos os jovens cearenses, onde apenas 3,3% não concordam e 1,6% não quiseram opinar. Entretanto, muitos jovens reconhecem que o Projeto precisa ser mais independente, ter autonomia de gerenciar seus próprios recursos, como diz a aluna MEGS, da cidade de Barro: “O projeto é ótimo, mas necessita de procurar um local para sua realização, com uma estrutura física bem mais completa, com os materiais que precisar para sua realização.”

- Em que aspecto o Projeto e-Jovem pode ser melhor

Na tabela 43 a partir da experiência dos estudantes com o Projeto, no contexto da formação, no convívio do estágio e pela experiência do trabalho, apresentamos a opinião ou visão dos participantes sobre o Projeto e suas sugestões sobre as mudanças que devem ocorrer para melhoria do processo de aprendizagem e garantir a inserção.

Tabela 43 – Aponta a opinião dos alunos sobre o desenvolvimento do Projeto e-Jovem e sugestão de mudanças.

-	Frequência	Porcentagem
Estrutura Física	24	39,3%
Tempo/estágio	8	13,1%
Material/didático	11	18,0%
Prof/conteúdo	11	18,0%
Outros	7	11,5%
Total	61	100,0%

O Projeto possui um número expressivo de colaboradores, a partir de seus parceiros como executores e as CREDs, Coordenadorias Regionais de Educação, na pessoa da direção e supervisão de escolas, professores, técnicos educacionais, pais de alunos e os próprios alunos que são oriundos dessas escolas. Nesse meio, onde acontece o Projeto, todas as atividades do curso são debatidas e tudo que viabiliza ou inviabiliza a realização das aulas, aberturas de vagas de estágio ou emprego, envolve todo esse pessoal das escolas e da SEDUC.

Estas são questões importantes, como demonstrado nessa análise, pois essas ações estão na linha da gestão democrática e participativa, que sendo desenvolvidas pelo Projeto é um grande passo para se ter uma aprendizagem coletiva de natureza transformadora que pode alcançar o objetivo de qualificar bem os estudantes para o mundo do trabalho.

Por isso o Projeto fica exposto às críticas e às sugestões de toda comunidade, que se sente à vontade para apontar erros e sugestões que podem melhorar o aprendizado do aluno, mesmo sabendo que para acontecerem essas mudanças, há necessidade de provocar o Governo do Estado, que é o maior responsável pela dotação orçamentária do Projeto.

Nesse sentido, podemos ver que 39,3% dos respondentes fizeram sugestões de melhoras e mudança na estrutura física dos laboratórios e, também, no que diz respeito ao estado dos computadores e condições de acesso à internet. Dos entrevistados 13,1% fizeram sugestões para melhoria no tempo de formação do curso, 18% identificaram problemas com o material didático e 18% acharam que os professores/instrutores deveriam ser mais bem preparados, com habilidades de ensinar e trabalhar com os conteúdos e 11,5%, identificaram outros tipos de problemas. Como o JMAB da cidade de Juazeiro, que muito encantado com o Projeto afirma que “[...] se deve realizar mais projetos como este para que os jovens tenham o direito de se formar e conseguir um bom emprego para ajudar a sua família.”

Foi interessante perceber o que a aluna da cidade de Crato, KLS, que morava na chapada do Araripe e vinha de moto todos os dias para a cidade estudar, colocou que

[...] ao encaminhar os jovens ao mercado de trabalho devem analisar como eles estão sendo tratados na empresa, pois quando os deixam sem apoio, as empresas costumam colocar, geralmente em outra área e em outra função.

Esta aluna coloca assim com muita propriedade, porque nos encontros de alunos e nos debates via rede entre alunos de outros núcleos, muitos entre eles declararam que estavam

estagiando em outra área e não na parte de informática, como o caso de uma aluna da cidade de Jaguaribe, numa empresa trabalhando no empacotamento e outro aluno na montagem de móveis.

Desse mesmo modo acontece com a aluna EVS da cidade de Granjeiro, que trabalha na Prefeitura em outra área, mas a revelação dela deve chamar a atenção dos supervisores do Projeto, pois ela afirma que, “quando o curso vier para uma devida escola, o laboratório de informática esteja em boas condições e qualidade de uso.”, citando os problemas das máquinas, da internet, dos aparelhos de ar condicionado e os prejuízos causados ao curso.

Esta questão estava resolvida quando a SEDUC lançou o edital, como um dos primeiros critérios de avaliação para que a escola receba o Projeto, é ter o laboratório em condições técnicas de computador e internet funcionando em perfeito estado, caso contrário não é para a escola receber o e-Jovem, mas em toda negociação tem os representantes políticos das cidades, que fazem articulação com o governo e consegue, de qualquer maneira, levar o e-Jovem para sua cidade.

O Projeto aparece nas localidades recebendo algumas críticas, mas levando também alguma esperança para os jovens que guardam um reconhecimento pela formação técnica, uma nova inspiração profissional, que pode indicar ou garantir uma perspectiva para o emprego, isso é uma revelação de um jovem que aprendeu e quer conquistar pelo trabalho, uma qualidade de vida melhor. Foi assim na esperança de uma conquista maior que a aluna CASL da cidade de Barro, nos inspirou a acreditar no Projeto, se colocando em defesa do coletivo para dizer que “[...] Não só a gente que finalizou este curso tenha esta oportunidade, pois acredito que muitos queriam estar em nosso lugar, por isso que fica a pergunta: por que não ampliar para os jovens do Brasil todo?”

Muitas sugestões aparecem em todas as formações coletivas e reuniões do grupo gestor, um dos problemas apontados como o principal, é que o poder de decisão sobre o recurso financeiro fica no gabinete do governador ou na Secretaria de Educação. Assim, todos os resultados das discussões dos grupos são encaminhados para o governo, mas este, com o poder de decidir sobre os recursos, não agiliza as transferências para os parceiros, pouco provoca as ampliações, os editais de seleção ficam aguardando espaços para publicações, as coisas importantes do Projeto ficam prejudicadas em seu tempo de ações e decisões, por isso entre outras sugestões a aluna CC da cidade de Juazeiro apresenta a dela,

[...] eu acho que devia melhorar a aula do professor e os equipamentos

para as aulas práticas. Outra coisa que eu acho é que o Projeto dentro da instituição escolar não é bom, podia ser em um centro só para o e-Jovem, teve muitos problemas por causa da escola e outra coisa é que todos os alunos deveriam passar pelos dois Módulos, eu tive minhas dificuldades porque não fiz o módulo I, que nem meus colegas.

Outro aluno, o FA sugeriu também que o Projeto não fosse feito na escola,

[...] nossa escola não oferece apoio, não tinha aulas práticas porque a escola não liberava computadores para a prática e o colégio não oferece estrutura mesmo, além disso, colocar professores mais preparados.

Apresentamos a seguir, as nossas considerações finais sobre os resultados da pesquisa, expressos na forma descritiva e analítica e para melhor ilustrar, representamos as principais situações graficamente, onde foram observadas a realidade da formação e a expressão verdadeira dos objetivos propostos pelo Projeto e os que foram alcançados pelos/as jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o e-Jovem, questionamos: como foi criada a escola, nos moldes da escola que temos hoje? Para quem a escola existe? Não será possível responder convenientemente neste estudo esta questão, contudo, vale a pena lembrar, ainda que brevemente, que a escola que conhecemos foi pensada para educar e moldar a classe trabalhadora de acordo com as necessidades do modo de produção, o capitalismo, conforme se lê em Buffa, Arroyo, Nosella (1988).

No Brasil, na era Vargas, quando há a criação de cursos profissionalizantes, a própria legislação trazia a afirmação de que aqueles cursos eram destinados à população pobre, ou seja, à mão de obra que era requerida naquele momento. Temos agora, a experiência do e-Jovem, que estamos estudando, visando verificar se este está contribuindo para uma formação nos moldes do afirmado por Paulo Freire (1996, p. 54) quando dizia que “minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere, é a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito da história”. Com estas considerações que nos levam a fazer uma análise crítica sobre os objetivos e impactos no processo de profissionalização dos(as) jovens que estudam no e-Jovem, iniciamos as reflexões que aqui empreenderemos abordando as considerações sobre o Projeto, a partir da pesquisa realizada com os alunos formados no ano de 2014.

Considerando que os(as) alunos(as) da escola pública estão vivendo com ela, mas não bebendo de todos os saberes que ela dispõe, principalmente aqueles que estão terminando o Ensino Médio e já convivendo com algumas perguntas que os perturbam muito: o que fazer agora? Só lhes resta ficar fora da escola e não ter nada o que fazer? Historicamente, como diz Machado, Rita (2009), os demitidos do mundo do trabalho, na verdade nunca foram empregados, mas sonharam que esta escola lhes preparassem para este fim. Pelo que temos observado, parece que a escola não sabe o que fazer com esse(a) jovem. O sistema oferece um ensino que não atende às necessidades daqueles(as) jovens, estabelecendo os limites de tempo e espaço, que corresponde ao Ensino Médio, e depois? Ninguém sabe o que pode acontecer, isso é problema dele(a) e de sua família, ambos são culpabilizados, quando na verdade são vítimas do contexto político e do capitalismo na sua fase atual. A escola, por sua vez, poderá lembrar-se de seu ex-aluno pelo noticiário da cidade, quando envolvido pelo crime organizado, por falta de políticas públicas, de oportunidades e pela enorme desigualdade social que constatamos no país. Para estes(as) jovens, a escola não existiu.

Os jovens que terminam o Ensino Médio não passaram ainda pela experiência do desemprego, mas já estão vivendo a lógica dos demitidos, “desempregados”, dos sem salários, dos excluídos, são os pré-precarizados, ou como podemos chamar segundo Giovanni Alves (2013), inspirado em seu filme os “precários inflexíveis”.

Passar três anos, no caso do Ensino Médio, sem a escola possibilitar a aquisição de conhecimentos necessários a real formação para a cidadania, bem como os conhecimentos técnicos, que leve à visão crítica das relações do mundo do trabalho, que envolva e conserve os conceitos do trabalho, emprego e geração de renda e os significados da vida profissional e da cidadania, essa escola não está cumprindo com seu dever, de garantir o *direito à educação*.

Neste sentido, a idéia de um programa que tenha como objetivo esta formação necessária é providencial para abrir novas possibilidades e perspectivas para os(as) jovens que tiveram seus direitos básicos negados desde a mais terna idade, conforme constatamos ao analisar o nível socio-econômico dos(as) ingressantes no e-Jovem. É esta escola que este(a) jovem quer, com um programa de educação profissional que possibilite sua inserção no mundo do trabalho e com um ambiente de aprendizagem renovado e estruturado para beneficiar as atividades técnico-pedagógicas.

As desigualdades existem em todos os campos da vida social, dentro da escola não é diferente. Pode-se inclusive dizer que a escola cria suas próprias desigualdades. Nela há o aluno mais pobre, o de culturas exóticas, o de religiões não muito conhecidas, o negro, o branco, o homossexual e mais uma infindável diversidade de tipos que são econômico, cultural e politicamente distintos.

Nesta mesma linha de pensamento, pode-se dizer que o ambiente de trabalho e de estudo se destaca no combate às injustiças. Ao dar ao aluno marginalizado acesso às máquinas de tecnologia de ponta que ele não poderia manusear se dependesse da condição financeira de sua família, desobstrui-se uma injustiça gerada pela má distribuição de renda. Assim como o jovem de classe média que conta com um “laboratório particular em sua casa”, o jovem de escola pública, que ingressou no e-Jovem, pode ter acesso a essas máquinas e tecnologias que não pode ter em casa. Entende-se, dessa forma, eliminar as diferenças.

Percebeu-se com a pesquisa, que dentro da sala de aula, esse movimento de gerar justiça foi sendo refletido na vida cotidiana dos alunos. Quando um laboratório não estava com o aparelho de ar condicionado ligado, ou quando o computador demonstrava problemas técnicos para acessar a internet, ou para realizar as provas *online*, os alunos reivindicavam seus direitos. Era possível constatar que o sentimento de justiça estava se sobrepondo à vitimização. Os alunos tomaram a consciência de que o projeto, para eles, não era uma esmola

do Estado, mas um direito seu. Sentem-se parte do projeto e participam do crescimento de qualidade ao reclamarem seus direitos de acesso livre.

Outras injustiças foram percebidas por meio da iniciativa de formação do e-Jovem: que os alunos oriundos da escola pública são em sua maioria desempregados e vivem sob a custódia dos pais. Essa é a realidade do Ceará, pois um jovem do terceiro ano do ensino médio e também o egresso deste nível de ensino, em idade de trabalho, como está precisando de emprego, tem que retornar à escola em período integral para capacitação técnica ou participar por mais um ano e meio de um Projeto de qualificação profissional, tipo este. É um absurdo termos um jovem que aos 18 anos nunca trabalhou e não obteve formação técnica ou acadêmica satisfatória. O Estado perde, a indústria perde, todos perdem com esse desperdício de mão de obra.

Dentro do contexto da educação profissional, o estado do Ceará foi pioneiro, encontrou recursos e tentou transformou suas Escolas de Ensino Médio em Escolas de Ensino Profissionalizante, um sistema novo integrado e integral, reformando escolas antigas e construindo escolas novas, com isso 95% do quadro estadual de Ensino Médio, estão trabalhando com educação técnica, com um programa de estágio com bolsa própria e incentivo às empresas para geração de oportunidades, e ainda acolheu o e-Jovem em seus laboratórios e ambientes de estudos.

Essa é uma questão defendida por Frigotto (2010), que a falta de oportunidades de emprego e o desemprego é por conta da baixa qualificação dos trabalhadores e que, por isso, é necessário um debate sobre a dimensão da educação profissional como sendo um processo integral, permanente, continuado, e na escola, tendo o trabalho como princípio educativo e com a educação politécnica que Marx defende.

Nesse sentido, o governo do estado se antecipou com esse sistema das escolas profissionalizantes e cria também, o Projeto e-Jovem acreditando que formava um pólo de apoio para vencer este obstáculo do desemprego jovem, trabalhando com ações estruturantes e não paliativas, para jovens do 3º ano e para os egressos, elaborado nos modos dos cursos das escolas profissionalizantes e dos Institutos Federais que são seus principais parceiros.

Com a pesquisa, sentimo-nos capazes de dizer que a profissionalização para o trabalho deveria ser entendida como uma obrigação da escola e um direito de todos e todas, como a oportunidade de trabalho, geração de renda, cidadania e justiça social, sem nunca deixar de se preocupar com a formação acadêmica, propedêutica, pois isso é um direito constitucional.

Além da política de inserção no mundo do trabalho, o Projeto trabalha com

alternativas de empregabilidade, como convênios com instituições de ensino superior, Faculdades e Institutos, como professor substituto ou temporário das escolas profissionalizante e de Ensino Médio, ou mesmo instrutor do próprio Projeto, aquele que concluiu sua graduação. É uma proposta de formação que integra educação e trabalho, rompendo com a lógica tradicional da educação profissional de formar apenas a mão de obra para servir ao capital.

Considerando que, além dos outros conhecimentos que o curso oferece, tem como pressuposto que é importante a existência cultural, social e tecnológica, afirmando que isso passa por uma questão de justiça social e de direitos humanos, que a esse/a jovem seja dado o direito a um sistema que recupere os valores perdido, que ajuste os saberes negados e que a justiça seja presente em todas as ações do Projeto.

O processo de formação colocado pelo Projeto e-Jovem, assume uma dimensão do trabalho pelas necessidades do ser humano, pois resolvidas as necessidades imperativas dos jovens é que eles e elas podem, a partir de sua formação, ser inseridos no mundo do trabalho, na perspectiva dos direitos humanos, pressupostos da democracia. Contudo, aqui também relembramos que apesar de ser pressuposto da democracia, é esse direito ao trabalho que acaba fragilizado nas sociedades capitalistas, conforme observamos em sua conformação atual.

Os estudantes do e-Jovem precisam ser preparados para viver entre as diferentes classes sociais que são os proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e os não proprietários, com os trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, junto a esses, os alunos do e-Jovem vão provocar, junto às empresas, o surgimento do emprego, o trabalho/emprego e o trabalho assalariado.

O ideal de alguns participantes, percebido na pesquisa, é de se projetarem com os saberes adquiridos no Projeto e o relacionamento com os colegas, para provocar assim, a geração de um negócio próprio e em sociedade, como o exemplo das cooperativas, sociedades limitadas e a empresa e-Jovem, utilizando a base dos conhecimentos técnicos, a formação empreendedora proporcionada pelo SEBRAE, alguns recursos para oferecer, serviços de assistência técnica e suporte, desenvolvimento de *software*, projetos de internet, tecnologias web e redes de computadores, modelos de empresas que outros jovens, vão seguindo, principalmente, no interior, por falta do emprego formal.

Neste sentido, concordamos com o que afirma Frigotto (2001) ao dizer que, o trabalho se caracteriza como direito de se integrar ao consumo, ao lazer, à cultura e à educação privada, porém, se o mercado privado não oferece as condições de emprego, o

Estado tem a obrigação de fazê-lo.

Contudo, presenciamos na pesquisa, manifestações de alunos que não fizeram estágio, mesmo com a bolsa paga pelo Governo, e outros que nem conheceram o programa Menor Aprendiz, e muito deles terminaram o curso sem nenhuma experiência de emprego. Com isso, se entende que, a bolsa de estudo não foi interessante, porque não atendeu à carência de todos os alunos e a validação do Projeto junto a Lei da Aprendizagem, não foi devidamente observada junto às empresas para inserção dos jovens.

Reafirmamos, porém, que as escolas do interior foram prejudicadas com os dois programas, o da bolsa estágio e com o Menor Aprendiz, na verdade, a equipe de inserção não teve condições administrativas, nem a logística favorável para o trabalho junto às empresas do interior do estado, mas a capital foi bem melhor assistida.

De qualquer maneira, estes jovens estão expostos aos desígnios do capital exploratório em sua nova configuração, Como diz Frigotto (2001), eles precisam reagir às relações do mercado de trabalho, como estão fazendo, primeiramente estudando, habilitando-se a entender o plano ideológico que desloca a responsabilidade social do Estado para o plano do individual, pois não há mais política de emprego, nem perspectiva de uma carreira, mas indivíduos empregáveis ou não, mas que precisam de qualificação e de requalificação.

Por isso, o Projeto e-Jovem se submete ao plano alternativo de desenvolvimento de jovens oriundos da escola pública, na perspectiva de recuperar perdas de tempo e de aprendizagem e capacitá-los no contexto da formação de uma nova estrutura cognitiva de qualidade tecnológica que se refaz ao longo do período de construção de novos conhecimentos em seus ambientes de formação de comunidades de aprendizagem em rede e processos digitais, como diz Castells (1999), na expressão do livro sociedade em rede.

Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo, e ainda mais, as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos (CASTELLS 1999, p. 69).

Essa é uma estrutura cognitiva que o aluno do e-Jovem vai se apresentar com ela no novo cenário do mercado de trabalho, como outro ser trabalhador, para o qual uma nova forma de experiência é vivida, é preciso saber fazer e ter prazer do que faz e se adaptar rapidamente às novas técnicas de produção que estão surgindo. Segundo Sennett (2006, apud Tereza Sá), é um trabalhador do tipo novo, não pode perder tempo com problemas, necessita

ter capacidade de trabalhar com pessoas novas e em equipe onde visão de coletividade é necessária. O aluno com esse perfil é reconduzido ou promovido muito rápido entre os setores da empresa, a exemplo de estagiários que logo é efetivado enquanto a empresa contrato outro para a sua vaga. Isto para algumas empresas tornou-se uma política de contratação de pessoal, primeiro como estagiário, depois trabalhador efetivo e, assim vão acontecendo novas contratações.

O processo de construção do conhecimento empresta uma das formas mais especial do indivíduo que é sua emoção, a paixão pelo que faz é que move a esperança da mudança social, isto está presente em todos os relatos dos alunos do Projeto, na questão da evasão que aparece em baixo índice nas cidades menos privilegiadas pelo desenvolvimento econômico, na frequência total dos alunos às aulas, nas manifestações de exigências pelas melhores condições de ensino, de laboratórios e de bons professores, na utilização das redes sociais que possibilita aos alunos, segundo Castells (2013, p.17), “ocuparem o espaço livre com a formação de comunidades instantâneas de comunicação, práticas transformadoras e aprendizagem colaborativa em rede.”

O “pensar criticamente” é uma das principais ferramentas do aluno para vencer o rigoroso sistema de precarização do trabalho, quando este está associado às características de insegurança no emprego, perda de regalias sociais, salários baixos e descontinuidade nos tempos de trabalho, isto tudo leva à instabilidade, pior ainda, para aqueles que estão chegando com as dificuldades naturais de relacionamento, impossibilitados de programar o seu futuro, porque não conseguem independência, nem financeira nem dos laços familiares, com o seu trabalho honra apenas as despesas do cotidiano. Vai ter que estudar mais, se quiser crescer no emprego ou enfrentar as concorrências dos concursos públicos, ou entrar para a estatística do surgimento de novos pobres.

A preocupação hoje é saber desenvolver um conjunto de capacidades diferentes das anteriores, adaptarem-se à nova configuração do emprego ou empregabilidade, mas com consciência crítica, inclusive acerca de seu papel para a transformação da sociedade. Ser responsável pela própria formação e aquisição de conhecimentos que lhe interessa e interessa à empresa. “É como se tornar empresário de si próprio, mergulhar-se num estado de competência e competitividade do mercado”, como diz Dubar (2003, p. 112). No e-Jovem isso é trabalhado: o significado do aprender fazendo e aprender a aprender, ser um pesquisador com consciência de suas próprias dimensões e ilusões em busca da realização pessoal.

Nas condições de hoje do mercado de trabalho das cidades do interior do Estado

do Ceará, com taxa populacional pequena e pólo empresarial pouco expressivo, a tendência dessa mão de obra é engrossar o mercado informal com trabalho independente, contribuindo para o aumento do grau de precarização da força de trabalho por ser portador de condições de trabalho e remuneração precárias como relembra Pochmann (2007), “atualmente o desemprego transformou-se num fenômeno complexo e heterogêneo, pois atingem de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais.”

O problema do desemprego no Brasil, não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge, também, um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam vagas entre todos que estão desempregados, que seja jovem, adulto, formados ou não, qualificados ou não, estão juntos no mesmo espaço de disputa.

Para essa juventude do Projeto e-Jovem, que aqui procuramos conhecer, seu estado particular de formação técnica, dividido em círculo de aprendizagem, é preciso revelar o estado dinâmico do mercado de trabalho onde eles pretendem atuar, o mundo das inovações tecnológicas com quem eles conviverão e a nova realidade do processo de produção, com quem eles trabalharão e que, tecnicamente, muda todos os dias.

O desemprego no mundo atinge todas as faixas etárias, mas os jovens é que são os mais prejudicados, desde seu ingresso ao seu afastamento dos pólos de produção, por isso, eles precisam ser mais bem formados, mais agressivos e ajustados em seus deveres, mas serão também, os mais cobrados, mais explorados em suas idéias revolucionárias e inovadoras, muitas vezes sem benefício nenhum para sua conta salário.

A falta de emprego e a persistência da informalidade configuram uma crise do emprego juvenil que constitui uma situação dramática e um desafio em nível local, nacional e internacional, “Algumas pessoas falam de uma geração perdida”, lembrou Ryder (2015), diretor da OIT, ao advertir que no mundo existe uma crise de emprego juvenil, que é uma crise econômica, social e política também.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho-OIT (2015), cerca de 73 milhões de jovens estão desempregados em todo o mundo e que mais de 200 milhões de jovens estão trabalhando, mas ganham menos de dois dólares por dia. Ryder (2015), afirmou que deve conformar-se com ocupações de baixa renda, sem proteção nem direitos laborais. Disse também que, em alguns países da Europa, como Grécia e Espanha, foram atingidas taxas altíssimas de desemprego juvenil.

Acrescentou, ainda, que embora na América Latina e Caribe as taxas sejam mais moderadas, repete-se a situação de que constitui um problema que requer políticas

específicas. A estimativa feita pela OIT, o desemprego juvenil médio da região é de 13,7%, o dobro da taxa geral e quase o triplo que o dos adultos.

No Brasil, ainda conforme OIT, o desemprego de 3,5 milhões de jovens com idades entre 16 e 24 anos representa cerca de 45% da força de trabalho nacional, e reforça a preocupação da OIT com o emprego de jovens. Fica conosco a pergunta se haverá vagas de emprego para toda essa força de trabalho e, ainda, se o emprego seria produtivo e formal, já que os 93% dos empregos disponíveis para essa juventude, estão na economia informal, de baixa remuneração, pouca segurança e quase nenhuma perspectiva de crescimento.

O aluno do Projeto e-Jovem, está conhecendo esse mundo da construção do poder, agora, pensando que ele pode vir a ser uma forma de mudar os fatos e condições de vida, acreditando que pode ser reconhecido, não só pelo nível econômico, cargo político ou público, mas acima de tudo, pelo conhecimento. Se, esse foi o caminho traçado pelo Projeto, em que o poder vem pelo conhecimento, o aluno se emancipa. Entendendo assim, ele vai mudar historicamente sua vida: estudar continuamente, participar das relações de produção e decisões do trabalho e ser capaz de inventar novos modelos e significados, este sim, é o/a jovem que todos que estão trabalhando com o Projeto esperam entregar ao mundo do trabalho, entretanto, este é o/a jovem, que nessa pesquisa, não foi encontrado nas salas das universidades, nem nas grandes ou pequenas empresas.

Percebemos também que, não aparece, nem na forma de conteúdo, nem dentro do cronograma ou atividades extras, o debate entre as equipes e alunos, sobre as questões atuais do trabalho, quanto às formas de acumulação do capital, a financeirização da economia, a flexibilização do trabalho, a terceirização e o universo das relações do precariado.

Entretanto, tendo em vista os objetivos colocados nesta pesquisa, foi possível verificar que os estudantes conseguiram reconstruir sua capacidade de aprender e demonstrar uma vontade sem limites para se tornar um trabalhador; uma atenção especial necessária e um poder de concentração e abstração para estudar e aprender com o computador; um reconhecimento sobre a oportunidade única desse processo de formação e indicação de um emprego; o crédito depositado na estrutura técnica e pedagógica do Projeto, resultando no bom relacionamento com as equipes, que pode provocar a mudança esperada; muita fé e certeza da construção de conhecimentos e esperança de que a oportunidade do emprego vai surgir e garantir o espaço desejado.

As dificuldades encontradas ao longo da pesquisa foram de natureza técnica, seguir uma logística para aplicação do questionário e outra para realização das entrevistas, onde o curso já estava encerrado e os alunos não se encontravam mais na escola. Assim, foi

muito difícil o deslocamento para as cidades do interior e encontrar os alunos.

Outro momento difícil foi a fase de análise de dados coletados, exigiu muito deste pesquisador, a tabulação dos dados e transferência para os softwares SPSS e Excel, como também a construção do referencial teórico para a análise final.

No entanto, como nossa pesquisa foi fundamentada na análise e desenvolvimento de um processo de formação, revestiu-se de conceitos e constituiu um espaço estratégico para aprendizagem deste pesquisador. Tanto na forma teórica e metodológica como na prática efetiva de se fazer pesquisa de campo, aprender a discutir com o referencial construído e analisar dados com a autonomia que o conhecimento adquirido garantiu. Toda pesquisa teve algo muito importante para minha formação, assim, podermos contribuir para as atividades de educação no IFCE e no próprio Projeto e-Jovem, se assim for permitido.

Apresentamos a seguir, os principais gráficos que motivaram nossa análise, revelando a realidade da formação e da inserção dos jovens no mundo do trabalho, como foram expressos nas tabelas anteriores, seja como estagiário, menor aprendiz ou trabalhador registrado, fundamentando a conclusão de nossa pesquisa.

Gráfico 1

65,6% dos alunos procuraram o Projeto e-Jovem para aprender informática.

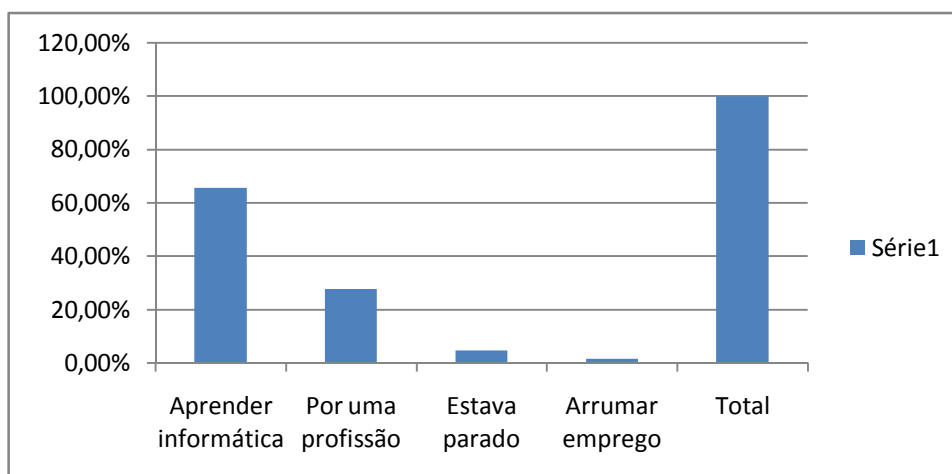


Gráfico 2

75,4% dos alunos não conseguiram estágio formal.

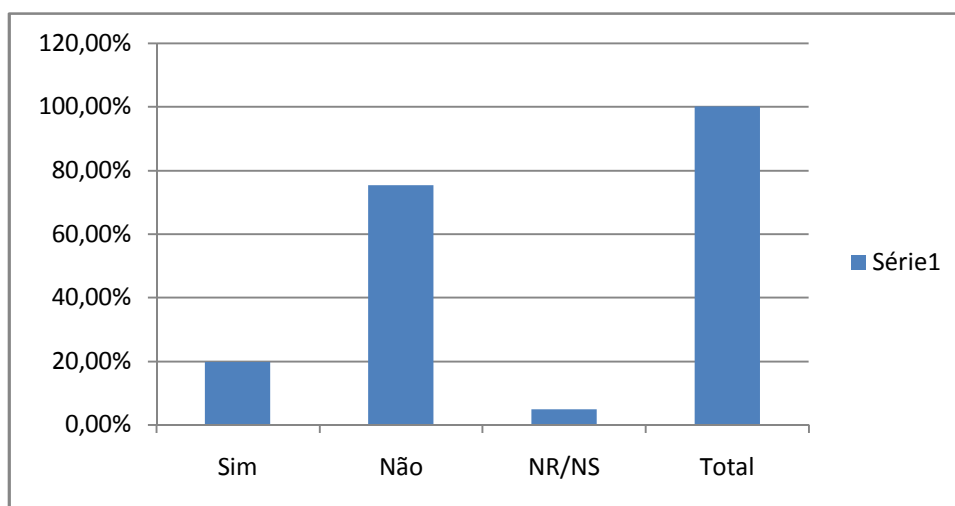


Gráfico 3

80,3% dos alunos não participaram do Programa Menor Aprendiz.

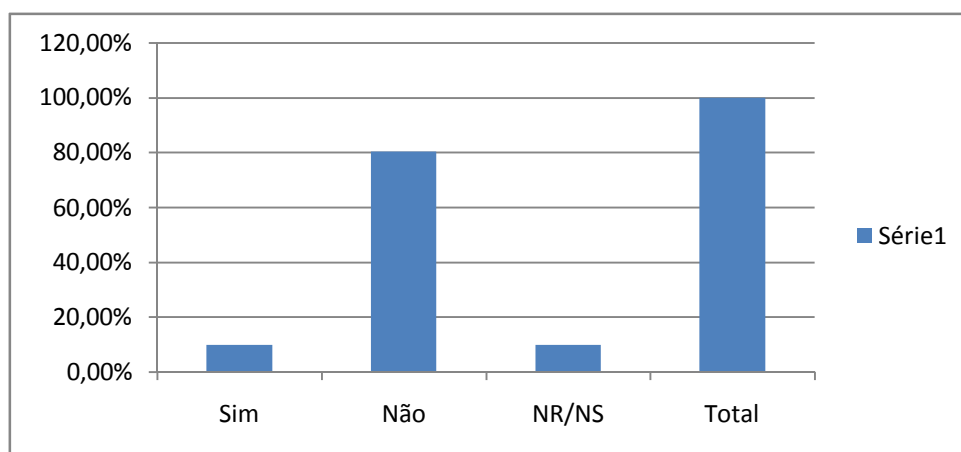
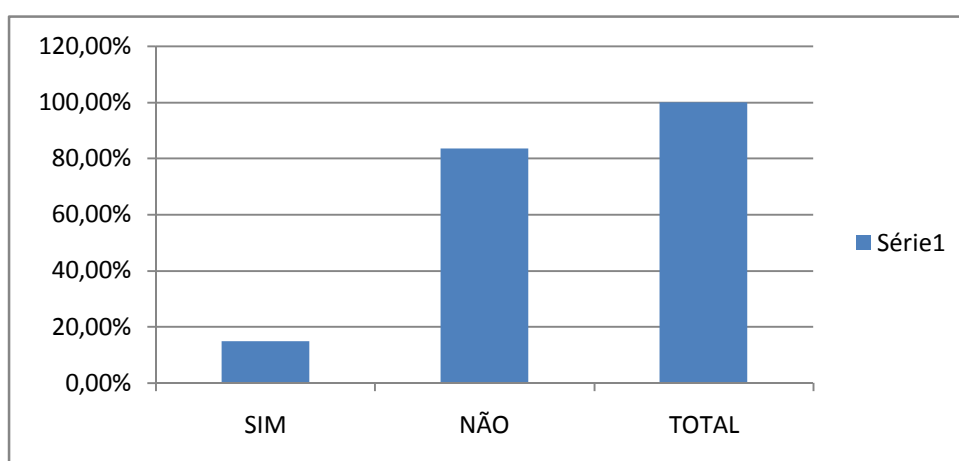


Gráfico 4

83,6% dos alunos não estão trabalhando com carteira assinada.



O cenário mais preocupante que surgiu em nossa pesquisa foi sobre o principal objetivo específico do e-Jovem, apresentado na análise de dados. O percentual de 83% dos participantes que não estão trabalhando com carteira assinada, é uma característica de que os jovens não foram inseridos formalmente no mundo do trabalho, em consequência disso, o objetivo do Projeto precisa ser revisto. Isso representa um Estado em crise e um sistema estrutural de produção e trabalho precário, além disso, uma administração do Projeto com pouca representatividade no meio empresarial e com a falta de agilidade e logística que o sistema exige, para atacar, de maneira ofensiva, a principal tarefa de inserção dos jovens.

Apareceu um percentual pouco representativo de jovens que foram inseridos no mercado de trabalho, são jovens que iniciaram sua carreira como estagiários e os egressos que já estavam trabalhando antes do Projeto, poucos jovens ingressaram na universidade e nos institutos, porém, muitos jovens estão trabalhando na informalidade, prestando serviços de assistência técnica, a maioria dos participantes, está procurando uma alternativa de emprego formal, para estes/as, a esperança é um ponto comum, acreditam mesmo que suas vidas mudaram com o Projeto e sonham com a oportunidade que vai chegar, porque se sentem preparados para tanto.

Por outro lado, uma coisa que chamou nossa atenção, foi que o Projeto com todo esse panorama tecnológico apresentado, não tem uma equipe especializada que acompanhe e procure saber o que acontece com os/as jovens depois da formação, isso deveria fazer parte de

um processo avaliativo e preventivo para as próximas ações do Projeto e gerações futuras. Não se pode apenas investir todo esforço em formar, preparar para o mercado e inserir, este é um processo que não pode parar de rodar, tem que ter uma resposta das ações dos/as jovens e reações do trabalho, isso é dinâmico, contínuo, mas essa juventude agora é uma nova propriedade do Estado e não só de Deus.

Para este pesquisador, que foi um dos fundadores do Módulo II deste Projeto, resta assumir, diante desta pesquisa, um sentimento de culpa, sem querer procurar culpados, pelo que os dados revelaram. Entretanto, se considerarmos os problemas gerais do Estado, como a pobreza, a desigualdade de oportunidades, falta de políticas públicas de educação e formação para o trabalho, é preciso, reconhecer que, o Estado do Ceará, deu um grande passo quando olhou para os jovens do Ensino Médio e, principalmente, para os egressos desse nível de ensino e tentou recuperar, com esse Projeto, os espaços de vida perdida por tantos jovens nas salas de aulas das escolas públicas sem uma formação profissional.

Concluimos, portanto, que é preciso evitar outras injustiças e, o estado do Ceará, deve garantir com responsabilidade o processo de formação profissional dos jovens, criando para tanto, um programa de educação profissional integrado com as políticas públicas nacionais e com os pólos produtivos das regiões e toda sociedade cearense, tendo, o Projeto e-Jovem, como princípio, que possa atender, com urgência, a necessidade de sua juventude trabalhar em um emprego formal ou abrir seu próprio negócio.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. Ceará 2000-2013 – Estudos Estados Brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALMEIDA, M. E. B. de. Educação a Distância na Internet: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Educação e Pesquisa. São Paulo, v.29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.
- ALVES, G. Precário Inflexíveis. Lisboa Portugal, 1999. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IGLC6PDhp7k>>. Acesso Filme em 24 Jun. 2013
- _____. Brasil nos anos 2000: Década Inclusiva e a precarização do homem que trabalha. Em Método e Técnica de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho. ALVES, Giovanni/Santos; FEITOSA, João Bosco. (Org.). Bauru: Canal 6 2014.
- _____. (1999). Trabalho e mundialização do capital – A nova degradação do trabalho no capitalismo global. Londrina: Editora Práxis, 1999.
- _____. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.
- _____. Trabalho, Juventude e Precariedade – Brasil e Portugal. Giovanni Alves e ESTANQUES, Elisio (Org.). Projeto Editora Praxis. Bauru: Canal 6, 2012.
- _____. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório. O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha, São Paulo: Editora Boitempo, 2012.
- ANTUNES, R. A dialética do trabalho. In: ANTUNES, R. O caracol e sua concha. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses, São Paulo: Editora Boitempo, 1995.
- _____. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil (Org.). São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARENDT, H. Responsabilidade e julgamento. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ASSMAR, E. M. L. A experiência da injustiça na vida diária: uma análise preliminar de três grupos sociais. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 335-350, 1997. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/188/18810211.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21-53.
- BANCO MUNDIAL, Relatório “Jovens em Situação de Risco no Brasil”, divulgado em Brasília em 25/06/2007, pelo Banco Mundial, Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/>>. Acesso em: 23 Jun 2014.
- BARDIN. L. Análise de conteúdo. Lisboa: Editora Edições 70, 1977
- BECKER, H. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRABO, T. S. A. M. (Org.). Direitos Humanos, Educação e participação Popular, 50 anos do golpe militar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- BRABO, T. S. A. M. Gênero, Educação, Trabalho e Mídia (Org.). São Paulo: (Coleção

conhecimento e vida).

BRABO, T. S. A. M. (Org.). Mulheres-família-trabalho: generificando a tenacidade da mulher. Em Direitos Humanos, Ética, Trabalho e Educação. Icone, São Paulo: 2014.

BRAGA, R. A Política do Precariado: Do Populismo à Hegemonia Lulista de Ruy Braga, São Paulo: Boitempo. 2012.

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). Família & escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.

CEARÁ, Governo do Estado do Ceará - SEDUC, Termo de Referência Projeto e-Jovem (2008), disponível em www.seduc.ce.gov.br. Acesso em 25/05/2009

_____. Governo do Estado do Ceará – SEPLAG-SEDUC, convênio 025/2009, SEDUC-IFCE Projeto e-Jovem, disponível em www.seplag.ce.gov.br. Acesso em: 25 Julho 2010.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96. ANDRADE, P.F. & Lima, M.C.M.A. (1993). Projeto EDUCOM. Brasília: Ministério da Educação e Organização dos Estados Americanos.

_____. MEC. Projeto de Lei n. 3582/2004. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 13 de maio de 2010.

_____. Medida Provisória 213, de 10/09/2004. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 de setembro de 2010.

_____. MP. Medida provisória n. 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 fev. 2005. p.1

_____. MTE. Projeto “Juventude Cidadã” Disponível em http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/apresentacao/

_____. MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Qualificação. Plano Nacional de Qualificação - Termo de Referência. Brasília: MTE/SSPE/DEQ, 2008c.

_____. Artigo n. 39. Da educação profissional. In: BRASIL. Decreto-lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996b.

_____. Artigo n. 40. Da educação profissional. In: BRASIL. Decreto-lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996c.

_____. Artigo n. 8. In: BRASIL. Decreto-lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996a.

_____. Decreto-lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996d

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução, vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____, BRASIL é reprovado, de novo, em matemática e leitura. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u351481.shtml>> Acesso 05 dez 2009.

_____, BRASIL está entre piores em lista de educação da OCDE, 29/11/2007, Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u349718.shtml>>. Acesso 12 dez 2009.

_____, LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Art. 2º, 1996, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

_____, LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Art. 39º, 1996, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

BRUNO, L. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Gestão democrática da educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRUNO, L. “Educação e desenvolvimento econômico no Brasil”. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 48, set/dez 2011, p. 545-562.

BUFFA, E; NOSELLA, P.; ARROYO, M. Educação & Cidadania – Quem Educa o Cidadão. São Paulo: CORTEZ, 2010.

BUFFA, E. NOSELLA, P. Educação Negada, Introdução ao Estudo da Educação Brasileira. São Paulo: CORTEZ, (1996)

CANDIDO, A. A revolução de 1930 e a cultura. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.

CANDIDO, A. Um funcionário da monarquia – ensaio sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

CARVALHO, A. M. P. O Ofício da Pesquisa em Tempos contemporâneos: a ousadia da Construção Teórica e da Criação de Vias Metodológicas. In FEITOSA, J. B; ALVES G. (Org.). *Método e Técnica de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho*. Bauru: Canal 6; 2014.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTELLS, M. Sociedade em rede. Coleção A era da informação: Economia, sociedade e cultura, 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CHAUÍ, M. S. O que é ideologia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CLEAVER, H. Leitura política do capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

COULON, A. Etnometodologia. Petrópolis: Vozes, 1995.

DAL RI, N.; VIEITEZ, C. A educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, F. C. S.; SOUZA, J. U. P.; CARDOZO, M. J. P. B. (Org.). *Democratização e educação pública: sendas e veredas*. São Luís: Ed. da UFMA, 2011, p.

CEARA. Convênio e-Jovem SEDUC-IFCE, EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 027/2009 PROC. 09099554-6 DEC - Diário do Estado do Ceará Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5344417/pg-42-caderno-1-diario-oficial-do-estado-doceara-doece-de-13-05-2009> Acesso em: 13 Maio 2009 p. 42

DEMO, P. 1941- D45i Introdução à metodologia da ciência I Pedro Demo.- 2. ed. 2. ed. --São Paulo: Atlas, 1985.

DERRIDA, J. La democracia es una promesa: Entrevista de Elena Fernandez com Jacques

Derrida. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, p. 9-10, 12 oct. 1994. Disponível em: <<http://www.jacquesderrida.com.ar/textos/democracia.htm>> Acesso em: 20 dez. 2012.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006, p. 31-48.

FORD, H. *Minha vida minha obra*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1926.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 6a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. São Paulo: Cortez 2005.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. *Perspectiva*, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice Hall, 1967.

GIL, Antonio Carlos, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, Editora Atlas, São Paulo 2011.

KENSKI, V. M.. O papel do professor na sociedade digital. In: CASTRO, Amélia Domingues de;

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

KENSKI, V. M. *Educação e Tecnologia o novo Ritmo da informação*, PAPIRUS, Rio de Janeiro, 2008.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998,

_____. *A Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. *Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal*. São

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo:

LÉVY, P. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: editora 34, 1999.

BARRETO, A. H. L. Três gênios de secretaria. Disponível em: <www.dominipublico.gov.br>, Acesso em: 20 Set. 2010.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. - *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, E.P.U., 1986. 99p.

MACHADO, R. C. *Escolarização e educação profissional de trabalhadores no Brasil: um olhar sobre a experiência*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais RBHCS*. 2011.

MAINARDES, J. et al. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. . In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 143-172.

MARQUES, E. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, C. A. P. (Orgs.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, p. 23-46.

- MARX, K. (1996). O Capital – Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Editora Nova Cultural.
- MÉSZÁROS, I. A Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MINAYO, M. C. De S. - O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo, 1996. P. 269.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. Educação, Porto Alegre, v.37, p.7-32, 1999.
- MOREIRA, W. W. SIMÕES, R.; PORTO, E. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. R. bras. Ci e Mov. 2005; 13(4): 107-114.
- NOGUEIRA, M. A. “De Vargas à Nova República: a Administração Pública em busca do tempo perdido”. As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo, Paz e Terra, 1998. p. 89-121.
- NOVAES, H. T. O Fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- NUNES, E. A construção do insulamento burocrático e do corporativismo e a nacionalização do clientelismo. In: Zahar J. A gramática política do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 47-65.
- ORLANDI E. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas (SP): Pontes; 1999.
- OLIVEIRA, D. A. (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, D. A. A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Revista Educação e Sociedade, São Paulo: n. 89, 2004.
- OLIVEIRA D. A. Análise de conteúdo temática: uma proposta de operacionalização. Texto didático e instrumentos. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2004
- PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
- PENNAR, D. Entre o Lerdo e o Profissional. São Paulo: Cortez, 1944.
- PIAGET J. Problèmes de psychologie génétique, Ed. Denoël/Gonthier, Paris, 1972.
- PISA – Programa Internacional para Avaliação de Alunos, aplicado pelo INEP em convênio com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), por meio do seu Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE). Brasil está entre piores em lista de educação da OCDE”, 29/11/2007, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u349718.shtml>. Acesso em: 20 Maio 2010.
- PNAD (IBGE) – Fonte: <http://www.idt.org.br/artigos.asp?id=72>
- POCHMANN, M. A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. O Mito da Grande Classe Média. Capitalismo e Estrutura Social. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. Desempregados no Brasil, Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. Emprego e Desemprego dos jovens no Brasil dos anos 90. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 11, Caxambu, 1997. Anais Belo Horizonte Abep 1997.

- PRADO Jr, C. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa social, Métodos e Técnicas. São Paulo Atlas Editoras, 2012
- RICOEUR, P. O justo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SANFELICE, J. L. Estudos, Pesquisa, História, Sociedade, Educação no Brasil, Campinas-SP. Educação do corpo e identidades brasileiras: representações sobre juventude e envelhecimento na construção da nação na década de 1930.
- SANTOS, R. S. et al. Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol. 41, n 5, p. 819-834, set./out. de 2007.
- SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SAVIANI, D. et al. O Legado Educacional do Século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- SCHILLING, F. Igualdade, desigualdade e diferenças: O que é uma escola justa? Revista Educação e Pesquisa USP. São Paulo: v 5, n 8, p. 1517-9702, 2010.
- SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SFIEC, FIEC. Projeto “Juventude Empreendedora” – disponível em: http://www.sfiec.org.br/portaltv2/sites/fiec-online/home.php?st=listinfo&conteudo_id=4611
- SIMÕES, S. P. Significado e possibilidades da análise de conteúdo. Tecnologia educacional. V. 20 (102/103): 54-57, set./dez. São Paulo: 1991.
- SOUSA, A. A. Políticas Públicas para Educação profissional e tecnológica do Brasil./ SOUSA, A. A., LIMA, C.R.G. e OLIVEIRA, E. G.. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- SOUZA, C. Estado do Campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, , p. 15-20. Fev. 2003
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.
- TAYLOR, F. W. Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas, 1987.
- TEIXEIRA, A. S. 1900-1971. Educação para a democracia: introdução à administração educacional, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- INSTITUTO TITAN, Sobram empregos em Tecnologia no Ceará, disponível em: <http://conteudo.secrel.com.br/content/aplicacao/titan/_includes/html/index.asp> Acesso em: 23 Jul 2007.
- TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- VALENTE, J.A. Formação de Profissionais na Área de Informática em Educação. In VALENTE, J.A. (Org.). Computadores e Conhecimento: repensando a educação. Campinas: Gráfica da UNICAMP. 1993.
- VENTURI, G. (Org.). Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.
- VIEITEZ, C. G. A empresa sem patrão: temas de autogestão dos trabalhadores. In: VIEITEZ. (Org.). A empresa sem patrão. Marília: Unesp, 1997. p. 09 - 26.

Apêndice

Questionário para alunos do Projeto e-Jovem

1. NOME: _____ IDADE: _____
 ENDEREÇO: _____
 CEP: _____ BAIRRO: _____ CIDADE: _____
 EMAIL: _____ FONES: _____ / _____

2. SEXO: () MASCULINO, () FEMININO

3. VOCÊ TEM PAI E MÃE VIVOS? () SIM () NÃO

4. VOCÊ MORA COM SEUS PAIS? () SIM () NÃO - CASA PRÓPRIA () SIM () NÃO

5. VOCÊ AINDA ESTÁ CURSANDO O ENSINO MÉDIO? () SIM
 ESCOLA: _____ SÉRIE: _____
 CIDADE: _____ PERÍODO: _____

6. VOCÊ JÁ TERMINOU O ENSINO MEDIO? (EGRESSO) - () SIM: ANO:()
 ESCOLA: _____ CIDADE: _____

7. VOCÊ AINDA ESTÁ ESTUDANDO? ()SIM () NÃO - CURSO: _____
 FACULDADE _____ OUTRO: _____

8. SUA RENDA FAMILIAR É DE:
 () UM SALÁRIO MÍNIMO,
 () TRÊS SALÁRIOS MINIMOS,
 () ACIMA DISSO (VALOR SALÁRIO MÍNIMO = R\$ 724,00)

AGORA VAMOS MUDAR DE ASSUNTO, GOSTARIAMOS QUE VOCÊ RESPONDESSE
 ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE O PROJETO E-JOVEM.

9. COMO VOCÊ CONHECEU O PROJETO E-JOVEM?
 () ATRAVÉS DA ESCOLA, () IMPRENSA, () INTERNET, () AMIGOS.

10. POR QUE ESTUDAR NO PROJETO E-JOVEM?
 () APRENDER INFORMÁTICA, () POR UMA PROFISSÃO, () ESTAVA PARADO, ()
 ARRUMAR EMPREGO

11. VOCÊ UTILIZAVA A INFORMÁTICA ANTES DE INICIAR O PROJETO?
 () SIM, () NÃO.

12. VOCÊ CURSOU O MODULO I E O MÓDULO II? () SIM, () SÓ O MOD II.

13. VOCÊ PARTICIPOU DO PROGRAMA DE BOLSA DO PROJETO E-JOVEM?
 () SIM, () NÃO - () EMPRESA (), ÓRGÃO PÚBLICO (), PERÍODO: _____

14. VOCÊ PARTICIPOU DO PROGRAMA APRENDIZAGEM (MENOR APRENDIZ) ?
 () SIM, () NÃO - EMPRESA: _____,
 TELEFONE: _____ PERÍODO: _____ VR. DA BOLSA: R\$ _____

15. VOCÊ CONSEGUIU ESTÁGIO POR CONTA PRÓPRIA?

☐ SIM, ☐ NÃO - EMPRESA: _____

TELEFONE: _____ PERÍODO: _____ VR. DA BOLSA: R\$ _____

16. O QUE VOCÊ ACHOU DA ESTRUTURA FÍSICA DO PROJETO COMO LABORATÓRIOS, COMPUTADORES E INTERNET.

☐ BOA, ☐ RUIM, ☐ RAZOÁVEL.

17. O QUE VOCÊ ACHOU DO CONTEÚDO DO PROGRAMA DO PROJETO?

☐ DIFÍCIL, ☐ MUITO TÉCNICO, ☐ FORA DE MINHA REALIDADE, ☐ SUFICIENTE.

18. VOCÊ TEVE DIFICULDADES PARA APRENDER OS CONTEÚDOS TÉCNICOS?

☐ MUITA ☐ POUCA ☐ RASOÁVEL ☐ NÃO TIVE DIFICULDADES

19. O QUE VOCÊ ACHOU DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO ONLINE DO PROJETO? ☐

COMPREENSÍVEL, ☐ DIFÍCIL, ☐ FORA DA MINHA REALIDADE.

20. O QUE VOCÊ ACHOU DO SISTEMA DE AULA APRESENTADO PELO INSTRUTOR COM OS RECURSOS DO COMPUTADOR E SUAS TECNOLOGIAS?

☐ ATRAENTE, ☐ INCENTIVADOR, ☐ DIFÍCIL, ☐ DEU PRA APRENDER.

AGORA GOSTARIAMOS QUE VOCÊ RESPONDESSE ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE O EMPREGO.

21. VOCÊ SE SENTE CAPAZ E PREPARADO/A PARA INGRESSAR NO MUNDO DO TRABALHO? COM UM EMPREGO OU UM PRÓPRIO NEGÓCIO?

☐ SIM, ☐ NÃO.

22. VOCÊ ESTÁ TRABALHANDO COM CARTEIRA ASSINADA? ☐ SIM, ☐ NÃO.

EMPRESA: _____ FONE: _____ FAIXA

SALARIAL: ☐ UM SAL. MÍNIMO, ☐ DOIS SAL. MÍNIMO, ☐ ACIMA DISSO

23. ESTE EMPREGO VOCÊ CONSEGUIU ATRAVÉS DO PROJETO E-JOVEM?

☐ SIM, ☐ NÃO.

24. QUANDO VOCÊ INGRESSOU NO PROJETO ESTAVA EMPREGADO/A?

☐ SIM, ☐ NÃO.

25. VOCÊ MUDOU DE EMPREGO OU DE FUNÇÃO NA PRÓPRIA EMPRESA DURANTE O CURSO? ☐ SIM, ☐ NÃO.

26. VOCÊ ACHA QUE MELHORARAM AS CONDIÇÕES TÉCNICAS E FINANCEIRAS DEPOIS DO PROJETO? ☐ SIM, ☐ NÃO.

27. EM QUE ÁREA VOCÊ ESTÁ TRABALHANDO? ☐ NA ÁREA DE INFORMÁTICA,

☐ OUTRA ÁREA.

28. VOCÊ ACHA QUE OS CONHECIMENTOS DAS TECNOLOGIAS QUE O PROJETO OFERECIU, MELHORARAM AS CONDIÇÕES DE SEU TRABALHO? ☐ SIM, ☐ NÃO.

29. VOCÊ UTILIZA OS CONCEITOS TÉCNICOS ADQUIRIDOS EM SEU TRABALHO?

☐ SIM, ☐ NÃO

30.O PROJETO POSSIBILITOU MELHORIAS NO SEU RELACIONAMENTO NO TRABALHO QUANTO A POSTURA, DEDIDCAÇÃO, EMPENHO, ENTUSIASMO, PROATIVIDADE, RESPONSABILIDADE E CRESCIMENTO PESSOAL? () SIM, () NÃO.

31.VOCÊ ESTÁ DESEMPREGADO/A? () SIM, () NÃO. SE NÃO:
() NÃO PROCUREI EMPREGO, () NÃO EXISTE MERCADO DE INFORMÁTICA NA CIDADE, () SÃO POUCAS EMPRESAS DE T.I. NA CIDADE.

32.VOCÊ FOI DISCRIMINADO/A POR ALGUM MOTIVO EM ALGUM MOMENTO NA SUA ATIVIDADE DE ESTUDO OU NA BUSCA PELO EMPREGO? POR SER MULHER, COR, RAÇA, ETNIA E SEXO?

() SIM - CONTE: _____

() NÃO

AGORA GOSTARIAMOS QUE VOCÊ RESPONDESSE ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE ATIVIDADES CULTURAIS E SOCIAIS.

33. VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM PROJETO SOCIAL COM CRIANÇA, JOVENS, IDOSOS EM SUA CIDADE?

() SIM

() NÃO

34.VOCÊ UTILIZA O COMPUTADOR NO SEU DIA A DIA? SIM OU NÃO

() SIM

() NÃO

35.ONDE VOCÊ UTILIZA O COMPUTADOR?

() EM CASA () NA ESCOLA () NA LANCHOUSE () NO TRABALHO () OUTRO

36.VOCÊ UTILIZA AS REDES SOCIAIS NO SEU DIA A DIA? SIM, NÃO.

() SIM

() NÃO

37.VOCÊ UTILIZA O EMAIL COMO FORMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE AMIGOS?

() SIM

() NÃO

38.VOCÊ UTILIZA O SISTEMA DE COMPRA DA INTERNET?

() SIM

() NÃO

39.VOCÊ UTILIZA O COMPUTADOR PARA LER JORNAIS, LIVROS, REVISTAS OU OUTROS TEXTOS?

() SIM

() NÃO

40.VOCÊ UTILIZA O COMPUTADOR PARA BATER PAPO COM AMIGOS/AS?

() SIM

() NÃO

41.VOCÊ UTILIZA O CELULAR PARA SE COMUNICAR COM AS PESSOAS?

() SIM

() NÃO

42.VOCÊ CONSEGUIU ADQUIRIR ALGUM BEM MATERIAL COM ALGUM RECURSO GANHO ATRAVÉS DO PROJETO?

() SIM

() NÃO

PARA FINALIZAR, GOSTARIA QUE VOCÊ RESPONDESSE ESTAS ÚLTIMAS PERGUNTAS.

43.O PROJETO E-JOVEM FOI UM MARCO PARA AS MUDANÇAS DE SUA VIDA PROFISSIONAL? ()SIM, ()NÃO.

44. HOUE MUDANÇAS NA SUA VIDA APÓS TER CURSADO O E-JOVEM? SE SIM, EM QUAIS SENTIDOS? _____

45. VOCÊ SE SENTE REALIZADO EM SEU EMPREGO?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO TENHO EMPREGO

46. O SALÁRIO É COMPATÍVEL COM O MERCADO DE TRABALHO?

☐ SIM ☐ NÃO

47. VOCE CONCORDA QUE O PROJETO E-JOVEM PODERIA SER TRANSFORMADO NUMA POLÍTICA PÚBLICA EFETIVA PARA DAR OPORTUNIDADE DE FORMAÇÃO A TODOS OS JOVENS DE SEU ESTADO?

☐ SIM ☐ NÃO

48. LEVANDO EM CONTA SUA EXPERIÊNCIA VIVIDA NO PROJETO COMO ALUNO(A) E COMO TRABALHADOR(A), ESCREVA AQUI SUA SUGESTÃO OU CRÍTICA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA AS MUDANÇAS QUE POSSAM OCORRER NA ESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA DO PROJETO E-JOVEM.

24/01/2017 (41060 não lidos) cicerocalou

Yahoo

Mail

[https://brmg5.](https://brmg5.mail.yahoo.com/neo/launch?#1095913705)

[mail.yahoo.com/neo/launch?#1095913705](https://brmg5.mail.yahoo.com/neo/launch?#1095913705) 1/1

Gilcimar Olympio <gilcimar@marilia.unesp.br>

Para cicerocalou@yahoo.com.br

CC sta

Aprovação de Projeto

Informamos que o seu projeto encaminhado ao Comitê de Ética (nº 1073/2014) foi aprovado.

O parecer está disponível para a retirada na Seção Técnica Acadêmica.

Atenciosamente,

--

Gilcimar Olympio

Assistente Administrativo II

Seção Técnica Acadêmica - UNESP MARÍLIA

Tel:(14)3402-1346